

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

BOLETINS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

XX

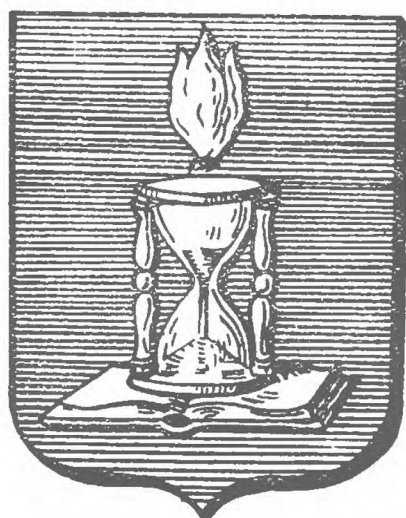
HISTÓRIA

DA

CIVILIZAÇÃO

(HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO ANTIGA E MEDIEVAL)

N. 2



1940

E. SIMÕES DE PAULA, JEAN GAGÉ e ASTROGILDO RODRIGUES DE MELLO

ESTUDOS IBERO-ATLÂNTICOS

SUMÁRIO

E. SIMÕES DE PAULA. Tartesso e a rota do estanho.

JEAN GAGÉ'. Gades, as navegações atlânticas e a rota das Índias na Antiguidade.

JEAN GAGÉ'. Nota acêrca-das origens e do nome da antiga cidade de Volubilis (Mauritânia Tingitana).

ASTROGILDO RODRIGUES DE MELLO. O comércio europeu nos séculos XV e XVI e o florescimento de Espanha e Portugal.

SÃO PAULO

1940

Os estudos aqui reunidos foram escritos independentemente um dos outros pelos respectivos autores — todos êles encarregados, sob títulos diversos, do ensino da História da Civilização nesta Faculdade. Não será difícil, talvez, para quem ler com cuidado, perceber, entre êles, algumas contradições, ou, ao contrário, repetições. É claro, aliás, que cada um assume inteiramente a responsabilidade das suas próprias afirmações ou hipóteses.

Mas, uma vez agrupados, achamos que êsses estudos se apresentavam tão convergentes que podíamos, sem artifício, dar-lhes um título comum: Estudos iberoatlânticos. Os três, de fato (pondo de lado a nota acerca-de Volubilis, que lhes foi anexada por comodidade), estudam aspectos da história dos países ibéricos — desde os tempos pré-históricos, ou pelo menos proto-históricos, de Tartesso até os grandes descobrimentos marítimos — ligados com o reconhecimento e a exploração das rotas atlânticas: com Tartesso, trata-se da história do mais antigo comércio do estanho no mundo mediterrâneo, monopolizado, — no istmo que liga, por detrás de Gibraltar, o Mediterrâneo ao Oceano — pelo misterioso e opulento Estado do vale do Guadalquivir; com Gades, a herdeira fenícia de Tartesso, é estudado o desenvolvimento das rotas comerciais ao largo das costas européias e africanas do Atlântico, os grandes “périplos” púnicos ou gregos, curioso capítulo de introdução às viagens dos grandes descobridores, dêles separado por largos séculos “em branco” . . . Finalmente são examinadas as condições de vida da Europa nos

séculos XV e XVI, justamente na época dos grandes descobrimentos, na explicação geral do extraordinário e breve florescimento que os dois Estados ibéricos, Portugal e Espanha, experimentaram então.

Seria supérfluo lembrar os motivos pelos quais pensamos que êstes estudos mereciam publicação nesta capital de São Paulo, a qual, a-pesar-do seu poderoso "americanismo" e modernismo, ainda está històricamente tão ligada às origens lusas do Brasil e que, também, pelo pôrto de Santos, a despeito da aparente orientação do seu planalto, dirige uma grande parte das suas energias para o comércio atlântico. Queiram os nossos leitores nos perdoar os eventuais erros ou lacunas e considerar a presente publicação como sendo principalmente um esforço para orientar o gôsto e o trabalho històricos dos jovens estudantes da Universidade de São Paulo.

São Paulo, Novembro de 1940.

J. G.

(*) Pedimos aos nossos leitores que nos perdoem as deficiências na impressão das citações gregas, devidas a certas dificuldades técnicas (falta de acentos e algumas letras).

I

Tartesso e a Rota do Estanho

pelo

Prof. E. Simões de Paula

O problema da existência de Tartesso (1) é um dos mais interessantes da História Ibérica. Ele nos mostra um povo, sem dúvida alguma ibero, senhor de poderosa marinha mercante, composta de navios de alto-bordo, que serviram talvez de modelo aos famosos navios de Tiro, os *navios de Tarsis* da Bíblia. Esse povo possuía a rota das Cassitérides, de vital importância para a época, pois o estanho é indispensável na metalurgia do bronze. Como veremos, os Fenícios procuraram entrar em contacto com esses monopolizadores do estanho e fundaram, para isso, um entreposto que se transformou mais tarde na poderosa cidade de Gades. Após os Fenícios, vieram os Fócios, em plena expansão pelo Mediterrâneo Ocidental, que chegaram também a Tartesso, passando pelas Colunas de Hércules. Mas estes serão substituídos logo depois pelos Cartagineses, sucessores de Tiro no Ocidente, que fecharam cuidadosamente o Estreito aos Gregos. Serão eles que pouco a pouco asfixiarão Tartesso, até o seu completo desaparecimento. São esses os aspectos do interessante problema que vamos examinar neste trabalho.

* * *

(1). — Os termos Tartesso, Tartessus, Tarschisch, Tharsis, Tarsis, Turt e Tart, são sinónimos, pois designam a mesma cidade e território, em fontes diversas.

I. — GENERALIDADES.

1. — Origem do termo *Tartesso*.

Victor Bérard (2) procura explicar a origem da palavra *Tarsis*, dizendo que no berbere encontra-se o vocábulo *tarsets* significando *coluna de pedra* e, que *abila* seria a sua tradução semita e *atlas* a grega.

Assim, os primeiros navegantes fenícios diriam *ir a Tarsis* e os primeiros mareantes gregos *ir a Tartesso*, com o sentido de *ir às Colunas de Hércules*. Após, com o correr dos tempos, como a tradução semita tivesse prevalecido para designar a Coluna do lado africano, o seu nome indígena, *Tartesso* ou *Tarsis*, foi aplicado à costa europeia. Isso foi auxiliado também pela fundação de Gades pelos Fenícios, pois eles diziam *ir a Tarsisch*, *ir às Colunas*, com o sentido de *ir a Gades*. Tartesso tornou-se assim, o nome da Ibéria do Sul, da futura Bética romana.

Certos geógrafos, contrariamente à opinião de Victor Bérard, fazem Tartesso, Tarsis, Tarsisch derivar do nome dos *Túrdulos* ou dos *Turdetanos*. É possível que o seja e, nessas condições, esses vocábulos seriam estranhos ao grupo linguístico semita e indo-europeu, devido à proveniência ibero-berbere dos indígenas (3).

Catão chama a tribo ibera de onde seriam oriundos esses nomes de *turta* e Eratóstenes de *Ταντησσις* (*Tantessis*) a tribo e a cidade de *Tartesso*. Na Antiguidade, os seus habitantes, pelo menos para o mundo grego, foram conhecidos por *Tartéssios* (Lívio, *Tartesiorum gens*, 23, 26) (4). Artemidoro, que viveu na Turdetânia, os chamava de *Τουρ-τοι*, *Τουρτ-ανοι*, *Τουρτ-υτανοι* (*Tour-toi*, *Tourt-anoi*, *Tourtutanoi*) (5). Para Schulten (6), o nome local da tribo era *Turt* ou *Tart*, ao qual os Fócios acrescentaram a terminação, — muito comum na Ásia-Menor — *ησσοις* (*essos*) e os Fenícios

(2). — Bérard, *Les navigations d'Ulysse*, III, 303.

(3). — *Ibid.*, III, 301 e 303.

(4). — Apud Ballesteros, *Historia de España*, I, 210.

(5). — Ballesteros, *Historia de España*, I, 210.

(6). — *Ibid.*

mudaram o nome para *Tarschisch*, forma que Políbio encontrou nos tratados cartagineses. Alguns autores gregos, baseados nesses textos, transcreveram *Ταρσις* (Tarsis). De *Turta*, com a terminação líbio-fenícia *tanus*, derivou o vocábulo *Turtetanus*, nome mais comum dos habitantes da cidade e do território, acertadamente empregado por Artemidoro, ao passo que escritores modernos, erroneamente, transcreveram e consagraram a forma *Turdetanos* (7).

O nome da Tarsis, desde a Antiguidade, pelo menos desde a época romana, esteve sujeito a controvérsias, pois os tradutores alexandrinos não sabiam onde situar a Tarsis bíblica, e Flávio-Josefo a confundia com a cidade de Tarso na Cilícia (8).

* * *

2. — Situação de Tartesso.

Tartesso estava situada no Sul da Península Ibérica, que empregando a onomástica romana, se limitava ao Norte pelos Pirineus e pelo *mare Cantabricum*, a Oeste pelo Oceano Atlântico, ao Sul pelo *fretum Gaditanum* (Estreito de Gibraltar), ao Sudeste pelo *mare Ibericum* e ao Nordeste pelo *mare Balearicum*. Essa península era cortada por vários rios, sendo mais importantes os seguintes: o *Iberus* (Ebro), o *Baetis* (Guadalquivir), o *Anas* (Gadiana), o *Tagus* (Tejo) e o *Durius* (Douro). Os Fenícios e os Cartagineses, que dominaram desde o *fretum Gaditanum* até o *Iberus*, chamavam essa região de *Ispania* (vide figs. 1 e 5) (9).

O nome *I-spania* ou *Spania* era ignorado pelos velhos Helenos, pois somente o encontramos citado por autores Gregos e aplicado a toda *Ibéria*, na época do domínio romano. Êles, — principalmente os Fócios e Massaliotas que estabeleceram colônias e feitorias ao longo do litoral Nordeste da

(7). — Ballesteros, *Historia de España*, I, 210.

(8). — *Ibid.*, I, 189.

(9). — Besnier, *Lexique de géographie ancienne*, 370.

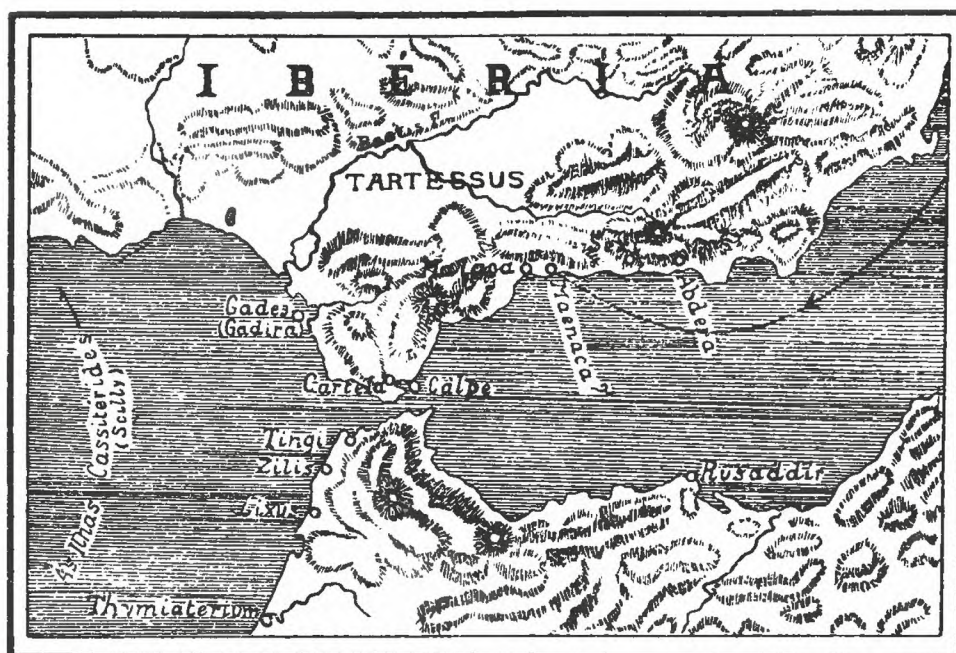


Fig. I. — A REGIÃO DE TARTESSO (Apud João Soares, in “Atlas Histórico e Geográfico”. Lisboa. Sá da Costa, 1934).

da Península — chamavam de *Ἰβηρία* (Iberia) a costa oriental, de *Ταρτησος* (Tartessos) a costa Sudoeste e davam o nome de *Ἰβηρες* (Iberes) às populações indígenas (10).

Autores antigos e modernos, como Políbio (III, 24, 2-4), Estrabão (III, 2, 9), H. Levy (*Semit. Fremdw.* p. 146) (11), admitem, que tendo os Romanos conhecido a Espanha por intermédio de Cartago, a palavra *Ispania* seria semita e talvez oriunda da raiz *s.p.n.*

Para Victor Bérard (12), *I-spania* significa a ilha do esconderijo e é um nome oriundo duma ilhota situada entre as duas margens do Estreito (Perejil). Também, segundo sua opinião, a palavra *Ibéria* talvez se tenha originado da raiz semita *a.b.r.*, com a significação de: *passar, atravessar*.

Das margens do Estreito de Gibraltar, o vocábulo *Ibéria* propagou-se pouco a pouco para o interior. Pelo menos originariamente, *Ibéria* é a margem espanhola do Estreito, como podemos ver no périplo greco-púnico traduzido por Avieno,

(10). — Besnier, *Lexique de géographie ancienne*, 370.

(11). — Apud Bérard, *Les navigations d'Ulysse*, III, 294.

(12). — Bérard, *Les navigations d'Ulysse*, III, 294.

que indica também os Iberos e o rio *Iberus* que está além de *Gades* (Avieno, 248) (13). Aquí, êste autor cometeu o mesmo erro que Aristóteles (*Metereologica*, I, 13, 19) (14), confundindo o *Hiberus*, que é também o nome do rio Tartesso (Guadalquivir), com o rio *Iberus* (Ebro). Em Estrabão, vemos uma referência a Tartesso, como cidade da Ibéria (*Ταρτησσοσ πολισ Ἰβεριασ*) e ao *Hiberus*, como sendo o rio que trazia a Tartesso o ouro, a prata e o estanho. E' interessante notar que o nome de *Ibéria* continuou a caminhar para o Norte e atingiu mesmo a região do Ródano (15).

Com o vocábulo *Ispania* deve se ter dado o mesmo fenômeno. Foram os Romanos que nos transmitiram essa palavra. Êles a teriam recebido das marinhas africanas que frequentavam os portos italianos, para designar vagamente a extrema região do Poente (16).

Quando os Gregos, ou melhor, os Fócios se expandiram para o Oeste, implantaram aí o nome de Ibéria que conheciam desde a Gália. Assim, os Italianos e Romanos ficaram conhecendo dois nomes: Ibéria e Espanha; o primeiro designando a parte grega, em torno do Ebro e o segundo, a parte semita em torno do Estreito (vide figs. 1 e 5) (17).

Com o desaparecimento da prosperidade de Gades, consequência da vitória romana sôbre Cartago, os Romanos designaram com o vocábulo *Ispania* o único território que lhes pareceu digno dêsse velho nome da terra do ouro, da prata e principalmente do estanho, a região chamada pelos Gregos de Tartesso: a Bética (18).

O Guadalquivir era chamado, antes dos Romanos, de Tartesso. Segundo Avieno, êsse rio tinha origem na Montanha da Prata e a cidade de Tartesso ficava nas suas proximidades, com jurisdição sôbre todo o vale até às suas fontes, nas imediações de Cástula. A cidade dominou a costa ao Sul do Baetis, pois Avieno dá como antiga fronteira dos Tar-

(13). — Apud Cary e Warmington, *Les explorateurs de l'antiquité*, 155, nota 5.

(14). — *Ibid.*

(15). — Déchelette e Grenier, *Manuel d'archéologie préhistorique*, II, 7; Bérard, *Les navigations d'Ulysse*, III, 294-299.

(16). — Bérard, *Les navigations d'Ulysse*, III, 299-300.

(17). — *Ibid.*, III, 300.

(18). — *Ibid.*, III, 300-301.

téssios a cidade de Herna, a Leste de Mastia (Cartagena), povoação que Políbio, ao comentar o segundo tratado de Roma com Cartago (348 a.C.), designa com o nome de *Μαστια Ταρσηιον* (Mastia Tarseion), isto é, Mastia em território de Tarsis (vide fig. 6) (19).

Atualmente, com os trabalhos de Schulten, todos os historiadores concordam com a distinção entre Gades e Tartesso. Mas na Antiguidade, houve certa confusão em determinados autores. Cícero (*De senectute*, 69) (20) diz o seguinte de Argantônio, que chama de *Tartessiorum rex*:

“...fuit, ut scriptum video, Arganthonius quidam Gadibus...”

Também Plínio (VII, 156) (21) diz:

“...Arganthonius Gaditanus...”

Segundo Salústio (*Hist. fragm.*, II, 32) e Avieno (*Ora maritima*, 85, 269-270) (22), Tartesso era o nome antigo de Gades. Em face desses textos, não podemos deixar de indagar se Argantônio poderia ter sido rei duma cidade fenícia, fundada séculos antes. Ou seria a capital indígena que se limitava com a colônia fenícia? Cremos ser impossível Argantônio ter reinado em Gades. Pois não foi ele quem fez excelente acolhimento aos Fócios, rivais encarniçados dos Fenícios, justamente para se ver livre destes?

O rio Tartesso era navegável até às suas fontes, onde se encontravam as maiores jazidas de prata da região. Segundo uma lenda, houve aí outrora espessas florestas e foi justamente durante um colossal incêndio, que a prata apareceu (23).

(19). — Glotz e Cohen, *Histoire grecque*, I, 197; Ballesteros, *Historia de España*, I, 189 e 210-211; Olsen, *La conquête de la Terre*, I, 44; Besnier, *Lexique de géographie ancienne*, 323; Mendes Corrêa, *Os povos primitivos da Lusitânia*, 75-76.

(20). — Apud Gsell, *Hist. anc. Afr. Nord*, I, 415, nota 3.

(21). — *Ibid.*

(22). — *Ibid.*

(23). — Olsen, *La conquête de la Terre*, I, 44.

Sabemos pelo périplo greco-púnico de Avieno (178-182) (24) da existência duma rota ístmica entre o gôlfo mediterrâneo de Málaga e o gôlfo atlântico de Lisboa:

“... *rursus inde si petat quiquam pede
Tartessiorum litus, exuperet viam
vix luce quarta; siquis ad nostrum mare
Malacaeque portum semitam tetenderit,
in quinque soles iter est...*”

No meio dessa rota encontrava-se o Monte de Prata, cujas riquezas fluíam para Tartesso através do rio (25). Ao pé das montanhas e abrigada por elas dos ventos do Norte, estendia-se a planície do Guadalquivir. Aí ficava Tartesso, pois sabemos, por Platão (26), que a cidade estava situada num planície e que montanhas a cercavam.

* * *

II. — AS MAIS ANTIGAS REFERÊNCIAS.

1. — *A região de Tartesso e a Prehistória.*

Sabemos que a Prehistória Ibérica se prolonga, sob muitos aspectos, até à época das primeiras colônias gregas e, que a História aparece quando os grandes impérios da Ásia e o Egito já possuíam uma longa e brilhante civilização. Mas, a-pesar-disso, pensamos ser errônea a hipótese que atribue aos Fenícios a avançada civilização existente no Sul da Ibéria, nos últimos tempos da indústria neolítica, porque foram encontrados numerosos objetos de prata nos túmulos da Idade do Bronze (primeira metade do II.º milênio), explorados entre Cartagena e Almería. Como veremos mais adiante, os

(24). — Apud Bérard, *Les navigations d'Ulysse*, III, 282-283.

(25). — Schulten, *Avieni Ora Maritima*, 87 e 96-97. Apud Bérard, *Les navigations d'Ulysse*, III, 283.

(26). — Apud Bérard, *Les navigations d'Ulysse*, III, 283.

Fenícios não poderiam ter tanta influência nessa época na Ibéria, para terem aí deixado êsses objetos (27). E' curioso que autores antigos, como Diodoro de Sicília (V. 32) (28), testemunham justamente o contrário:

“... O país dos Iberos possui as mais numerosas e as mais belas minas de prata que se conhecem... Os indígenas ignoram o seu uso...”

Entretanto, um especialista, Déchelette (29), verificou certas analogias culturais, principalmente na Idade do Bronze, entre as civilizações da Ibéria e da Gália Ocidental. Para êle, da Ibéria teria vindo o conhecimento dos metais (ouro, cobre e bronze) para as costas atlânticas da Gália.

* * *

2. — As inscrições assírias.

Ninguém pensaria encontrar o nome dum monarca das regiões do Tigre e Eufrates ligado à questão de Tartesso. Schulten, apoiado numa inscrição assíria publicada por Schroeder (*Keilschrifttexte aus Assur*, n.º 92, 1.41) (30) e segundo os especialistas Hommel e Meisner, afirma que o rei citado na referida inscrição é Sargão de Accad ($\pm 2725-2670$ a.C.) (31). Trata-se duma expedição naval dum monarca assírio que teria atravessado o mar a Oeste e

“... conquistado três vêzes *Anaku-ki* (a região do estanho?), *Kaptara-ki* (Creta?) e as terras de além *Mar Superior*...”

A alusão ao País do Estanho sugeriu Tartesso a Schul-

(27). — Déchelette e Grenier, *Manuel d'archéologie préhistorique*, II, 365.

(28). — Apud Gsell, *Hist. anc. Afr. Nord*, I, 403.

(29). — Déchelette e Grenier, *Manuel d'archéologie préhistorique*, II, 27-28.

(30). — Schulten, *Avieni Ora Maritima*, 126. Apud Cary e Warmington, *Les explorateurs de l'antiquité*, 22.

(31). — Moret, *Histoire de l'Orient*, I, 378.

ten. Ela seria a fornecedora de estanho do Oriente nessa época; mas Bosch-Gimpera (32) diverge, dizendo que nesse tempo a Península iniciava-se apenas na Idade do Bronze e, portanto, que a rota do estanho não existia ainda. Veremos, mais adiante, que essa rota marítima é prehistórica e anterior à Idade dos Metais, existindo, portanto, muito antes do tráfego do estanho.

Sustentou-se também que a Ibéria teria sido colônia assíria, devido à semelhança de certos nomes das suas cidades com os da Mesopotâmia. Mas a verdade é que não sabemos ao certo qual seria o local preciso de Kaptara-ki ou de Anaku-ki. Apenas podemos afirmar que Sargão teria feito algumas expedições navais, partindo da Fenícia ou da Cilícia e tendo Chipre como objetivo. E' possível mesmo que essas façanhas tenham sido realizadas no golfo Pérsico e não no Mediterrâneo (33).

Porém, Sargão não é o único rei da Assíria relacionado com o problema de Tartesso. Schulten (34), baseado também num texto, publicado por Messerschmidt e interpretado por Meissner e Unger, diz que Assarhadon (680-669 a.C.) foi senhor de *Tarsisi*:

“... *Os reis do meio do mar, todos os do país de Iadnan (Chipre), do país Iaman (Iavan) até o país Tarsisi, se curvam sob meus pés...*”

Mendes Corrêa (35), interpretando êsse texto diz, muito bem, que Assarhadon não conquistou Tartesso, mas sim Tiro e como Tartesso estava sob o domínio tírio (através de Gades), êle abusivamente a incluiu entre as regiões que submeteu.

* * *

(32). — Bosch-Gimpera, *Ensayo de una reconstrucción de la Etnologia prehistórica de la Península Ibérica*. Apud Mendes Corrêa, *Os povos primitivos da Lusitânia*, 77.

(33). — Mendes Corrêa, *Os povos primitivos da Lusitânia*, 78; Cary e Warmington, *Les explorateurs de l'antiquité*, 23.

(34). — *Fontes Hispaniae Antiquae*, 156-157. Apud Mendes, Corrêa, *Os povos primitivos da Lusitânia*, 78.

(35). — Mendes Corrêa, *Os povos primitivos da Lusitânia*, 78.

3. — Os Cretenses.

No II.º milênio a.C., ou mesmo antes, marinheiros do Egeu passaram o Estreito de Messina e foram até à Ibéria, tendo talvez franqueado Gibraltar e atingido Tartesso pelo Guadalquivir. Schulten afirma que êsses marinheiros vieram em busca do estanho do Atlântico. Por outro lado, sabemos, também, que nessa época as minas de prata da Ibéria já estavam sendo exploradas. Nessas zonas mineiras nasceram civilizações brilhantes, como a de Argar, que conservaram vestígios de relações com os Cretenses, — como, por exemplo, essas pérolas de vidro, imitadas de outras do Egito trazidas à Península por êsses navegantes do Mar Egeu. Os Cretenses foram substituídos mais tarde pelos Micênios, pois certamente a Ibéria manteve contacto comercial com êsses mareantes, porque os vasos pintados, de fabricação local, tiveram por modelo vasos importados, como o provam os achados arqueológicos de Alicante a Narbona (36).

* * *

4. — O Velho Testamento.

Encontramos no Velho Testamento a referência histórica mais antiga que se conhece de Tartesso, pois, no tempo do rei Salomão (955-935 a.C.) (37), já havia comércio entre a costa fenícia e a região de Tarsis. Diz a Bíblia (III Reg., X, 22) (38):

“Quia classis regis per mare cum classe Hiram semel per tres annos ibat in Tharsis, deferens inde aurum et argentum, et dentes elephatorum, et simias, et pavos.”

Do texto, concluímos que êsses navios, as *naus de Tarsis*,

(36). — Glotz, *La civilisation égéenne*, 260.

(37). — Moret, *Histoire de l'Orient*, II, 646.

(38). — Apud Fillion, *La Sainte Bible* II, 495.

navegavam em direção aos domínios de Javan, isto é, para o Oeste, trazendo de lá metais e animais raros (39).

Também no adorno do Sumo-Sacerdote judeu figurava uma pedra com o nome de Tarsis e, na relação dos povos (*Gen.*, X, 4) (40), Tarsis figura como sendo o segundo filho de Javan:

“Filiū autem Javam: Elisa, et Tharsis, Cethim, et Dodanim.”

Tudo isso prova que os Hebreus tinham conhecimento da existência de Tarsis, provavelmente através dos Fenícios. Esse conhecimento é bem antigo e, talvez, date do começo da monarquia, isto é, de mais ou menos 1025 a.C. (41).

Nas lamentações de Ezequiel sobre Tiro (*Ez.*, XXVII, 12 e 25) (42) encontramos também referências ao comércio com Tarsis através de Cartago:

“12. Carthaginenses negotiatores tui, a multitudine cunctarum divitiarum; argento, ferro, stanno, plumboque repleverunt nudinas tuas”.

“25. Naves maris, principes tui in negotiatione tua; et repleta es, et glorificata nimis in corde maris.”

Esses textos são referentes à época do cerco que Nabucodonosor fez a Tiro (586 a.C.) e por eles, vemos Tarsis como fornecedora de matérias primas para a indústria do Mediterrâneo Oriental (43).

Mas não é só; Isaias (LX, 9), exaltando Jerusalem e Jeremias (X, 9) exortando-a, referem-se também a Tarsis nos seguintes termos (44):

(39). — Bérard, *Les Phéniciens et l'Odyssee*, II, 145; Ballesteros, *Historia de España*, I, 189-190.

(40). — Apud Fillion, *La Sainte Bible*, I, 51.

(41). — Ballesteros, *Historia de España*, I, 190; Moret, *Histoire de l'Orient*, II, 641.

(42). — Apud Fillion, *La Sainte Bible*, VI, 113 e 115.

(43). — Déchelette e Grenier, *Manuel d'archéologie préhistorique*, II, 95; Moret *Histoire de l'Orient*, II, 613.

(44). — Apud Fillion, *La Sainte Bible*, V, 492 e 566.

“Me enim insulae expectant, et naves maris in principio, ut adducam filios tuos de longe; argentum eorum, et aurum eorum cum eis, nomini Domini Dei tui, et Sancto Israel, quia glorificavit te.”

“Argentum involutum de Tharsis affertur, et aurum de Ophaz; opus artificis et manus aerarii, hyacinthus et purpura indumentum eorum: opus artificum universa haec.”

A menção especial das *naves maris* (navios de Tarsis) levou certos historiadores a discutir a tonelagem e configuração desses barcos. Infelizmente, não possuímos dados seguros acerca-dêles, mas deviam ser navios de alto-bordo, para poderem enfrentar as ondas do Atlântico, em busca do fabuloso mercado de Tarsis. Por outro lado, sabemos que no tempo da XVIII.^a dinastia egípcia ($\pm 1580-1320$ a.C.) os grandes navios possuíam habitualmente trinta remadores, dispostos em quinze bancos. A insistência e o realce em que são colocados as *naus de Tarsis*, nos fazem supor que seriam barcos do tipo dos famosos *pentecontoros* de Cadmos e de Danaos, ou dos *cruzadores* das epopeias homéricas, com seus cinquenta remadores em vinte e cinco bancos (45).

Temos finalmente outra referência (*Ps.*, LXXI, 10) (46), em que vemos mencionados os presentes que os reis de Tiro teriam recebido dos reis de Tarsis:

“Reges Tharsis et insulae munera offerent; reges Arabum et Saba dona adducent.”

Não sabemos, infelizmente, se este texto se refere ao famoso Argantônio ou à sua dinastia, ou mesmo, ao hipotético rei tartéssio Norax, que teria sido o fundador da cidade sarda de Nora (47).

* * *

(45). — Bérard, *Les navigations d'Ulysse*, I, 47; Moret, *Histoire de l'Orient*, I, 481.

(46). — Apud Fillion, *La Sainte Bible*, IV, 216.

(47). — Patroni, *Nora, colonia fenicia in Sardegna*, in “*Monumenti dell'Accademia dei Lincei*”, t. XVI (1905), pp. 110-207. Apud Piganiol, *La conquête romaine*, 48; Gsell, *Hist. anc. Afr. Nord*, I, 416.

5. — *A literatura grega.*

Nos poemas homéricos, — principalmente na *Odisséia* — encontramos alusões à Ibéria, quando êles se referem ao Oceano e Estrabão (*Geographia*, Livro III, p. 12 e 13) (48) alude também a várias passagens de Homero nesse sentido.

Em outras obras literárias gregas, vemos citado várias vezes o *Elysion*, situado no extremo Ocidente, com um clima ideal, sem neve e sem ventos, com suaves brisas e que seria o arquipélago das Canárias, conhecido na Antiguidade sob o nome de Ilhas Afortunadas. Segundo Müllendorf, pelo contrário, a entrada do *Tartaros* das *Cimmerias*,

“... escondida entre as neves...”

coincide com a descrição que Avieno fez da *Inferna Dea*, perto de Huelva, no rio Tinto.

Hesíodo (± 750 a.C.) já conhece melhor o Ocidente, pois cita uma ilha *Erytheia* (a do entardecer vermelho) no extremo Ocidente e *Geryoneus*, que a habita, é filho duma filha do Oceano. Refere-se também às Hespérides (entre elas *Erytheia* e *Hesperethusa*), situadas por êle no Oceano, nas fronteiras do Norte.

Stsichoros de Himera (± 600 a.C.) é o primeiro Grego que fala de Tartesso. Anacreonte, cinquenta anos depois, cantou a vida do lendário rei Argantônio (49), que veremos mais adiante.

Possuimos também de Hecateu de Mileto (546-480 a.C.) alguns fragmentos, — conservados por Estevão de Bizâncio — sôbre o assunto (50).

* * *

(48). — Apud Mendes Corrêa, *Os povos primitivos da Lusitânia*, 78.

(49). — Ballesteros, *Historia de España*, I, 209; Mendes Corrêa, *Os povos primitivos da Lusitânia*, 78-79.

(50). — *Fragmenta hist. graec.*, C. Mueller. Paris. Didot. 1874. Apud Mendes Corrêa, *Os povos primitivos da Lusitânia*, 85-86.

6. — A “*Ora Maritima*” de Festo Avieno.

Pode parecer paradoxal que Rufo Festo Avieno, escritor do IV.º século da nossa era e autor do poema burlesco *Ora Maritima*, seja um dos autores mais citados a propósito de Tartesso e da rota do estanho. E’ que Avieno compôs o seu poema baseado nesses roteiros náuticos, tão comuns na Antiguidade, principalmente no périplo do cartaginês Himilcon, — com algumas interpolações — e num périplo massaliota do início do VI.º século a.C. (51)

Schulten (52), após minucioso estudo, concluiu que êsse périplo massaliota,

“... *periplum massiliensem scriptum anno fere 530 a.C....*”

foi modificado por Éforo no IV.º século e depois por um escritor grego do I.º século a.C., sofrendo assim, várias interpolações antes de chegar a Avieno, que fez dêle um poema em versos de latim de decadência. A-pesar-das interpolações, Schulten afirma estar também contido na narrativa de Avieno, todo o périplo de Himilcon (53).

Avieno nos fornece informes acêrca-do comércio do VI.º século a.C., se aceitarmos as conclusões de Schulten, de que no poema está contido o périplo dum Fócio de 530 a.C.. Mas devemos dizer que há autores que não concordam com Schulten. Assim, E. Meyer afirma que o poema de Avieno fornece indicações apenas até o IV.º século (*Einzelne Fragen der phönikischen Geschichte*, in “*Sitzungsberichte der preussischen Akademie der Wissenschaften, Philologisch-historische Klasse.*” 1929, pp. 204-206) (54). Não obstante a autoridade de E. Meyer no assunto, concordamos com Schulten e com a maioria dos autores, em que os dois périplos podem estar perfeitamente no poema de Avieno.

(51). — Bérard, *Les Phéniciens et l’Odyssée*, I, 215; Piganiol, *La conquête romaine*, 54; Cary e Warmington, *Les explorateurs de l’antiquité*, 47; Schulten e Bosch-Gimpera, *Fontes Hisp. Ant.*, 51. Apud Mendes Corrêa, *Os povos primitivos da Lusitânia*, 82.

(52). — Schulten, *Avieni Ora Maritima*, 9. Apud Bérard, *Les navigations d’Ulysse*, III, 288.

(53). — Mendes Corrêa, *Os povos primitivos da Lusitânia*, 82.

(54). — Apud Piganiol, *La conquête romaine*, 54, nota 1.

O certo é que Avieno nos descreve o litoral atlântico desde *Æstrymnis* — que teria sido o antigo nome da Península até uma invasão de serpentes (os Sefes?) (vide fig. 4) — passando por *Ophiusa* (nome da Península no poema), pelo cabo *Aryium* (cabo Ortegál) e pelo cabo *Ofiusa* (cabo Roca), até um gôlfo de onde partia um caminho terrestre, de quatro jornadas a pé, em direção a Tartesso. A-pesar-da opinião contrária de Mendes Corrêa, Schulten diz que êsse gôlfo é o de Olisippo. Após citar algumas ilhas e cabos, o poema fala do rio *Anas* (Guadiana), que servia de limite entre os Cinetes e os Tartéssios (vide fig. 4); fala também do rio Tartesso, que viria do *Mons Argentarius* e do lago Ligustino (vide fig. 3), que banhava a cidade de Tartesso (55).

Enfim, não obstante o poema *Ora Maritima* ser um documento de inestimável valor, a sua interpretação é difficilima, devido às lacunas e interpolações que às vêzes não podemos identificar.

* * *

III. — TARTESSO E A ATLÂNTIDA.

Adolf Schulten, depois das suas célebres pesquisas em Numância, identificou a foz do Guadalquivir como sendo o local onde existira Tartesso e, em seguida, afirmou que essa região era a Atlântida de Platão, êsse maravilhoso império insular situado, segundo o diálogo, nas proximidades de Gades, com seu poderoso rei, sua esplêndida capital e suas enormes riquezas, — principalmente em metais.

Para Schulten, Hennig e Jessen, há grande semelhança entre a descrição da Atlântida do autor do *Timeu* e *Critias* e a Tartesso de Estrabão, principalmente no que se refere ao estanho. E, como Tartesso desapareceu um tanto misteriosamente entre 530 e 480 a.C. e Platão viveu mais ou menos em

(55). — Mendes Corrêa, Os povos primitivos da Lusitânia, 80-95; Besmertny, L'Atlantide, 69.

400 a. C., êle teria se referido simbôlicamente ao seu desaparecimento, sob a forma duma submersão (56).

Segundo Hennig (57), *Atlas e Gadiros*, para Platão, são os filhos gêmeos de Poseidon e que aquele foi o primeiro rei de Atlantis e que êste recebeu

“... as pontas terminais da ilha que se encontra nas proximidades das Colunas de Hércules e de Gades...”

Segundo Schulten (58), tanto Tartesso como Atlantis

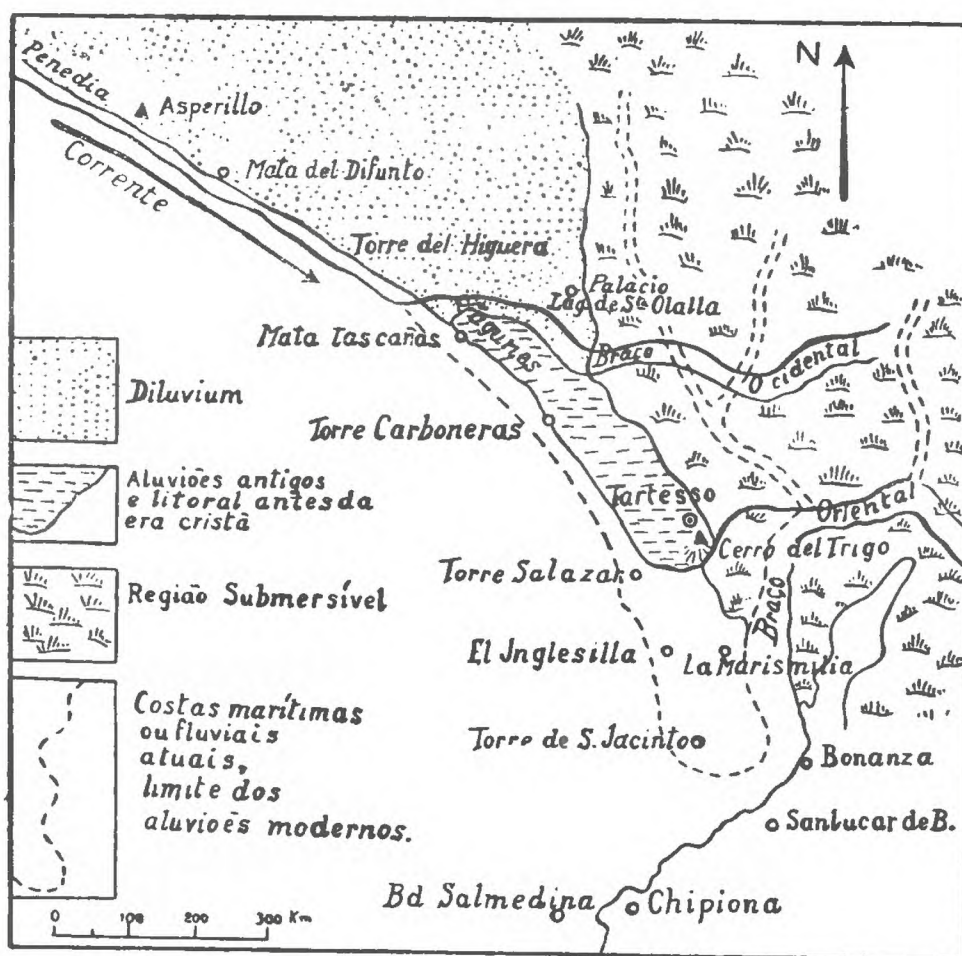


FIG. 2. — A FOZ DO GUADALQUIVIR NA ANTIGUIDADE E A SITUAÇÃO DE TARTESSO-ATLANTIS (Jessen, Tübingen) (Segundo R. Hennig, in “Terres mystérieuses”. Delphin-Verlag. Munique. Apud Bessmertny, in “L’Atlantide”. Paris. Payot. 1935, p. 73).

(56). — Bessmertny, *L’Atlantide*, 71; Ballesteros, *Historia de España*, I, 207-208.

(57). — Apud Bessmertny, *L’Atlantide*, 72.

(58). — *Ibid.*

estavam próximas de Gades e, que entre os metais, o zinco era importado por ambas e o bronze era objeto duma indústria muito importante.

Como vemos, essa hipótese é sedutora, mas repousa exclusivamente na interpretação do texto do *Timeu* de Platão. Mas, como nota Albert Rivaud (59), essa obra de Platão é uma das mais obscuras da Antiguidade; o texto não tem rigor demonstrativo, pelo contrário, contenta-se apenas com a verossimilhança. Platão não se cansa de mostrar o caráter conjectural do seu diálogo e parece mesmo que fez essa obra como exercício, como distração agradável para uso dos seus discípulos.

Devemos notar ainda que na própria Antiguidade muitos escritores já duvidavam da existência da Atlântida, como Aristóteles, Posidônio e Estrabão. Como eles viveram em épocas muito mais próximas de Platão do que nós e como talvez as fontes do *Timeu* ainda não tivessem desaparecido, essa descrença é bem significativa.

* * *

IV. — TARTÉSSIOS = TURDETANOS.

Após havermos tratado do problema da posição de Tartesso e do problema das mais antigas referências, vejamos agora a questão da origem étnica dos seus habitantes.

Há enorme controvérsia entre os autores acêrca-da origem dos Tartéssios, mas a grande maioria, inclusive autores clássicos como Hecateu, Herodoro e Estrabão (Liv. III, cap. I, ed. C. Müller, Didot, 115) (60), afirma que êsses Tartéssios são Iberos, isto é, oriundos da África do Norte. Outros autores, como por exemplo Martins Sarmiento (61), são partidários da filiação ligúrica, baseados na semelhança existente

(59). — Platão, *Timeu e Crítias*, trad. de Albert Rivaud, in prefácio, 4, 11 e 28.

(60). — Apud Ballesteros, *Historia de España*, I, 124.

(61). — *Estudo e interpretação da Ora Marítima*. Apud Mendes Corrêa, *Raça e nacionalidade*, 70.

entre os nomes dos Lígures e do lago Ligustino, citado no poema de Avieno e que estaria situado nas proximidades de Tartesso (vide fig. 3).

Philipon (62) pensa que os Tartéssios vieram com os Iberos ou depois dêles para a Península, mas que eram oriundos duma outra estirpe e, que, por isso mesmo, elaboraram uma notável civilização, com poemas de mais de 6.000 anos, transmitidos oralmente de pais para filhos.

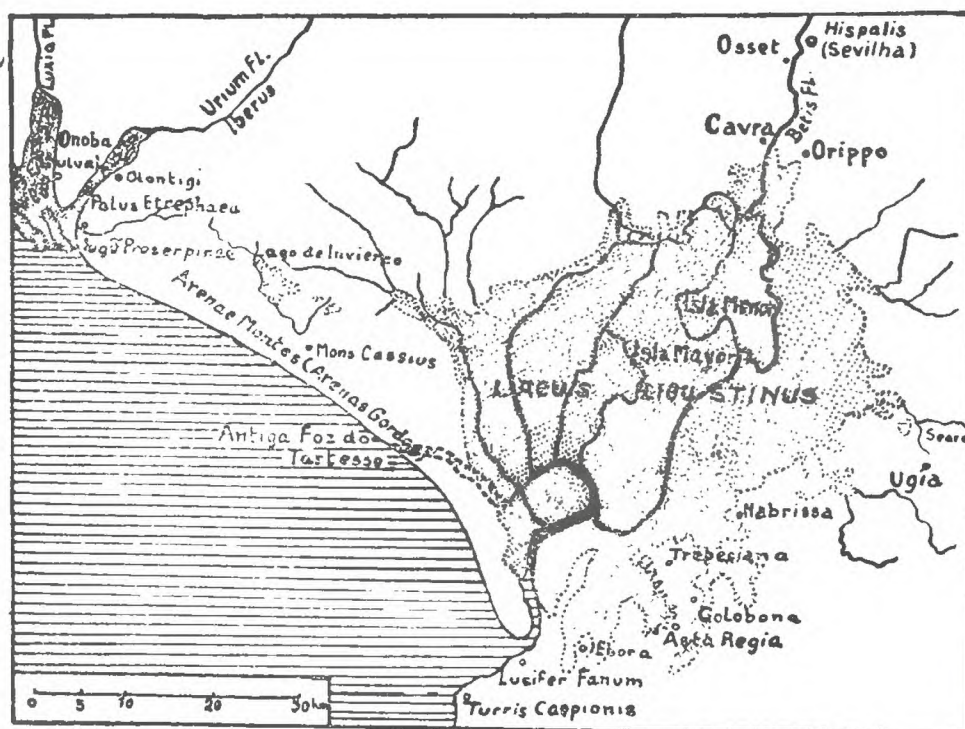


Fig. 3. — O LAGO LIGUSTINO SEGUNDO G. BONSOR (Apud Max Sorre, Jules Sion e Y. Chataigneaux in "Méditerranée. Péninsules méditerranéennes". I, 169).

Para d. Francisco Fernández y Gonzáles (63), êsses Tartéssios faziam parte dos chamados *Povos do Mar* que invadiram o Egito (*shardanas, turshas* etc.), ou então, que auxiliados por êles, combateram as tribus líbias invasoras da Ibéria. Para êsse autor, os Etruscos estiveram na Espanha e talvez seria devido à sua presença, que a civilização ibérica foi tão

(62). — Apud Ballesteros, *Historia de España*, I, 123.

(63). — *Primeros pobladores históricos de la Península Ibérica*, in "Historia General de España" sob a direção de d. Antonio Canovas del Castillo. Madrid. 1890. Apud Ballesteros, *Historia de España*, I, 124.

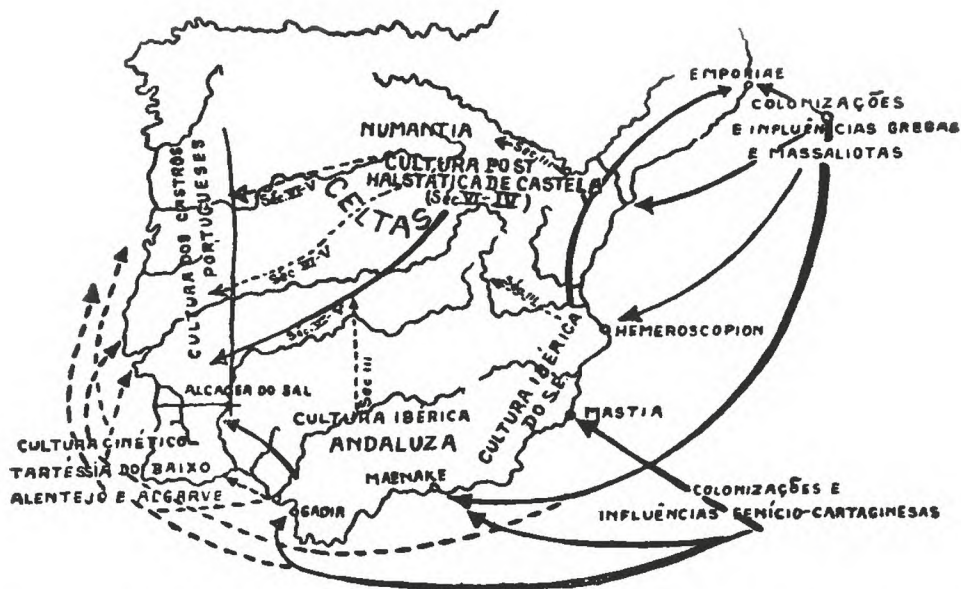


Fig. 6. — ÁREAS E ROTEIROS CULTURAIS DA 2.^a IDADE DO FERRO NA PENÍNSULA (O sentido das difusões mais hipotéticas é indicado por linhas interrompidas) (Apud A. A. Mendes Corrêa, in "História de Portugal". Barcelos. Portucalense Editora. I, 164).

mos os Turdetanos na Península. Os autores mais antigos, como Hecateu, enumerando as populações da Ibéria, citam os *Tartéssios*, os *Mástienos*, os *Elbéstios* etc. Tõdas essas tribus são iberas e seus nomes foram substituidos mais tarde por outros mais genéricos, como por exemplo: os Tartéssios e Elbéstios transformam-se em *Turdetanos* (67).

Schulten (68) demonstrou que os Turdetanos são Iberos, baseado nos autores antigos, como por exemplo, em Avieno. Êste diz, com efeito, que os Iberos estavam entre o Anas e o Iberus; Estrabão, apoiado em Asclepiades de Mirléia, autor duma *Periegesis* da Turdetânia, diz que os Turdetanos eram Iberos; Scylax menciona um rio Iberus perto de Gades. Com a palavra *Ibero* aconteceu o mesmo que com os vocábulos *Heleno* e *Itálico*: no começo davam o seu nome a uma pequena área e acabaram por designar uma península.

Como se pode ver pelas opiniões enunciadas, o problema é muito complexo, mas devemos dizer que a hipótese iberá é

(67). — Ballesteros, *Historia de España*, I, 127 e 141.

(68). — *Ibid.*, I, 211.

a mais razoável, além de ser essa a tese sustentada pelos grandes especialistas na matéria: Schulten e Mendes Corrêa.

* * *

V. — A ROTA DO ESTANHO E O COMÉRCIO DE TARTESSO.

Pelos estudos empreendidos ultimamente, sabemos agora que as rotas comerciais são bem mais antigas do que se supunha no século passado. Entre as mais antigas, a mais vetusta é talvez a rota que ligava o Mediterrâneo ao Atlântico, passando pelas Colunas de Hércules. Essa foi a grande via dos tempos neolíticos e do início da Idade do Bronze. Foi por ela, talvez, que certos tipos de sepulturas megalíticas se espalharam, desde a bacia oriental do Mediterrâneo até à costa atlântica da Ibéria, Gália, Cornualha (região do estanho), Irlanda (rica em minas de ouro), costas do Mar do Norte e do Báltico, onde abunda o âmbar, — sabemos mesmo que o primeiro âmbar importado pela Europa Meridional, era oriundo da Jutlândia (69). Ao lado dessa via marítima, existiu uma outra terrestre, — principalmente a partir da Idade do Bronze II (\pm 2000 a. C.) — que ia do Norte do Adriático à Escandinávia, passando pela Nórica e pelos vales do Moldau e do Elba (70).

Os metais e também o âmbar eram os objetivos das primeiras viagens no Atlântico. Entretanto, essas relações comerciais comportavam uma organização marítima bem desenvolvida e Tartesso possuía, talvez desse o II.º milênio, poderosa marinha mercante que fazia êsse comércio atlântico, como bem o mostra Ávieno (71):

*“Tartessiisque in terminos Æstrymnidum
Negotiandi mos erat...”*

(69). — Childe, *The dawn of European Civilisation*, pp. 118-119 e 136-137.. Apud Cary e Warmington. *Los explorateurs de l'antiquité*, 47.

(70). — Déchelette e Grenier, *Manuel d'archéologie préhistorique*, III, 50.

(71). — Apud Déchelette e Grenier, *Manuel d'archéologie préhistorique*, II, 27.

E' certo que êsse comércio é anterior à hegemonia fenícia, que fundou em território de Tartesso a florescente cidade de Gadir, como veremos mais adiante. Mas, infelizmente, não estamos muito bem documentados nesse sentido, pois possuímos apenas alguns textos esparsos e mutilados (72).

Devemos notar, também, que nos poemas homéricos o emprego do estanho é quasi desconhecido, pois sòmente numa passagem da Iliada vemos o vocábulo *Κασσιτερος* (Kassiteros) citado como metal precioso ao lado do ouro, da prata e do *kyanos*. Isso vem provar que o estanho puro era conhecido, mas que a quantidade disponível no Mediterrâneo Oriental não era muito grande. Temos a certeza de que os Gregos da época homérica conheceram o estanho, porque êsses poemas devem ter sido escritos depois da fundação de Gades. Tiro e Sidon fabricavam, com o estanho de Tarsis e o cobre de Chipre, um bronze afamado e foram elas as grandes fornecedoras de *khalkos* na época homérica (73). Era ainda na época de Heródoto por Tartesso que o Mediterrâneo recebia o estanho, a-pesar-da sua dúvida (III, 115) (74):

“... eu não conheço essas Ilhas Cassitérides, de onde nos vem, parece, o estanho...”.

Veremos, mais adiante, que tal como Babilônia foi na Alta-Antiguidade a região do asfalto, assim Tartesso tornou-se o mercado do bronze, do estanho e do *oricalco* (mistura do cobre com ouro e prata) (75).

* * *

1. — A rota marítima do estanho.

O estanho desempenhou na Idade do Bronze o mesmo papel que o carvão e o ferro nos nossos dias. Era indispen-

(72). — Déchelette e Granier, *Manuel d'archéologie préhistorique*, II, 27-28.

(73). — Bérard, *Les Phéniciens et l'Odyssée*, I, 381-382.

(74). — *L'enquête d'Hérodote d'Halicarnasse*, trad. de Henri Berguin, I, 263.

(75). — Bérard, *Les navigations d'Ulysse*, III, 275.

sável na fabricação do bronze, metal com que os homens de então manufacturavam armas, objetos e instrumentos de que tinham necessidade.

A proveniência do metal empregado na fundição do bronze na bacia mediterrânea, constitue, ainda hoje, um dos problemas mais intrincados da História Antiga. No caso do Egito (76), por exemplo, certos historiadores chegam até a citar o tráfego de caravanas de estanho, proveniente do Sudão Central. Mas a maioria dos autores gregos e romanos era partidária da vinda do estanho da região de Tartesso, pois eles já localizavam a região produtora desse metal no litoral atlântico da Europa. Foi nessa época que se começou a falar em ilhas longínquas como fornecedoras de estanho. Como já vimos, Heródoto já se referira, — a-pesar-de duvidar — à existência das Cassitérides, grupo de ilhas situadas no Oceano, ao largo da ponta Noroeste da Europa. Pensamos mesmo que essa idéia apareceu quando os geógrafos começaram a ter conhecimento da existência das Ilhas Britânicas.

Como as viagens marítimas à região do estanho partissem da Ibéria, — ponto intermediário dessa antiquíssima rota comercial entre o Mediterrâneo e o Atlântico, a que já nos referimos — compreende-se perfeitamente o papel exercido por Tartesso: o de verdadeiro monopolizador desse comércio (77).

Estrabão (78) dizia haver dez ilhas produtoras de estanho, situadas uma após outras na direção dos *Artabres* (Galiza), na mesma latitude que a Inglaterra, pois a Geografia da Antiguidade prolongava tanto o cabo Land's End que elle ficava na altura da ponta Noroeste da Ibéria. Estrabão nos descreve também os pacíficos insulares com as suas longas vestes pretas até aos pés. Os autores antigos e modernos concordam em situar as jazidas de estanho no Ocidente, mas há entre elles grande divergência na localização precisa das Cassitérides.

(76). — Olsen, *La conquête de la Terre*, I, 49.

(77). — Cary e Warmington, *Les explorateurs de l'antiquité*, 47; Piganiol, *La conquête romaine*, 54.

(78). — Apud Olsen, *La conquête de la Terre*, 50.

Segundo Avieno (95-115) (79), os Tartéssios faziam regularmente o tráfego do estanho com a Bretanha (*Ēstrymnis*), deixando aos naturais da região o transporte através da Mancha. Isso é uma prova de que o comércio era muito antigo e de que não foram os Fenícios os descobridores da rota do estanho, como o querem alguns escritores. Como sabemos, Avieno descreve uma situação bem posterior à indicação do profeta Ezequiel, quando êste se refere ao estanho de Tarsis, que era importado regularmente por Tiro. Êsse comércio, tão regular em época assim recuada, deixa entrever alguns séculos para o seu estabelecimento e a fundação de Gades foi feita, sem dúvida alguma, para aproveitar-se dêsse tráfego, como veremos mais adiante (80).

Não é só Avieno, entre os autores antigos, que se refere às jazidas de estanho. Scimnos (81) nos diz também que Tartesso importava da Céltica estanho de aluvião fluvial. Êsse estanho viria da foz do Loire e do Vilaine e os Tartéssios talvez usassem os indígenas nesse mister de coleta.

Os Tartéssios possuíam grandes barcos, — os *navios de Tarsis* — com os quais faziam essas longas navegações em direção à *Ēstrymnis* e às ilhas vizinhas, que na Antiguidade constituíram um vasto entreposto do chumbo e do estanho oriundo da Inglaterra. Devemos notar que o comércio de estanho se concentrou de tal maneira em Tartesso, que essa cidade passou, na Antiguidade, pelo sítio das jazidas do metal (82). De fato, enquanto ela existiu, não deixou de manter relações comerciais diretas ou indiretas como os *Ēstrymnios* (83).

E' interessante notarmos também que o estanho da Cornualha era objeto dum comércio intenso com a Escandinávia e, naquela região, os navegantes nórdicos deviam se encon-

(79). — Apud Cary e Warmington, *Les explorateurs de l'antiquité*, 47.

(80). — Ballesteros, *Historia de España*, I, 191; Sorre, Ston e Chataigneau, *Méditerranée. Péninsules méditerranéennes*, I, 91-92.

(81). — Apud Bérard, *Les navigations d'Ulysse*, III, 235; Idem, *Les Phéniciens et l'Odyssée*, I, 392.

(82). — Oksen, *La conquête de la Terre*, I, 48.

(83). — Déchelette e Grenier, *Manuel d'archéologie préhistorique*, IV, 1.084; Piganiol, *La conquête romaine*, 271.

trar com os Tartéssios, provindo talvez dêsse contacto, a introdução do âmbar no Mediterrâneo desde 2.000 a.C. (84).

Luis Siret (85), tentando provar que as ilhas Cassitérides eram as ilhas do Morbihan, se utiliza das referências de Estrabão, Avieno, Plínio e Pompônio Mela, mas interpreta-as de maneira diversa da nossa. Apoiando-se em Avieno, que descreveu a região de *Æstrymnis* como costa rochosa, com ilhas ricas em chumbo e estanho, com portos frequentados por mercadores e navegantes, Siret conclue que de Morbihan partiam as expedições para a Irlanda, Inglaterra e o extremo Norte da Europa e, portanto, que essa região seria o local das Cassitérides. Essa passagem de Avieno concordaria com a indicação de César, quando êste se referiu aos Vênetos da Armórica (86).

Pelas opiniões expostas e apoiado na maioria dos autores, concluímos que a região de *Æstrymnis* é identificada com o *Æstrymnicus Sinus*, gôlfo situado na costa Sudoeste da Bretanha (*Brit. I. Dumnonii*), no *Oceanus Britannicus*, a Leste do *promontorium Ocrinum* ou *Damnonium* (Cornualha); as *insulae Æstrymnides* situadas no gôlfo são as *insulae Cassitérides*, exportadoras de chumbo e de estanho (Avieno, 94 e 96) (87). As ilhas Cassitérides, chamadas também *Silurum insulae*, são pois as ilhas Scilly (Sorlingas), pequeno grupo de ilhas situado na extremidade Sudoeste da Inglaterra, em face do *promontorium Bolerium* (Land's End) (Heródoto, III, 115; Diodoro, V, 38; Estrabão, II, 120 e 129, III, 147 e 177; Pompônio Mela, III, 47; Plínio, IV, 119; Dionísio Periegeta, 563; Ptolomeu, II, 6, 73) (88).

* * *

(84). — Childe, *The dawn of European Civilisation*, 118-119 e 136-137; Schulten, *Tartessos*, 9-15; Schuckardt, *Alteuropa*, 57-58; Peake, *The Bronze Age and the Celtic World*, 41-45. Apud Cary e Warmington, *Les explorateurs de l'antiquité*, 47.

(85). — Apud Ballesteros, *Historia de España*, I, 191.

(86). — Ballesteros, *Historia de España*, I, 191.

(87). — Apud Besnier, *Lexique de géographie ancienne*, 542.

(88). — *Ibid.*, 702.

2. — *A rota terrestre do estanho. Outros produtos e riquezas de Tartesso.*

O primeiro traço de circulação terrestre através da Península aparece em Avieno (178-182) (89), quando êste trata das distâncias entre Tartesso e as costas Oeste e Sul da Ibéria. Mas, infelizmente, não possuímos as distâncias exatas, porque êle as dá em jornadas de marcha em vez de estádios ou milhas. Talvez, por isso mesmo, elas se refiram às antigas rotas terrestres dos Tartéssios.

Na rota marítima, antes de atingir as Cassitérides, os navegantes poderiam ter encontrado outras jazidas de estanho, pois a Espanha era também uma região produtora dêsse minério — mas em pequena escala — principalmente a Galiza (Finisterra) e as Astúrias (entre o Pôrto e Oviedo), como o atestam Diodoro (V, 38) e Flínio (XXXII, 156). Outras jazidas estavam ainda mais próximas de Tartesso, na região de Salamanca e Granada, com comunicações pelas rotas fluviais do Guadiana e do Guadalquivir. Victor Bérard chega mesmo a dizer, baseado em Avieno (IV, 259-261) (91), que a palavra grega *kassiteros* deriva do Monte Cassius (vide fig. 3), famosa jazida de estanho situada na foz do Guadiana;

“... *Cassius inde mons tumet
et Graia ab ipso lingua cassiterum prius
stannum vocavit...*”

As rotas de transhumância atual, da Estremadura ao Guadiana, Tejo e Alagon, até Salamanca e Burgos, foram, talvez, as antigas rotas de transhumância e do estanho através da Península, em direção a Tartesso.

Sabemos também, que durante dez ou doze séculos pelo Oceano, por intermédio de Tartesso e depois, pelo da sua sucessora Gades, os Mediterrâneos receberam o estanho das Cassitérides. Mas, já no tempo de Augusto, êsse tráfego

(89). — Apud Cary e Warmington, *Les explorateurs de l'antiquité*, 156.
(90). — Apud Bérard, *Les Phéniciens et l'Odysée*, I, 393.
(91). — *Ibid.*, I, 394.

era unicamente terrestre, tendo Gades perdido seu monopólio devido à queda de Cartago, como veremos mais adiante. Gades manteve essa posição privilegiada até somente o início do Império Romano, porque a Gália não estava ainda inteiramente pacificada. Mais tarde, surge a rota ístmica entre Boulogne e Marselha (92), mas na qual o estanho pouco a pouco vai perdendo a importância, devido ao abandono progressivo da metalurgia do bronze, há muito substituída pela do ferro.

Por outro lado, sabemos que a riqueza de Tartesso não se cifrava exclusivamente no monopólio comercial do estanho. A agricultura, a pecuária e a pesca eram bem desenvolvidas. Mas a riqueza natural mais importante era a prata, de que Tartesso possuía ricas minas na Sierra Morena e na região de Cartagena. O cobre também era abundante na Andaluzia, na Galiza e o ouro, na Lusitânia (93). Uma prova da sua riqueza em prata, temos na afirmação de Aristóteles (94) de que, em Tartesso, até âncoras foram fundidas com esse metal.

*
↓

VI. — OS FENÍCIOS.

Podemos datar a expansão fenícia da época do enfraquecimento dos impérios assírio e egípcio, e mais particularmente ainda, da expansão dos Dórios, que destruíram a talassocracia dos Aqueus-Micênios (1200 a.C.). Os Tírios aproveitaram-se disso; todo o Mediterrâneo Oriental (Sul de Rodes e Mar Jônio) e principalmente o Mediterrâneo Ocidental (até além Colunas de Hércules) se abriu à navegação fenícia. Assim, as mercadorias, as artes, os costumes, os deuses do Oriente são difundidos nessas regiões por êsses infatigáveis navegantes. Infelizmente, possuímos poucas fontes históricas dessa epopéia marítima. E' pela Odisséia, por alguns documentos epigráficos, pelas referências dos cronógrafos,

(92). — Bérard, *Les Phéniciens et l'Odyssee*, I, 391.

(93). — Piganiol, *La conquête romaine*, 271; Glotz e Cohen, *Histoire grecque*, I, 196-197.

(94). — Apud Olsen, *La conquête de la Terre*, I, 46.

que podemos seguir a rota da expansão fenícia em direção a Chipre, Creta, Cilícia, — onde se detiveram na sua marcha para o Norte — ao delta do Nilo, Sicília, Malta, Útica, Cartago (814), Sardenha, Marselha (600), Baleares e, além das Colunas de Hércules, em direção a Gades, Tartesso e costa atlântica de Marrocos (95).

Entre os povos antigos que se entregaram à navegação, o Fenício foi o mais misterioso, o mais cioso das suas descobertas. Devido a isso, somos obrigados a analisar as razões que teriam levado êsses marinheiros a ocupar certos pontos do Mediterrâneo Ocidental. Assim, êles tomaram posse do Sul e do Sudoeste da Sicília, talvez para servirem de ponto de escala e de apôio à sua rota dos portos da Fenícia a Tarschisch. O mesmo fizeram com certos pontos da África do Norte (96). E' provável também que o primeiro objetivo dos Fenícios na sua expansão para o Oeste, fôsse antes a Ibéria do que a África (Cartago só foi fundada em 814-813 a.C.), porque aquela região exercia forte atração devido às suas grandes riquezas em metais, ao passo que a Berbéria só podia oferecer produtos agrícolas e pecuários, sendo, portanto, região de interêsse muito menor (97). Essa conclusão nos leva à tese de Luiz Siret, que sustenta ser o comércio fenício na Ibéria muito anterior à fundação de Gades e que os Fenícios teriam atingido as Colunas de Hércules em 1200 a. C. mais menos (98).

* * *

1. — *A fundação de Gades.*

Os Fenícios mantiveram estreitas relações comerciais com as civilizadas cidades da Andaluzia, principalmente com a mais importante, verdadeiro centro de império, — Tarschisch

(95). — Moret, *Histoire de l'Orient*, I, 609.

(96). — Movers, *Die Phoenizier*, II, 2, p. 310. Apud Gsell, *Hist. anc. Afr. Nord*, I, 408-409.

(97). — Cary e Warmington, *Les explorateurs de l'antiquité*, 31.

(98). — *Ibid.*, 49; Ballesteros, *Historia de España*, I, 191.

— situada nas proximidades da foz do Guadalquivir, metrópole da prata e senhora da rota do estanho.

Foi numa ilhota, perto da foz do rio Guadalete, onde os mercadores de Tarschisch vinham trocar a prata e o estanho pelos produtos fenícios, que os Tírios fundaram Gades (a Cádiz dos nossos dias) em 1100 a.C.. Essa é a data tradicional e, sem dúvida, a verdadeira (99).

Velleius Paterculus diz que a costa meridional da Ibéria já era frequentada assiduamente pelos Fenícios desde o século XII a.C. e que eles fundaram Gades na costa ocidental em 1100 a.C., isto é, 80 anos depois da volta dos Heráclidas (Dórios) e logo após Útica. Diz êle textualmente (1, 2, 4) (100):

“Ea tempestate et Tyria classis, plurimum pollens mari, in ultimo Hispaniae tractu, in extremo nostri orbis termino... Gadis condibit. Ab iisdem post paucos annos in Africa Utica condita est.”

Plínio (XVI, 216) (101) afirma ter visto as traves de cedro da Numídia do grande templo de Útica terminado 1178 anos antes dêle, ou seja mais ou menos, 1100 a.C.. Por outro lado, sabemos que a sua *História Natural* foi dedicada a Titus em 77, o que vem confirmar a nossa asserção.

Possuimos ainda outro texto que concorda com a data tradicional: é o famoso *De mirabilibus auscultationibus* (102) (compilação que data, talvez, do II.º século da nossa era) falsamente atribuído a Aristóteles. Falando de Útica, diz o autor dêsse texto:

(99). — Julien, *Histoire de l'Afrique du Nord*, 65; Mendes Corrêa, *Raça e nacionalidade*, 67; Cary e Warmington, *Les explorateurs de l'antiquité*, 49; Gsell, *Hist. anc. Afr. Nord*, I, 404; Sorre, Sion e Cha'aigneau, *Méditerranée. Péninsules méditerranéennes*, I, 91-92; Bal ester os, *Historia de España*, I, 189-190; Bérard, *Les navigations d'Ulysse*, I, 20,57 e II, 147; Glotz e Cohen, *Histoire grecque*, I, 196-197; Déchelette e Grenier, *Manuel d'archéologie préhistorique*, III, 51-52; Piganiol, *La conquête romaine*, 49; Leite de Vasconcellos, *Religiões da Lusitânia*, II, 51.

(100). — Apud Gsell, *Hist. anc. Afr. Nord*, I, 360; Cary e Warmington, *Les explorateurs de l'antiquité*, 31.

(101). — Apud Gsell, *Hist. anc. Afr. Nord*, I, 360; Bérard, *Les navigations d'Ulysse*, III, 24.

(102). — Apud Gsell, *Hist. anc. Afr. Nord*, I, 360.

“Útica passa por ter sido fundada pelos Fenícios 287 anos antes de Cartago, como está escrito nas histórias fenícias.”

Essa data concorda com a de Plínio, portanto, com a data tradicional, se colocarmos a fundação de Cartago em 814-813 a. C., como é geralmente aceita. Como se vê, há inteiro acôrdo no que concerne à data de fundação de Gades, que está intimamente ligada à de Útica.

Estrabão conta uma interessante lenda acêrca-da fundação de Gades: os Fenícios teriam tentado por três vêzes a fundação duma feitoria. Primeiramente, na povoação dos *Exitanos* (Motril), não muito longe de minas de prata; depois em *Onuba* (Huelva), perto de minas de cobre e, finalmente, em Gadir, onde os auspícios se mostraram favoráveis. Essa tradição é prova de que o comércio de Tarschisch com os *Æstryrnios* era já muito antigo e que a fundação dessa feitoria visava o comércio atlântico do estanho (103).

Quanto à significação do vocábulo *Gades* (Gadir, Gadîr, Gadeira, Gadir, Gâdêr) as opiniões divergem. Para certos autores êle significa *cercado* (104), mas para outros, a *forte* (105) ou a *porta* (106). Deixamos de lado êsse problema, que compete aos especialistas resolver.

* * *

2. — A colonização fenícia.

Os Fenícios, fora de Gades, se estabeleceram em diversas localidades de pouca importância, nas vizinhanças do mar, dispersos entre as tribus iberas. Mas êles não eram numerosos, pois quando Coláios chegou a Tartesso, a região não possuía muitos estrangeiros (107).

(103). — Ballesteros, *Historia de España*, I, 191.

(104). — Bérard, *Les navigations d'Ulysse*, I, 20 e 57-58; II, 147; III, 24.

(105). — Ballesteros, *Historia de España*, I, 189.

(106). — Julien, *Histoire de l'Arique du Nord*, 65.

(107). — Jardé, *La formation du peuple grec*, 275.

Luiz Siret (108), que já dissemos ter sustentado a hipótese de que os Fenícios frequentaram a Ibéria antes da fundação de Gades, apresenta acêrca-da colonização fenícia nessa região outra hipótese bem interessante. Para êsse autor, ela foi realizada em três períodos: o primeiro, — talvez sidônio — no têrço inicial do II.º milênio a.C., foi o período da descoberta da rota do Mediterrâneo para o Atlântico, época de simples comércio que deixou apenas vagas recordações; o segundo, começa mais ou menos no século XII a.C. e se caracteriza pela chegada dos Celtas, amigos dos Gregos e inimigos dos Fenícios, que permitirão aos primeiros desenvolver seu comércio em detrimento dos Semitas e desapossarão êstes das suas feitorias do interior da Ibéria. Os Gregos chegam às costas da Gália e estabelecem relações com os *Æstryrnios* por intermédio dos indígenas, aparecendo assim, talvez, o nome de *Cassitérides*. Com a invasão celta os Sidônios evacuaram a Ibéria e foram substituídos pelos Tírios, que fundaram Gades para conservar o monopólio do transporte do estanho de Tarschisch para o Mediterrâneo; por último, no terceiro período, temos a decadência do comércio tírio e o aparecimento da hegemonia cartaginesa que será a herdeira dos Fenícios.

O certo é que os Fenícios sòmente exerceram alguma influência na Andaluzia, na Turdetânia de então. Nessa região êles se localizaram, de preferência, além de Gades e do litoral, nas encostas da Sierra Nevada, onde formaram o povo mestiço dos *Bastetani* ou *Blastophœnicæ* (109) (vide fig. 5). Como veremos mais adiante, êles transformaram pouco a pouco suas feitorias em verdadeiras colônias. Talvez, então, Tartesso se tivesse tornado, aos poucos, um *protetorado* fenício (de 1100 a 700 a.C.?) como o quer Estrabão (III, 149) (110). Dizemos *talvez*, porque o episódio de Argantônio que mostra amizade aos Gregos, parece indicar, que se havia laços de soberania dos Fenícios sôbre Tartesso, eram

(108). — Siret, *Les Cassitérides et l'empire colonial des Phéniciens*, in "Anthropologie", t. XIX, 129, 1905. Apud Ballesteros, *Historia de España*, I, 192.

(109). — Piganiol, *La conquête romaine*, 271.

(110). — Cary e Warmington, *Les explorateurs de l'antiquité*, 49.

êles muito fracos. Entretanto, com os Cartagineses, temos absoluta certeza de que houve sujeição.

* * *

3. — O comércio fenício.

Como já vimos, os Fenícios vieram à Espanha exclusivamente para comerciar. Vieram em busca do precioso estanho, da prata, ouro, cobre, ferro, peixe-sêco e até mesmo em busca do famoso múrice para a fabricação da púrpura (111). É interessante salientar que êles só praticaram o comércio, pois não exploraram as minas de metais; mas, sem dúvida alguma, êles influíram na evolução da técnica de extração de metais nessa região.

Vimos também que a fundação da feitoria de Gades foi proposital e efetuada numa região rica, suscetível de oferecer grandes lucros aos mercadores. Citamos também vários trechos da Bíblia em que há referências às riquezas e aos famosos *navios de Tarsis*, que podemos comparar aos galeões ibéricos dos séculos XVI e XVII.

Além do estanho, os Fenícios transportaram muita prata, pois a enviaram até à Grécia, Índia e China. Com essa prata êles pagaram os tributos exigidos pelos monarcas do Egito, Assíria e Pérsia (112). Segundo Diodoro (V. 35) (113) êsse tráfego foi tão grande e aumentou tanto o poderio de Tiro, que lhe lhe foi possível enviar colonos para diversas regiões, como a Líbia, Sardenha, Sicília e Ibéria, evidentemente para garantir a rota Tarsisch-Tiro.

Na Ibéria, os Fenícios conservaram, até o VI.º século a.C., a primazia no mercado de Tarsisch, como bem podemos ver pela referência do profeta Ezequiel (XXVII, 12 e 25) (114),

(111). — Ballesteros, *Historia de España*, I, 189; Bérard, *Les Phéniciens et l'Odyssee*, I, 385 e III, 259.

(112). — Olsen, *La conquête de la Terre*, I, 46; Gsell, *Hist. anc. Afr. Nord*, I, 403-404.

(113). — Apud Gsell, *Hist. anc. Afr. Nord*, I, 367-368.

(114). — Apud Fillion, *La Sainte Bible*, VI, 113 e 115.

pois só com a queda de Tiro em 574 a. C. é que os Fócios levarão vantagem.

Para finalizar, examinemos uma questão bem interessante: teriam os Gaditanos feito concorrência aos Tartéssios na rota atlântica do estanho? E' bem possível que barcos fenícios tenham ido até à costa Oeste da Ibéria e mesmo até à Inglaterra e Irlanda (Ierne), mas em todo o caso, não se encontraram ainda, até hoje, traços de feitorias fenícias nessas paragens (115). Parece que eles se contentaram com o mercado de Tarschisch, como bons comerciantes que eram e só excepcionalmente chegaram até à Mancha. Os Cartagineses farão justamente o contrário, pois procurarão se substituir aos Tartéssios, como bem o demonstra o périplo de Himilcon. E, para provar até onde ia o espírito de ganho e a adaptabilidade do Fenício entre os seus concorrentes, temos uma célebre mesa de sacrifício — que data talvez do século VI.º a. C. — em Marselha, o que faz crer na existência duma comunidade fenícia bem ativa nesse local (116).

* * *

VII. — OS GREGOS.

Os Gregos conseguiram expulsar os Fenícios que se tinham infiltrado no Mar Egeu e os seguiram na sua marcha para o Ocidente. Aí a luta continuou, mesmo entre os seus sucessores: Massaliotas-Sicilianos e Cartagineses.

Sabemos que os Gregos se estabeleceram com segurança na Magna-Grécia e na Sicília desde o início do VIII.º século a. C. (117). A lembrança da descoberta da rota do Poente e dos primeiros estabelecimentos aparece nos poemas homéricos e nas obras dos primeiros geógrafos gregos, que se interessam vivamente por essas novas regiões do Ocidente.

Mas a expansão grega não se deteve na Magna-Grécia

(115). — Olsen, *La conquête de la Terre*, I, 48-49.

(116). — Ballesteros, *Historia de España*, I, 139.

(117). — Glotz e Cohen, *Histoire grecque*, I, 178.

e Sicília, foi muito além. E' verdade que foi em marcha lenta, mas, enfim, atingiu as costas ibéricas, onde os Fenícios estavam há muito estabelecidos. Os Jônios completaram o ciclo das descobertas no Extremo-Occidente, percorrendo as costas da África do Norte em direção às Colunas de Hércules e ocupando aí alguns pontos. E, a prova do que afirmamos está na sobrevivência de nomes jônicos em aldeias e ilhotas da região (118). Ignoramos o local e a data exata da ocupação dessas escalas, mas em todo o caso, elas serviram de pontos de apóio para uma segunda rota da Sicília para Tartesso. Assim, os Gregos fecharam o Mediterrâneo Occidental pelo Norte e pelo Sul e, durante alguns anos, êle foi um verdadeiro lago grego, ou melhor, fócio.

Os Fenícios se viram impossibilitados de resistir ao avanço grego, pois, nesse século VII.^o a. C., as circunstâncias eram inteiramente favoráveis aos Gregos, devido à decadência de Tiro e à fraqueza juvenil de Cartago, — fundada apenas em 814-813 a. C. — que não estava em condições de opor qualquer resistência e, que aliada a Útica, conquistava metódicamente as feitorias fenícias das costas líbicas. Tartesso consegue se libertar da tutela fenícia e teve nova era de esplendor e prosperidade sob o govêrno de Argantônio, nome que talvez mascare tôda uma dinastia (119). E' dêsse *interregno* fócio que vamos tratar agora.

* * *

1. — Os Fócios.

Fócia, pequena, mas enérgica cidade da Jônia, com um território exíguo e árido, com seus habitantes vivendo penosamente da pesca e da pirataria, ao contrário das outras ci-

(118). — Hecateu, in "F. Jacoby, Die Fragmente der griechischen Historiker", vol. I, frags. 332, 335, 339, 343 e 349; Scylax Periplus, C. Mueller, Geographici Graeci Minores, vol. I. Apud Cary e Warmington, Les explorateurs de l'antiquité, 39.

(119). — Glotz e Cohen, Histoire grecque, I, 196-197; Gsell, Hist. anc. Afr. Nord, I, 413.

dades gregas, não se contentou com expedições marítimas particulares e organizou verdadeiras emprêsas coletivas. Em lugar de empregar navios de comércio, dava aos seus exploradores finos e ligeiros *pentecontoros* (Heródoto, I, 163) (120). Entretanto, tendo comparecido muito tarde à partilha de territórios apropriados para a colonização na Magna-Grécia e Sicília, os Fócios percorreram o Adriático até Ádria, foram à Etrúria e daí partiram para a Sardenha, onde se estabeleceram (121).

Os Fócios organizaram uma rota marítima, que partindo da baía de Nápoles em direção às Baleares, atingia a costa Sudoeste da Ibéria (122). Essa rota estava balizada por inúmeras colônias, cuja origem fócia é denunciada pelo sufixo *ussa*: *Pithecussa* (Ischia), *Ichnussa* (Sardenha), *Pityussa* (Iviça), *Melussa* e *Cromyussa* (Maiorca e Minorca?) (123). A ponta extrema da rota fócia foi *Maenake* (Maenaca), situada um pouco a Leste da feitoria fenícia de *Malaca* (124). Essa colônia de Maenake foi também a cidade grega mais ocidental de que se tem prova de existência. Sabemos também, que essa rota foi estabelecida nos fins do século VII.^o a.C., ou início do VI.^o e foi por ela, talvez, que os Fócios ouviram falar pela primeira vez do estanho das Cassitérides (125).

Tudo indicava que seriam êsses Fócios — entre os Gregos — os descobridores da rota para as Colunas de Hércules e Tartesso, mas foi um Jônio de Samos, o mercador Coláios, o autor dessa façanha. Como aconteceu muitas vêzes, a descoberta foi devida a um azar de navegação e não à pesquisas metódicas.

* * *

(120). — L'enquête d'Hérodote d'Halicarnasse, trad. de H. Berguin, I, 84

(121). — Glotz e Cohen, *Histoire grecque*, I, 197-198.

(122). — Carpenter, *The Greeks in Spain*. Apud Cary e Warmington, *Les explorateurs de l'antiquité*, 38.

(123). — Schulten, *Tartesso*, 28. Apud Cary e Warmington, *Les explorateurs de l'antiquité*, 38.

(124). — Estrabão, III, 156; Schulten e Bosch-Gimpera, *Avieni Ora Maritima*, 426-427. Apud Cary e Warmington, *Les explorateurs de l'antiquité*, 38.

(125). — Gsell, *Hist. anc. Afr. Nord*, I, 516.

2. — *Colaios de Samos.*

Heródoto (IV, 152) (126) nos dá uma descrição pitoresca desse acontecimento:

... *“um navio de Samos, cujo capitão se chamava Colaios, vogando para o Egito, derivou sobre essa ilha de Platéia... os marinheiros, impacientes em atingir o Egito, retomaram o largo contra um vento de Leste que desviava o barco. Esse vento, não cessando, impeliu o navio além Colunas de Hércules e eles chegaram assim a Tartesso...”*

Baseados nesse texto de Heródoto e em outros informes, sabemos que em 640 a. C. mais ou menos, o mercador de Samos, Colaios, indo para o Egito, teve seu navio arrastado por uma tempestade até à região de Tartesso, que não tinha sido visitada até então por nenhum Grego. Bem acolhido pelos indígenas, carregou seu navio com produtos da região e, na volta, obteve um lucro fabuloso, como até então nenhum outro mercador grego tivera: sessenta talentos. Com o dízimo dessa soma ofereceu a Hera, em ação de graça, um magnífico vaso de bronze (127).

A sua aventura teve enorme repercussão no mundo grego e outros aventureiros seguiram sua rota, comerciando ou pirateando conforme as circunstâncias, como era hábito então. Mas não foram seus compatriotas de Samos que conseguiram estabelecer relações diretas e regulares com Tartesso, mas sim, os Fócios que já tinham se estabelecido em Maenake.

* * *

(126). — L'enquête d'Hérodote d'Halicarnasse, trad. de H. Berguin, I, 349-350.

(127). — Gsell, *Hist. anc. Afr. Nord*, I, 413; Jardé, *La formation du peuple grec*, 272; Ballesteros, *Historia de España*, I, 210; Bérard, *Les navigations d'Ulysse*, III, 25; Idem, *Les Phéniciens et l'Odyssee*, I, 342; Fougeres, Contenau, Grousset, Jouguet, Lesquier, *Les premières civilisations*, 388; Déchelette e Grenier, *Manuel d'archéologie préhistorique*, III, 52; Glotz e Cohen, *Histoire grecque*, I, 197; Cary e Warmington, *Les explorateurs de l'antiquité*, 37.

3. — *Argantônio e a talassocracia fócica.*

No fim do século VII.^o a.C., os Fócios, costeando a Ibéria, atingiram por sua vez Tartesso, onde foram bem recebidos pelo rei Argantônio. Heródoto (I, 163) (128) descreve assim a chegada desses navegantes a essa região:

“Os Fócios foram os primeiros Gregos que fizeram navegações longas e foram eles que exploraram o Adriático, a Etrúria, a Ibéria e Tartesso. Navegavam, não em barcos redondos, mas sim em navios de cinquenta remadores. Chegados a Tartesso tornaram-se queridos do rei dessa região, que se chamava Argantônio e que reinou sobre Tartesso oitenta anos, numa existência total de cento e vinte anos...”

Como vemos, Heródoto dá uma idade avançada ao rei Argantônio. Mas Anacreonte vai mais longe ainda, pois consigna 150 anos a esse rei (129). Heródoto diz, também, que por ocasião do sítio de Fócica, mais ou menos em 540 a.C., Argantônio já tinha falecido. Os historiadores modernos concordam em situar o seu reinado entre 625 e 545 a.C. e acreditam, como já dissemos, tratar-se, talvez, duma verdadeira dinastia.

As relações dos Fócios com Argantônio foram excelentes e, talvez, mercados gregos se estabeleceram em Tartesso. A amizade do rei foi tal que, quando os Persas ameaçaram a Lídia, vizinha da Jônia, ele enviou dinheiro para a construção das muralhas de Fócica. Radet coloca esse episódio na época da guerra entre Cyaxares e Alyattes, isto é, entre os anos 590 e 585 a.C. (130). Argantônio parece ter oferecido também terras e residência aos Fócios na sua cidade. E sua fama de rei hospitaleiro e dadivoso correu

(128). — *L'enquête d'Hérodote d'Halicarnasse*, trad. de Henri Berguin, I, 84-85.

(129). — Apud Ballesteros, *Historia de España*, I, 212.

(130). — Ballesteros, *Historia de España*, I, 211-212; Jardé, *La formation du peuple grec*, 273.

todo o mundo grego, como bem o indicaram Heródoto (I, 163) (131) e Apiano (*Iber.*, 2) (132).

Mas êsse rei tão amigo dos Fócios teria consentido que êles tomassem parte no tráfego atlântico do estanho? Não encontramos nenhum traço dêsse privilégio nos autores gregos, a não ser leve alusão em Plínio (VII, 197) (133):

“Midácrites foi o primeiro a importar o chumbo branco (estanho) da Ilha do Estanho...”.

Essa informação, Plínio a obteve, sem dúvida, de Helânico, grande autoridade acêrca-do século V.^o a.C.. O nome de Midácrites mostra perfeitamente que se trata dum Grego e, provávelmente, dum Fócio (134). Parece que êsse navegador, em busca do estanho, não atingiu sòmente Tartesso, pois se assim fôsse, o seu nome não teria se perpetuado após a façanha de Colaios de Samos. Pensamos, pois, ser razoável dizer-se, que pelo menos Midácrites atingiu a região do estanho (135).

A época dêsse rei Argantônio foi, sem dúvida, para Tartesso uma era de esplendor. Como já vimos, Tartesso era então, uma região rica e próspera. Mas não é só; nessa época a literatura estava em pleno vigor, uma cerâmica e uma estátuária, com influências gregas, se desenvolveram na região compreendida entre Albacete e Elche (136).

Pesquisas arqueológicas têm provado que a penetração grega na Ibéria foi intensa. Justamente baseados nisso, certos autores, como E. Pottier (137), querem provar a presença dos Gregos na Península durante o século VIII a. C., com uma cerâmica que chamaram de *sub-micênica*. Mas

(131). — L'enquête d'Hérodote d'Halicarnasse, trad. de H. Berguin, I, 84.

(132). — Apud Gsell, *Hist. anc. Afr. Nord*, I, 413; Glotz e Cohen, *Histoire grecque*, I, 197-198.

(133). — Apud Cary e Warmington, *Les explorateurs de l'antiquité*, 48-49.

(134). — Schulten, *Tartessos*, 25-26. Apud Cary e Warmington, *Les explorateurs de l'antiquité*, 48-49.

(135). — Cary, in “*Journal of Hellenic Studies*”, 1924, 169-170. Apud Cary e Warmington, *Les explorateurs de l'antiquité*, 49.

(136). — Sorre, Sion e Chataigneau, *Méditerranée. Péninsules méditerranéennes*, I, 92.

(137). — E. Pottier, in “*Journal des Savants*”, 1905, 582-585. Apud Cary e Warmington, *Les explorateurs de l'antiquité*, 37.

há, sem dúvida alguma, confusão nessa conclusão. Essa cerâmica deve ser muito mais antiga, datando talvez da época em que a Ibéria manteve relações com os Cretenses. Encontraram-se também, na Sierra Morena (138), estatuetas de bronze, cópias de modelos jônicos, trazidos, sem dúvida, por esses Fócios no VI.º século a. C., ou, talvez, por mercadores de Tartesso que subiram o vale do Guadalquivir.

Como vemos, os Fócios se estabeleceram em Tartesso. Porém não ficaram aí muito tempo, porque os Cartagineses, que tinham recolhido a herança de Tiro, se tornaram ameaçadores (139). Retiram-se então e, durante algum tempo, vagueiam sem destino e voltam para a Itália, dirigindo-se talvez a Tarquínio, o Etrusco, que reinava em Roma. Finalmente, cansados de tanto perambular pelo mar, estacionaram numa região visitada outrora por outros Jônios, perto da foz do Ródano, numa baía maravilhosa, cheia de ilhotas e de fácil defesa. Foi assim que nasceu Massália.

Os Fócios, apoiados em Massália, fundam outras colônias: *Theline* (Arles), *Pyrene* (Fort Vendres?), *Callipolis*, a "bela cidade" (perto de Barcinon=Barcelona), *Hemeroscopion* (ao Sul de Valência), ocupam *Abdera* e *Maenake*, que está a um dia de vela das Colunas de Hércules.

Os Massaliotas, herdeiros dos Fócios vencidos em Alália por uma aliança etrusco-cartaginesa, não conseguiram manter as colônias gregas de além-Ebro. Mas aí resistiram e se firmaram em *Emporion* (Ampúrias) e *Rhoda* (Rosas) (140).

* * *

VII. — OS CARTAGINESES.

1. — A hegemonia de Cartago.

Como já vimos, os Fenícios fundaram várias feitorias ao

(138). — Carpenter, *The Greeks in Spain*, 37-46. Apud Cary e Warmington, *Les explorateurs de l'antiquité*, 156.

(139). — Jullian, *Histoire de la Gaule*, I, 199-200.

(140). — Glotz e Cohen, *Histoire grecque*, I, 197-198; Piganiol, *La conquête romaine*, 271.

longo da costa africana para servirem de pontos de escala à sua rota para Tarschisch. Além do motivo econômico da preferência por Tarschisch, temos outro de ordem geográfica: uma forte corrente, vinda do Estreito (Diodoro, V, 35, 5) (141), passava ao longo da costa africana e, aos poucos essa rota foi se tornando a principal, devido a êsse fator e à instalação dos Fócios nas costas européias.

Dessas escalas, a mais importante foi primeiramente Útica, contemporânea de Gades, como já vimos. Depois, como o Bagradas fôsse lentamente entulhando o seu pôrto, ela perde sua primitiva importância. Funda-se então Cartago, a "cidade nova" (*Qart hadasht*) em 814-813 a. C., como o atestam Timeu (*Dion. Hal.*, I, 74) e Cícero (*De rep.*, II, 23, 42) (142).

Cartago parece ter sido fundação tíria, porque Tiro foi sua metrópole e a própria tradição parece encobrir um fato real: o de Elisa (Dido), viuva de Sicarbas, fugindo da cobiça do seu irmão, o rei tírio Pigmalião, ter vindo fundar uma nova cidade na rota de Tarschisch.

A nova cidade foi paulatinamente estendendo sua influência entre os Líbios que a cercavam e aos quais chegou a pagar tributo na época da sua instalação. Ela só teve um império muito mais tarde, depois de três séculos da sua fundação, quando já possuía a hegemonia marítima no Mediterrâneo Ocidental (143).

Cartago foi favorecida pela sua posição geográfica entre as duas bacias do Mediterrâneo, o que lhe permitiu desenvolver imensamente o seu comércio. Mas, o que mais contribuiu para o seu progresso, foi a decadência de Tiro no século VII a. C.. Vemos então Cartago, aliada a Útica, ir conquistando metódicamente as feitorias da sua metrópole, sem deixar de prestar-lhe homenagens e enviar-lhe donativos (144). Após a submissão dessas feitorias, Cartago luta intensamente com

(141). — Apud Pais, *Histoire romaine*, I, Des origines à l'achevement de la conquête, 187-188.

(142). — *Ibid.*

(143). — Gsell, *Hist. anc. Afr. Nord*, I, 37.

(144). — *Ibid.*, I, 418.

Útica pela hegemonia, somente a conseguindo no V.º século a.C. (145).

Sabemos que até a época do sítio de Nabucodonosor (586 a.C.), Tiro mantinha intenso comércio com Tarschisch (Jeremias, X, 9; Ezequiel, XXVII, 12) (146). Mas, depois dessa data e em consequência dêsse fato, Cartago imiscue-se cada vez mais na Ibéria, principalmente em Gades. Infelizmente, não possuímos elementos para datar, com segurança, a ocupação da Ibéria pelos Cartagineses anteriormente ao século IV.º a.C.. E' provável que lá estivessem antes, pois ocuparam as Baleares no meado do VI.º século a.C. e se mostraram agressivos na Sicília. Isso é indício de que procuravam barrar aos Fócios o caminho para Tartesso. Podemos concluir daí que data talvez dêsse século a sua intervenção na Espanha (147).

Gades, sendo atacada pelo indígenas (Tartéssios?) (Justino, XLIV. 5, 2-3) (148), apelou para Cartago. Esta aproveitou essa excelente oportunidade e depois de ter obrigado os indígenas a se retirarem, quis intervir diretamente nos destinos de quem socorrera. Os Gaditanos se arrependeram, então, do auxílio que tinham pedido e quiseram expulsar os Cartagineses que reagiram cercando a cidade. Possuímos uma referência, infelizmente muito breve, dêsse cêrco e da maneira pela qual os Gaditanos foram vencidos (149). Cartago concedeu à velha cidade o título de aliada, como já o tinha feito com Útica, pois em Tito-Lívio (XXVIII, 37, 1) (150), o general Magon aparece como

“... socius atque amicus...”.

dos Gaditanos. Gades foi a única cidade da Ibéria que cu-

(145). — Gsell, *Hist. anc. Afr. Nord*, I, 422-423; Glotz e Cohen, *Histoire grecque*, I, 106-197.

(146). — Apud Fillion, *La Sainte Biblio*, V, 566 e VI, 113; Moret, *Histoire de l'Orient*, II, 613.

(147). — Ballesteros, *Historia de España*, I, 210; Gsell, *Hist. anc. Afr. Nord*, I, 442-443.

(148). — Apud Gsell, *Hist. anc. Afr. Nord*, I, 443.

(149). — Athenaeus, in “Wescher, *Poliorcétique des Grecs*”, 1867, p. 9; vide de Rochas in “*Mélanges Graux*”, 1884, p. 784; Vitruvius, X, 13, 1-2. Apud Gsell, *Hist. anc. Afr. Nord*, I, 444.

(150). — Apud Gsell, *Hist. anc. Afr. Nord*, I, 444.

nhou moeda durante a dominação púnica, o que evidenciava a importância que lhe dava Cartago e o seu cuidado em tê-la sempre como amiga.

Finalizando, pensamos que o choque entre as duas cidades era fatal, pois Gades tinha também estabelecido sua hegemonia entre as feitorias fenícias da Ibéria. Uma das duas tinha que vencer, pois ambas queriam a herança de Tiro (151).

* * *

2. — *Cartago e a rota das Cassitérides.*

De posse de Gades e de Tingis, toda a região das Colunas de Hércules foi dominada por Cartago. Desde então e até a hegemonia romana, ela montou aí uma guarda permanente, fechando o Atlântico às outras marinhas mediterrâneas, principalmente aos Massaliotas, que foram os mais ativos dos navegantes do Mediterrâneo Ocidental.

Para acabar definitivamente com os Fócios, que privados da sua metrópole (conquistada pelos Persas em 540 a. C. mais ou menos), tinham emigrado em massa e estavam se tornando preponderantes na bacia ocidental do Mediterrâneo, Cartago aliou-se aos Etruscos. Essa aliança conseguiu neutralizar os Fócios na batalha de Alália (535 a. C.), pois, apesar-dêstes se declararem vencedores, foram de fato os vencidos, porque não tinham mais metrópole onde reparar as suas grandes perdas (152).

Desembaraçados dos seus rivais e já senhores do vale do Guadalquivir, os Cartagineses empreenderam a conquista da rota atlântica do estanho. Os seus navios, que iam a Gades e Tarschisch, onde recebiam as matérias primas oriundas da Ibéria, Sudão, Gália e Bretanha, foram então mais além. Após ter obtido essa posição preponderante, Cartago procurou dispensar os intermediários e entrar em contacto direto

(151). — Olsen, *La conquête de la Terre*, I, 48.

(152). — Glotz e Cohen, *Histoire grecque*, I, 200; Julien, *Histoire de l'Afrique du Nord*, 67.

com os produtores. Para isso, enviou exploradores como Himilcon e Hannon, sendo que o primeiro chegou até às costas ocidentais da Europa, procurando a região produtora do estanho; o segundo atingiu o golfo da Guiné, em busca do mercado sudanês (153). Como vemos, com a descoberta da rota atlântica do estanho pelos Cartagineses, Tarschisch foi perdendo cada vez mais a sua importância.

* * *

3. — O fim de Tartesso.

Os Cartagineses, não necessitando mais de intermediários para obter o estanho, apoiam Gades contra Tarschisch, pois sempre houve entre essas duas cidades um velho conflito de interesses: a hegemonia econômica no vale do Guadalquivir. Chegou até nós alguma coisa dessa luta, pois Macróbio (*Saturnales*, I, 20, 12) (154) conta que os Tartéssios, ou pelo menos Espanhois, capitaneados por Theron, rei da Espanha Citerior, — portanto, um rei ibero (155) — tentaram apoderar-se do templo de Hércules de Gades, situado a 18 quilômetros da cidade. Os Gaditanos conseguiram vencer êsse *rex Hispaniae Citerioris*. E. Meyer (III, p. 675) (156) afirma mesmo que êsses assaltantes são Tartéssios, inquietos com a prosperidade da antiga colônia tária.

Como já vimos, a vitória de Alália deteve os Fócios, mas, em 480 a.C., os Gregos conseguiram a sua desforra em Himera. E' nesse intervalo que Tartesso vai desaparecer, não sabemos se destruída por Cartago, ou por Gades (157). O certo é que seu nome vai desaparecendo aos poucos e com êle se perdeu o segredo da rota do estanho e das ilhas Cassitérides, que somente nos tempos modernos se conseguiu

(153). — Piganiol, *La conquête romaine*, 119-120; Déchelette e Grenier, *Manuel d'archéologie préhistorique*, III, 52.

(154). — Apud Gsell, *Hist. anc. Afr. Nord*, I, 416.

(155). — Jullian, in "*Revue des études anciennes*", V, 1903, p. 326, n. 2; Movers, II, 2, 658. Apud Gsell, *Hist. anc. Afr. Nord*, I, 416.

(156). — Apud Gsell, *Hist. anc. Afr. Nord*, I, 416.

(157). — Piganiol, *La conquête romaine*, 51; Bessmertny, *L'Atlantide*, 70-71.

identificar com segurança. A substituição progressiva da metalurgia do bronze pela do ferro contribuiu muitíssimo, também, para o seu olvido. A última menção acêrca-de Tartesso é de 500 a.C., época em que viveu Hecateu, que a menciona como cidade existente (frag. 38) (158). Os escritores posteriores, conhecendo textos com seu nome e, não conseguindo identificá-la com as cidades que conheciam, confundiram-na muitas vês com Gades. Esta, com a supressão de Tartesso, ficou sendo a chave da rota do Atlântico e os Cartagineses se tornaram os pioneiros das descobertas marítimas, talvez apoiados nos velhos roteiros tartéssios.

*

Salientamos em nosso trabalho, que aquí damos por terminado, o papel importantíssimo representado por Tartesso na Antiguidade, pois essa cidade foi o centro de intenso comércio de estanho, metal de suma importância para a época, visto entrar na composição do bronze. Para manter o monopólio desse comércio, Tartesso construiu poderosa frota mercante, com a qual dominava a rota do Oceano, numa época em que as marinhas mediterrâneas tinham receio de se aventurar além das Colunas de Hércules. Só êsse fato bastaria para provar que a civilização ibera em nada fica a dever às outras civilizações do Mediterrâneo, mas, a-pesar-disso, serão necessários ainda muitos trabalhos, como os de Schulten, Bosch-Gimpera, Siret e outros, para que o seu lugar na História da Civilização da Antiguidade lhe seja devidamente reservado.

E. SIMÕES DE PAULA.

(158). — Apud Cary e Warmington, *Les explorateurs de l'antiquité*, 49.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

- BALLESTEROS Y BERETTA** (d. Antonio). *Historia de España y su influencia en la Historia Universal*. Barcelona. Salvat Editores. 1918. 8 vols.
- BÉRARD** (Victor). *Les navigations d'Ulysse*. Paris. Colin. 4 vols. 1898 pp. 65 figs.
- IDEM.** *Les Phéniciens et l'Odyssee*. Paris. Colin, 1927. 2 vols. 896 pp. 41 figs.
- BESNIER** (Maurice). *Lexique de géographie ancienne*. Paris. Klincksieck, 1914. XX + 893 pp. Prefácio de R. Cognat.
- BESSMERTNY** (Alexandre). *L'Atlantide*. Paris. Payot. 1935. 270 pp. 23 fig. Trad. francesa de F. Gidon.
- CARY** (M.) e **WARMINGTON** (E.). *Les explorateurs de l'antiquité*. Paris. Payot. 1932. 349 pp. 15 mapas. Trad. francesa de A. e H. Collin Delavaud.
- CONTENAU** (dr. Georges). *La civilisation phénicienne*. Paris. Payot, 1928. 396 pp. 137 figs.
- DÉCHELETTE** (Joseph) e **GRENIER** (Albert). *Manuel d'archéologie préhistorique celtique et gallo-romaine*. Paris. Picard. 2.^a ed. 1927-1934. 6 vols.
- FILLION** (Pe. L.-Cl.). *La Sainte Bible*. Paris. Letouzey et Ané. 1903. 8 vols.
- FOUGÈRES** (Gustave), **CONTENAU** (dr. Georges), **GROUSSET** (René), **JOUGUET** (Pierre) e **LESQUIER** (Jean). *Les premières civilisations*. Paris. Alcan. 1935. Coleção "Peuples et Civilisations". VIII + 491 pp. 2 mapas e 1 quadro.
- GLOTZ** (Gustave). *La civilisation égéenne*. Paris. La Renaissance du Livre. 1923. Coleção "L'évolution de l'humanité". VIII + 476 pp. 87 figs. 3 mapas.
- GLOTZ** (Gustave) e **COHEN** (Robert). *Histoire grecque. I. Des origines aux guerres médiques*. Paris. Les Presses Universitaires de France. 1925. Tomo 1.^o da "Histoire Grecque" da "Histoire Générale" sob a direção de Gustave Glotz. XIX + 635 pp. 10 mapas.
- GSELL** (Stéphane). *Histoire ancienne de l'Afrique du Nord*. Paris. Hachette. 1921. 3.^a ed. 8 vols.
- HERÓDOTO**. *L'enquête d'Hérodote d'Halicarnasse*. Paris. Garnier. 2 vols. 802 pp. Trad. de Henri Berquin. Coleção "Classiques Garnier".
- HISTÓRIA DE PORTUGAL**. Barcelos. Portucalense Editora. 8 vols.
- JARDÉ** (A.). *La formation du peuple grec*. Paris. La Renaissance du Livre. 1923. Coleção "L'évolution de l'humanité". XX + 425 pp. 7 mapas.

- JULIEN (Ch.-André). *Histoire de Afrique du Nord*. Paris. Payot, 1931. XVI+866 pp. 357 figs. 2 mapas.
- JULLIAN (Camille). *Histoire de la Gaule*. Paris. Hachette. 8 vols.
- LEITE DE VASCONCELLOS (J.). *Religiões da Lusitânia*. Lisboa. Imprensa Nacional. 3 vols. (1897-1903-1913).
- MENDES CORRÊA (A.A.). *Os povos primitivos da Lusitânia*. Pôrto. Casa editora de A. Figueirinhas. 1924. 391 pp. 21 est. e 32 figs.
- IDEM. *Raça e nacionalidade*. Pôrto. Edição da "Renascença Portuguesa". 1919. 187 pp.
- MORET (Alexandre). *Histoire de l'Orient*. Paris. Les Presses Universitaires de France. 1936. Coleção "Histoire Générale" sob a direção de Gustave Glotz. 2 vols. XXII+872 pp. 13 mapas.
- OLSEN (dr. Orjan). *La conquête de la Terre*. Paris. 1933-1937. 6 vols. Trad. francesa de E. Guerre.
- PAIS (Ettore). *Histoire romaine*. I. *Des origines à l'achèvement de la conquête (133 a.C.)*. Paris. Les Presses Universitaires de France. 1926. Tomo I.º da "Histoire Romaine" da "Histoire Générale" sob a direção de Gustave Glotz. XXII+663 pp. 14 mapas.
- PIGANIOL (André). *La conquête romaine*. Paris. Alcan. 1930. 2.ª ed. Coleção "Peuples et Civilisations", 626 pp. 2 mapas.
- PLATAO. *Timeu e Crítias*. Paris. Belles-Lettres. 1925. 274 pp. Trad. de Albert Rivaud.
- SEVERO (Ricardo). *Origens da nacionalidade portuguesa*. Lisboa. 1912.
- SOARES (João). *Atlas histórico e geográfico*. Lisboa. Sá da Costa. 1934.
- SORRE (Max), SION (Jules) e CHATAIGNEAU (Y). *Méditerranée. Péninsules méditerranéennes*. Paris. Colin. 1934. 2 vols. Tomo VII.º da Coleção "Géographie Universelle".

II

Gades, as navegações atlânticas e a rota das Índias na Antiguidade

pelo

Prof. Jean Gagé.

O nome de Cádiz está ligado, para nós, às primeiras viagens dos *descobridores e conquistadores* à América, à lembrança das poderosas Companhias de comércio que, durante cerca-de três séculos (do XVI.º ao XVIII.º), aí tiveram sua sede (ao mesmo tempo que em Sevilha), à imagem dos "galeões" que traziam metais preciosos arrancados ao novo Continente e, também, à dos corpos expedicionários que a metrópole espanhola, por várias vêzes, enviou além-Atlântico, até esse dia histórico de 1820 em que as tropas, destinadas a submeter as colônias rebeladas, preferiram voltar-se contra o rei Fernando VII. . . . Por mais de trezentos anos, a história dessa "ilha oceânica", que um istmo frágil ligava ao continente europeu, se desenvolveu sobre o solo do Novo-Mundo e através das vagas do Atlântico tanto quanto na península ibérica. E, com Sagres na costa portuguesa, não há, sem dúvida, local na Europa, que melhor evoque, no seu quadro autêntico, a epopéia das primeiras travessias até às "Índias Ocidentais".

Esse grande papel histórico, de porta da Europa para o mundo atlântico, de "cais para a América", Cádiz o tinha há muito tempo merecido; por assim dizer, já o havia "ensaiado" uma primeira vez, muito antes de Cristovão Colombo. Porque, antes da Cádiz espanhola, houve aí, durante mais

dum milênio na Antiguidade (desde 1100 a.C. até aos quatro primeiros séculos da era cristã), a fenícia *Gades*, guardiã das “Colunas de Hércules”, exploradora prudente e discreta das costas européias e africanas do Atlântico, rival feliz dos Gregos, rival até de Cartago e, finalmente, integrada como “fim do mundo” semi-lendário na perfeição ecumênica do *orbis Romanus*...

A história das explorações e do comércio gaditanos já foi abordada, sob diversos aspectos, pelos especialistas da história antiga: um Stéphane Gsell, por exemplo, historiador da África do Norte antiga, não lançou aí menos luzes que um Huebner ou um Schulten, historiadores da península ibérica; pois, uma das particularidades de Gades é o de estar ligada à história da África atlântica quasi tanto quanto a da Espanha. Está ainda por se fazer uma bela monografia sobre o assunto e valeria a pena tentá-la se a arqueologia de Cádiz fôsse mais generosa. Infelizmente ela não o é; menos ainda a epigrafia. Na ilha propriamente dita de Cádiz, sempre densamente povoada e arruinada no início dos tempos modernos pelo saque inglês de 1594, não foram encontradas antiguidades, púnicas ou romanas, que fôssem bem significativas; mui rapidamente se faz uma visita ao Museu local que as reúne. Quanto ao templo de Heracles-Melqart, que devia estar situado a algumas milhas da cidade na direção do continente, um dos mais célebres santuários do mundo antigo, que recebeu os mais ilustres visitantes, que assistiu aos mais históricos acontecimentos, Huebner pôde dizer que o seu local está a espera do seu Schliemann: aí onde Anibal, César, Trajano — sem falar dum sábio como Posidônio, — passaram, rezaram, sonharam, os olhos modernos não vêm mais nenhum vestígio. Felizmente há textos, algumas passagens de geógrafos e de historiadores antigos, uma série de testemunhos graças aos quais cremos que é possível esboçar atualmente a história de Gades, de seus marinheiros e de seus deuses (1).

(1). — Os dados essenciais sobre a arqueologia e a história de Gades estão commodamente reunidas num bom artigo da enciclopédia alemã de Pauly-Wissowa, *Real-Encyc. fuer Altertumswissenschaft*, VII, col. 347—461, por Huebner (s.v. Gades); cf. também as numerosas alusões de St. Gsell, *Histoire ancienne de l'Afrique du Nord*, principalmente no 1.º vol., p. 332; IV, *passim* (consultar o índice de cada volume).

* * *

I. — O LOCAL E AS ORIGENS DE GADES; AS “COLUNAS DE HERACLES” OU A “PORTA GADIRITA”.

Gades insula, quae egressis fretum obvia est...
(Pompônio Mela).

Se a cidade atual de Cádiz perpetua exatamente com o nome, o sítio da antiga cidade tíria, a paisagem e a configuração do pôrto e da baía todavia mudaram sensivelmente durante dois mil anos. E' bastante julgar pela descrição, de marinheiro e arqueólogo ao mesmo tempo, que devemos a Victor Bérard (*Calypso et la mer de l'Atlantide*, p. 279):

“Cádiz, que substituiu Gades, está situada no mar sôbre uma plataforma rochosa de 1500 metros de comprimento (Leste-Oeste) por 1.200 metros de largura (Norte-Sul). Essa plataforma, atualmente nivelada, era outrora um arquipélago de ilhotas entre as quais o mar circulava ou estagnava. A cidade sempre ocupou a maior dessas ilhotas; outras subsistem a alguns metros da praia (Castillo de San Sebastian) ou mais ao largo (Los Cochinos; Las Puercas etc.). A ilha de Cádiz está atualmente ligada a terra firme por uma faixa de areia; sôbre quinze quilômetros de comprimento, êsse istmo não tem, em certos lugares, mais que duzentos metros de largura entre o mar exterior e o gôlfo lamacento onde o Guadalete lança seu múltiplo delta; dez ou vinte braços dêsse rio cortam em numerosas ilhas a terra firme... Os cinquenta quilômetros de ferrovia que unem Cádiz a Jerez no continente, franqueam, — diz-se — nove braços do rio ou de mar e atravessam uma meia dúzia de ilhas, umas inteiramente cercadas pelo Guadalete, outras banhadas por êle em duas das suas margens, as outras imersas nas aguas lamacentas da baía. Gadiros-Eumelos habitava verdadeiramente uma série de ilhas, senão concêntricas, pelos menos juxtapostas, que o mar rodeava e que pontes ou aterros deviam ligar entre si.” (2).

(2). — V. Bérard, *Calypso et la mer de l'Atlantide*, 1929 (t. III da obra do autor sôbre *Les Navigations d'Ulysse*); teremos muitas vêzes, neste estudo, a ocasião de nos utilizar dêsse livro muito sugestivo.



Em outros termos, o arquipélago de Gades devia se encontrar, outrora, ao mesmo tempo, mais dividido e mais separado que hoje da terra firme, a qual, ao contrário, na foz do Guadalete, apresentava talvez uma aparência menos fragmentada (3). A cidade, e o santuário de Melqart que dependia dela, não deviam se comunicar diretamente com o continente como o dique e a estrada de ferro modernas permitem hoje à Cádiz de fazê-lo. Mas os elementos essenciais já

(3). — Sobre a configuração atual de Cádiz e do seu golfo, cf. o artigo Cádiz da Enciclopédia espanhola J. Espasa (Enciclopedia universal ilustrada europeo-americana, Barcelona), vol. X, pp. 317-344, artigo do qual tiramos o plano que reproduzimos.

estavam lá: uma ilha principal, própria para comportar uma cidade bem muralhada — um “Cercado” tal é, com efeito, o sentido próprio do vocábulo semita de *Gadir*, ou *Agadir* (4), — um arquipélago de ilhotas, um estuário fluvial muito próximo, o do Guadalete, um outro um pouco mais distante, mas de maior importância, o do Guadalquivir (o *Baetis* dos Antigos): ao Oeste, o Oceano ao largo, as marés atlânticas temidas pelos Mediterrâneos; a Leste, entre as ilhas e a terra firme, uma baía abrigada, ao mesmo tempo pôrto fluvial e pôrto marítimo, onde o mar e o rio confundiam suas águas lamacentas, de tal maneira que sábios como Políbio e Posidônio, observando de perto as fontes do Heracleion de Gades, puderam se entregar a interessantes experiências aquáticas. O local convinha aos pioneiros fenícios como os que, no fim do 2.º milênio, entreabriram pela primeira vez o Oceano; bem resguardada dos ataques vindos do continente, podia em troca abrir-se largamente ao seu comércio; e não há dúvida, com efeito, que pelos baixos vales do Guadalete e do Guadalquivir, os fundadores de Gades tivessem visado os fabulosos recursos de Tartesso, o El-dorado de todos os metais, o grande entreposto do estanho (5). O sítio, sem dúvida, teria encantado da mesma maneira os Gregos, se estes se apresentassem primeiro. Mas, precisamente, a tarefa de Gades devia ser, durante muitos séculos, a de sentinela dos Semitas no limiar das rotas do Atlântico e a de obstruir impiedosamente essas rotas a seus rivais helênicos, sobretudo aos Fócios do Mediterrâneo Ocidental.

Gades passava na Antiguidade por ter sido fundada em 1100 a.C., exatamente em 1110, poucos anos antes de Útica; e nenhuma verosimilhança histórica se opõe a tal data. Gades é uma irmã, cronologicamente falando, uma irmã mais velha de Cartago, a grande cidade fenícia do Ocidente. O destino devia pô-la durante muito tempo em rivalidade com

(4). — Sobre a forma fenícia original e sua significação, cf. V. Bérard, *op. cit.*, p. 239. A forma grega usual é *Γαδειρα* (plural neutro), a forma latina Gades (p'ur.) e o derivado *Gaditanus* como “eténico”.

(5). — Cf. o artigo precedente, do prof. E. Simões de Paula.

Cartago, a propósito da exploração da Espanha Meridional como do litoral da África Ocidental; e essa rivalidade mais tarde fará o jogo de Roma. Colônia de Tiro, Gades, governando-se desde a origem, ao que parece, com larga autonomia, demonstrou sempre sua lealdade para com sua metrópole do Oriente; veremos que no tempo de Alexandre, quando o conquistador macedônico sitiou a cidade de Tiro, a emoção se espalhou no Ocidente até Gades (6).

Para os navegantes modernos, o pôrto de Cádiz, a 40 milhas do Estreito de Gibraltar, pode ainda, muito bem, ser uma escala cômoda sôbre a rota que, do Mediterrâneo, se dirige para a África senegalesa ou para a América; não é mais uma escala necessária — existem, no próprio Estreito, Gibraltar e Algeciras na margem européia e Tanger na margem africana; — e não há mais a ligação forçada, a-pesar-da lembrança histórica ainda recente que se liga ao cabo Trafalgar, entre o Estreito e o pôrto de Cádiz.

Assim não o era na Antiguidade: Gades, quer na época púnica, quer na romana, confundia-se com a passagem, que muitas vêzes tinha seu nome: porque, se o nome mitológico do Estreito era “as Colunas de Heracles”, o geográfico era: “o estreito de Gades” (*fretum Gaditanum*), “a porta Gadirita”; e o nome de “mar gaditano” se applicava da saída da passagem, às superfícies do Oceano nas quais os marinheiros do Mediterrâneo criam perceber perigos desconhecidos. Na Antiguidade, o Estreito prôpriamente dito não oferecendo nenhuma boa escala aos navegantes — nem a cidade fenícia, depois romana, de *Tingis* na costa mauritânica, nem a colônia latina de *Carteia* (Algeciras) na costa espanhola desde a época de Cipião, não eram verdadeiros “portos”, — é Gades,

(6). — Sôbre êsse cêrco, suas circunstâncias e consequências, vide G. Radet, *Alexandre le Grand*, Paris, 1931, cap. VIII (*La Succession d'Alcide*), pp. 92-101: havia delegados religiosos, ou “theoros”, de Cartago em Tiro, durante êsse cêrco, que se refugiaram no Herakleion. Haveria também delegados de Gades? — Em todo caso, embaixadores dessa cidade do Extremo-Ocidente teriam ido alguns anos mais tarde à côrte de Alexandre em Babilônia (324 ?), quando se atribuía ao conquistador o projeto duma grande expedição contra Cartago. “A febre que vitimou Alexandre no mês de Junho de 323, diz Gsell (*op. cit.*, III, p. 18), retardou, talvez, de dois séculos a ruína de Cartago.” O destino de Gades também poderia ter sido sériamente modificado.

a-pesar-da distância, que vem a ser a guardiã vigilante, desempenhando ao mesmo tempo os dois papéis partilhados, hoje, entre a espanhola Cádiz e a inglesa Gibraltar.

De resto, o exame atento das lendas antigas que se fixaram em torno da Passagem marítima mostra que entre o próprio Estreito e Gades, a confusão foi longa e múltipla. Contentar-nos-emos com acentuar alguns traços: primeiramente, que eram exatamente as Colunas de Hércules? — Dois “pilares do Céu”, dois “pilares do Poente” erigidos face a face à entrada do Estreito, *Abila* na África e *Calpe* na Europa do poema geográfico de Avieno (que resume, no fim do Império romano, como se sabe, antiquíssimos périplos do Atlântico: périplo púnico de Himilcon, périplos gregos anteriores a Píteas etc.); e a acreditarmos nas identificações engenhosas de Victor Bérard, dum lado o Monte dos Macacos da costa rifeña e do outro o “Penhasco” britânico? — Ou duas ilhotas no Estreito? — Certos autores antigos, no entanto, como Estrabão, indagaram se não se deveria antes procurar tais Colunas em Gades: justamente havia aí um santuário famoso de Hércules (na verdade, do Melqart tírio) e, nesse santuário, “estelas” cobertas de inscrições... Confusão ingênua, sem dúvida, porque o sentido metafórico das “Colunas de Hércules” não é duvidoso. Mas um “*transfert*”, um *reco* semelhante além da Passagem, mais longe em direção do Ocidente, para o Atlântico, se observa em outras lendas que deveriam ter sido primeiramente localizadas perto das Colunas: a de *Atlas*, o gigante mitológico cujo nome acabou por se aplicar à cadeia montanhosa que domina a Mauritânia; a de sua filha *Hesperis* e a das *Hespérides*, cujo maravilhoso jardim de frutos de ouro, símbolo das riquezas do Poente e do mundo dos Mortos, foi procurado por vêzes na fértil planície andaluza, por detrás de Gades (as Hespérides parecem figurar, perto de *Hercules Gaditanus*, nas moedas dos Antoninos), outras vêzes no arquipélago ao largo da costa africana, as Canárias, ou na Madeira, as *Ilhas Afortunadas* das lendas greco-romanas. E’ ainda nas vizinhanças de Gades, na baixa Bética sem dúvida, que é necessário procurar a ilha

Erythia e os rebanhos fabulosos de Geryon; e, como veremos, é a partir de Gades, através da Espanha e da Gália mediterrâneas, que passa o caminho mitológico de *Hércules Conditor*, o qual fundou a *Ara Maxima de Roma*, depois de ter morto o gigante Caco no Aventino e ter purificado o local. Gades, é bem de ver, foi a origem, o refúgio ou o ponto de encontro de todo um conjunto de narrativas mitológicas. Mas êsse conjunto é muito homogêneo: êle é *heracleense*, isto é, dominado pela grande figura divina de Hércules. Não há dúvida que tal afluência de lendas se explica, antes de mais nada, pelo encontro nas águas do Estreito e de Gades, do culto histórico do Melqart fenício de Tiro com os mitos helenicos da Descoberta do Poente. O Melqart original dos Gaditanos devia ser idêntico ao da metrópole e irmão do de Cartago: sem dúvida um deus brutal da conquista e da expansão; mas é provável que em Gades, mais do que em qualquer outra parte, êle tenha revelado, diante do imenso Oceano, o caráter dum deus marítimo: ao mesmo tempo *Poseidon* dos Gregos e *Heracles*. Em todo o caso, uma confusão cada vez maior se estabeleceu durante séculos entre êsse Melqart fenício e o Heracles da "koiné" mitológica dos Gregos; observa-se isso, algumas dezenas de anos antes da nossa era, nas narrativas compósitas dum Diodoro de Sicília (7). Incorporado então ao Império romano, o santuário de *Hercules Gaditanus* tornara-se um dos templos mundiais duma religião universal (8): é nesse momento que nós aí surpreendemos, sonhando com Alexandre, com a Índia e com o império mundial, um César e bem possivelmente um Trajano. Mesmo então, todavia, o templo, pelas minúcias da sua arquitetura (reconhecíveis nas moedas de Adriano) e, parece, pelo seu próprio ritual,

(7). — Diod., IV, 8 e segs.; cf. Gruppe, art. Herakles, in Pauly-Wissowa, Real. Encycl. Supl. III, 1918, col. 910-1121: é na época helenística que os "itinerários mitológicos" de Heracles e também de Dionísio (Baco) foram definitivamente constituídos; e parece certo que a "marcha triunfal" atribuída à êsses dois deuses (Dionísio sobretudo) para o Oriente e Índia, é, em parte, uma transposição da conquista histórica de Alexandre.

(8). — Sabemos pelo Digesto (XXII, 6, Ulpiano) que o *Hercules Gaditanus* estava, durante o império, no número dos oito titulares de santuários aos quais era permitido legar heranças.

continuava a manter o seu caráter semita (9). De fato, êle tinha sido, em tôda a extensão da palavra, uma “filial” do santuário de Tiro, pelo menos até o dia em que o *Heráclida* Alexandre tinha se imposto a êste, com a violência sacrílega dum conquistador (332 a.C.) (10).

Havia, então, oito séculos mais ou menos que o *Hercules Gaditanus*, montava, a algumas milhas da cidade, guarda ao Oceano, adiante das suas Colunas. Alguns autores, como Victor Bérard, supuzeram que, antes de se fixar pròpriamente em Gades, a feitoria dos Fenícios foi estabelecida durante algum tempo no Estreito pròpriamente dito (na ilha Perejil, ao longo da costa do Rife?): e dessa lembrança fenícia, os Gregos, como em outros episódios da sua *Odisséia*, teriam tirado a fábula da ninfa Calipso — no sentido primitivo da palavra, o “Esconderijo”. Dêsse “Esconderijo”, dêsse primeiro “armazem” furtivo, os mercadores fenícios, mais tarde, teriam vindo se instalar mais próximo das riquezas de Tartesso, prèviamente conhecidas. Outros imaginaram, sem provas sérias, uma *Gades pre-tíria*, anterior ao último seculo do 2.º milênio. O certo, *a priori*, é que os primeiros semitas rodaram durante algum tempo nessas paragens, antes de escolher um estabelecimento definitivo (11); isso dito, explica-se sua escolha maravilhosamente: além das vantagens peculiares — arquipélagos e baía, fontes de água potável etc. — o local de Gades oferecia a triplíce vantagem de estar ainda bastante próxima da Passagem para bem vigiá-la, bastante próxima das riquezas de Tartesso para explorá-las ou confiscá-las, enfim numa situação ideal para explorar ao mesmo tempo, no Norte, além do litoral ibérico, a “rota do estanho”, e ao Sul as riquezas mais incertas da Mauritânia e da África ocidental até a Guiné.

(9). — Sobre as representações monetárias datando dos imperadores Trajano e Adriano e, em geral, sobre as particularidades dêsse Heracleion, vide as observações de Paul-L. Strack, *Untersuchungen zur roemischen Reichspraeung des 2ten Jahrhs.*, I (Trajan), p. 162.

(10). — Vide *supra*, p. 58, n.º 6.

(11). — Segundo Estrabão, com efeito (III, 168-175), os Fenícios teriam tentado três vezes a fundação de Gades, a primeira vez na região de Motril (?), a segunda em Huelva (?), a terceira, enfim, em Gadir; cf. A. Ballesteros y Beretta, *Historia de España y su influencia en la historia universal*, I, Barcelona (1918), p. 189 e segs.; e V. Bérard, *loc. cit.*, que dá identificações topográficas diferentes (no próprio Estreito).

Tal é, com efeito, o triplice trabalho que os marujos de Gades desempenharam na história antiga.

* * *

II. — OS MARUJOS E OS NAVIOS DE GADES NO ATLÂNTICO: A ROTA DO ESTANHO; A ROTA CIRCUM-AFRICANA DA ÍNDIA? — OS ARQUIPÉLAGOS ATLÂNTICOS?

*Nos manet Oceanus circumvagus; arva, beata
petamus arva, divites et insulas...*

(Horácio, *Epodos*, XV).

Nos bons tempos do Império romano, quando a paz imperial fazia circular homens e cousas dum extremo ao outro do mundo mediterrâneo, Gades é sobretudo conhecida pelos sibaritas de Roma por causa dos seus vinhos (como atualmente os vinhos andaluzes de *Xeres*, no Continente) e das suas jovens dançarinas lascivas, que eram chamadas no fim dum bom repasto... *puellae Gaditanae* (12). Nessa época, um comércio ativo se fazia, por mar, entre Gades e Óstia, o pôrto de Roma (por Cartagena, Tarragona etc.), rota à qual corria, paralela, no continente, uma excelente *via* rumo à Itália através dos Pirineus, do Ródano (*via Domitia* do Languedoc) e dos Alpes. Gades ainda era um pôrto importante, mas a orientação geral do mundo romano o tinha de algum modo voltado para o Mediterrâneo; no Atlântico, cujas costas, na Europa e na África mauritânica, tinham caído nas mãos de Roma: [*qua cingit (?) Oceanus a Gadibus ad ostium Albis fluminis*]: é assim, pelo arco oceânico estendido de Gades às bocas do Elba, que Augusto, nas suas *Res gestae*, designará

(12). — cf. Juvenal, *Sat.* XI, v. 162 e segs.:

Forsitan expectes ut Gaditana canoro
incipiant prurire choro plausuque probatae
ad terram tremulo descendant clune puellae.

J. Carcopino, *La vie quotidienne à Rome à l'apogée de l'Empire*, Paris, 1939 p. 213 — Ainda hoje são conhecidas com peritas dançarinas as "Filles de Cadix", sempre como outrora, acompanhando-se com castanholas. — Sobre o comércio e os produtos de Gades durante o império romano, cf. o excelente livro de M.P. Charlesworth, *Les routes et le trafic commercial dans l'Empire romain* (tradução francesa do original inglês, 1938), pp. 147, 148, 160 etc. ("O pôrto de Gades era... o centro dum tráfego importante com os portos italianos, sobretudo Óstia e Puteoli"); cf. também A. Piganiol, *La conquête romaine*, p. 443.

o conjunto das províncias da Espanha, da Gália e a parte da Germania que êle “pacificou” (13)]. Gades agora partilhava seu antigo monopólio com todos os comerciantes do Império romano, entre os quais seguramente havia mais Gregos, Sírios, Italianos do Sul do que verdadeiros “Romanos”; de resto, na medida que se procurava ainda com tanto ardor os produtos do Norte, o estanho das Cassitérides, o âmbar de Heligoland ou das praias do Báltico, o mundo romano dispunha para êsse comércio de algumas rotas continentais (o “istmo” da Gália entre a Mancha e o Mediterrâneo, ou entre o golfo de Gasconha e o de Leão; rota da Alta-Itália ao Báltico pelos campos do Danúbio etc.). Essas novas condições e, em geral, o enfraquecimento do instinto de pesquisa e da curiosidade científica que a conquista romana produziu por tôda a parte, reduziram, sem dúvida, consideravelmente, do II.º século a. C. ao III.º ou IV.º da nossa era, o alcance e o interêsse das navegações gaditanas. Elas se limitaram cada vez mais à exploração dos recursos piscosos das aguas vizinhas (*mare Gaditanum*: bancos de atuns bastante densos, ainda hoje) e em proveito da cabotagem ao longo das costas da Mauritânia. As riquezas mineiras da Bética escoavam-se, na sua maioria, para Roma por Cartagena. Todavia Gades ainda era uma cidade de “armadores”; e não é nada duvidoso que, como em Cartago, eram as emprêsas marítimas que aí faziam a fortuna e o prestígio da numerosa aristocracia local: êsses “cavaleiros” gaditanos (*equites Gaditani*), ricos, empreendedores e cultos, entre os quais, no último século da República romana, Pompeu e César distinguiram e cumularam de favores o curioso personagem Cornélio Balbo (14). Mas a fortuna dêsses ricos burgueses gaditanos do último século a. C. repousa, segundo tôdas as aparências, sôbre muitos séculos anteriores de emprêsas lucrativas. A grande época dos marujos de Gades vai até o tempo do desenvolvimento de Cartago (do VI.º ao IV.º século): então a grande cidade africana, de acôrdo com Gades em fechar o Atlântico — e mesmo o mar das Baleares

(13). — cf. *infra*, p. 82.

(14). — P. Cornélio Balbo, cliente de Pompeu, defendido num processo por Cícero, devia ser depois um íntimo auxiliar do ditador César.

(*mare Balearicum*) — aos Fócios, ameaçou ao mesmo tempo de substituí-la na exploração das rotas comerciais do Norte e do Sul: Himilcon e Hannon, os dois capitães cartagineses, devem ter feito escala em Gades; sob muitos aspectos pode-se considerar que suas expedições, uma em direção às Ilhas Britânicas e outra em direção à Guiné, partiram de Gades; é provável também que elas aí tivessem tomado pilotos e as informações necessárias. Assim devia fazê-lo também, no fim do IV.º século, o massaliota Piteas. Mas em tôdas essas expedições, Gades não aparecia senão como auxiliar e subordinada. No IV.º século, a viagem já mencionada de Piteas, se efetivamente, como é provável, partiu êle de Gades, supõe um desafogo nas relações entre Semitas e Gregos no concernente à navegação no Atlântico. No III.º século, sob a curta, mas forte dominação dos Bárcidas na Espanha, Gades reaparece no primeiro plano da história, pois que ela vê passar, com poucos anos de distância, Amilcar, Asdrubal, Anibal, e depois o primeiro vencedor romano Cipião; mas apesar disso ela recai também sob o contrôle estrangeiro. Satisfeita em escapar de Cartago, ela se entrega fãcilmente aos Romanos, em 207-206; e, em cêrca-de dois séculos, visitada e honrada pelos pretores da Espanha Ulterior, disputada durante as guerras civis (p.ex. a passagem de César em 49 e em 45), vai se romanizando lentamente, continuando aparentemente a se entregar às emprêsas marítimas no Atlântico, às pesquisas ao longo da costa africana. Porque isso é o que supõe, no mínimo, a aventura de Eudóxio de Cizico, no fim do II.º século, tal qual ela é relatada por Estrabão, segundo a narrativa quasi contemporânea de Posidônio (15).

Cidadão da importante cidade da Propôntida (mar de Mármara), ávido ao mesmo tempo de aventuras e de lucro,

(15). — Para tôda essa parte do nosso estudo, vide as obras recentes sôbre as descobertas: principalmente M. Cary e Warmington, *Les explorateurs de l'Antiquité*, Paris (Payot), 1932, pp. 46-82 (*L'Atlantique*) e p. 140 e segs. (*Perspectives grecques du Ve au IIe siècle; les mystérieux navires de Gades*); Dr. Orjan Olsen, *La conquête de la Terre*, (Payot, 1933), I, pp. 44-50; R. Hennig, *Terrae Incognitae*, I (1936), Leiden, passim: êste último autor, erroneamente, supõe (pp. 126-127), contrariamente às afirmações positivas dos Antigos e á tôda verosimilhança, que Piteas tenha atingido a Mancha diretamente pela Gália; sua escala por Gades, no início do seu périplo, era ao mesmo tempo natural e indispensável. A narrativa das aventuras de Eudóxio está em Estrabão, II, 98-102.

Eudóxio, nos anos de 20 a 10 do segundo século a. C., frequentara a côrte dos Lágidas, em Cirene e em Alexandria e viajara pelo Mar Vermelha em direção à Índia; rota marítima conhecida, bem frequentada desde a época de Alexandre e de Nearco, mas sôbre a qual o fisco dos Ptolomeus cobrava taxas exorbitantes. Da Índia, Eudóxio tinha sido, um dia, levado por uma monção até às costas da África Oriental (entre Zanzibar e o cabo Guardafui); aí encontrou, ao mesmo tempo que curiosas povoações indígenas, um pedaço de proa, de madeira, ornada com um desenho de cavalo. Tendo voltado à Alexandria, os capitães que trafegavam nesse pôrto lhe explicaram que a proa devia pertencer a um navio de Gades — um navio medíocre, do tipo empregado pelos Gaditanos na pesca ao longo da costa da Mauritânia até Lixus; aparentemente, tratava-se dum dêsses barcos de pesca que, tendo-se perdido ao Sul de Lixus, teria sido levado pelas correntes ou pelos ventos, do Oeste para Leste, ao longo das costas da África, até o ponto em que Eudóxio o havia encontrado. . . Imediatamente Eudóxio percebeu uma dupla possibilidade: a de evitar o fisco e os embustes dos Lágidas e encontrar uma rota marítima ao longo da África, do Oeste para Leste, do Mediterrâneo à Índia; porque então quasi ninguém duvidava que êsse continente dos Etíopes terminasse na linha do Equador e que apresentasse um longo litoral, quasi regular, na direção Sul. Verdadeiro precursor de Vasco da Gama, Eudóxio decidiu então atingir Gades, onde recolheu informes e daí, tendo cuidadôsamente preparado seu navio e suas chalupas, aproou “para a Índia”, navegando a alguma distância das costas africanas. Essa primeira expedição foi breve; o navio naufragou ao Sul de Marrocos, ao que parece, e Eudóxio, tendo tido a idéia de ir procurar o rei da Mauritânia, o histórico Boccho (mais ou menos na mesma época da guerra de Jugurta), para interessá-lo na sua pesquisa, recebeu o peor acolhimento, retornando a Gades com dificuldade. Embarcou uma segunda vez, levando consigo “músicos e jovens” — sem dúvida já as bailarinas lascivas de Gades! — para seu passatempo e dos príncipes da Índia que pretendia visitar; e dessa segunda viagem êle nunca mais voltou.

Voltaremos a falar da tentativa de Eudóchio, que deve ser autêntica no fundo, a propósito das navegações gaditanas ao longo da África. Porque Eudóchio procurou seguir e ultrapassar a rota africana dos marujos de Gades, como Píteas tinha seguido e ultrapassado as rotas dos mares do Norte; e sua estadia nesse pôrto tem o mesmo valor duma homenagem aos necessários precursores e pioneiros. Entretanto, devemos ressaltar aqui, antes de mais nada, êste importante pormenor: os navios de Gades eram conhecidos em Alexandria. E' provável que êles a visitassem regularmente desde que a cidade existiu, tendo substituído a linha Gades-Tiro que, durante séculos, os havia ligado à sua metrópole fenícia, pela linha Gades-Alexandria [atualmente Beyrouth e Alexandria são os dois portos terminais das linhas francesas do Mediterrâneo, como as "Messageries Maritimes" de Marselha (16)]. E o frete não lhes devia faltar, tomando as especiarias, os aromatos e outros produtos do Oriente na volta, nos seus barcos, o lugar ocupado na ida pelo metal, pelos peixes, ou pelos vinhos. Como é natural, êsses Semitas de Gades, que um destino paradoxal transformou em "guardiões do Atlântico" e fez viver na atmosfera úmida e fresca das espumas do Oceano, tinham conservado o senso e o gôsto de suas origens mediterrâneas. Eram *Orientais*; puramente oriental devia ser, ainda na época romana, a opulência de seus "cavaleiros"; orientais também, sem dúvida, as dansas sensuais de suas jovens. A civilização fenícia, tendo recoberto com sua franja a extremidade da Espanha e a extremidade ocidental da África, tornou-as, por alguns séculos, estranhas províncias do "Oriente" — pouco mais ou menos da mesma maneira que a invasão árabe devia fazer mais tarde, na Andaluzia e no Maghreb, quando Córdova era uma Bagdad do Ocidente; e quantos assuntos de *orientalismo*, no último século, foram tirados da mesma região andaluza, por exemplo pelo Victor Hugo das "Orientales" ou pelo jovem Musset!

(16). — A linha Gades-Alexandria deve ter existido praticamente depois do fim do III.º século a.C. e a linha Gades-Puzzoles (ou Gades-Óstia) deve só ter sido desenvolvida a partir do último século a.C..

Mas no conjunto, aceitando resolutamente as consequências e as responsabilidades da sua situação geográfica, os marujos gaditanos fizeram-se, antes de mais nada, os pioneiros e os traficantes do Atlântico: ao Norte em direção à região do estanho, ao Sul ao longo do continente africano; não sem que, por vêzes, ajudando os ventos, tocassem nos arquipélagos do Médio-Atlântico: Canárias ou Ilhas Afortunadas — a menos que se trate da Madeira? — ou em último caso nos Açores (17). Muitas vêzes, sem dúvida, êsses navegantes audaciosos tentaram, sem suspeitar, percorrer as rotas de Cristovão Colombo e de Cabral. A discreção rigorosa que êles se impunham para guardar o monopólio das suas rotas marítimas, chegando até a afundar aqueles dos seus navios que um barco estrangeiro seguisse e a recompensar públicamente o capitão na sua volta (18), permitiu algumas vêzes aos modernos atribuir-lhes descobertas com demasiada generosidade. De fato, os Gaditanos tinham seus limites — os da técnica naval do seu tempo em primeiro lugar e os de seus interêsses. Suas pesquisas eram muito ativas e engenhosas, mas permaneciam mercantis, não se interessando senão pelo tráfego lucrativo. Ora, uma *descoberta* geográfica, no sentido completo da palavra, deve comportar, ao mesmo tempo, uma identificação de ca-

(17). — Sobre a identificação das "Ilhas Afortunadas", cf. Fischer, in Pauly-Wissowa, *Real-Encycl.*, VII, col. 2-43. E' provável que, sob êsse nome, seja o arquipélago da Madeira (e Porto-Santo) que os marujos de Gades indicaram um dia à Sertório (vide infra; e cf. também Carcopino, César (in "*Histoire Générale*" sob a direção de G. Glotz), p. 501 e n. 77. Mas o nome pôde muito bem ter sido deslocado com o tempo e não é impossível, mesmo, que êle tenha sido aplicado ao mesmo tempo à Madeira e às Canárias, consideradas como fazendo parte dum mesmo arquipélago oceânico. De toda maneira, parece certo que, frequentando o litoral africano, os Gaditanos reconheceram a existência das Canárias e que foi sobre suas pegadas que Juba II devia mais tarde a enviar uma expedição (vide infra).

(18). — O caso é contado por Estrabão, III, pp. 175-176, aparentemente segundo Posidônio: "no começo só os Fenícios exerciam o comércio (do estanho), mantendo bem escondida de todos a rota que seguiam a partir de Gades. Quando os Romanos, afim de descobrir seus mercados, seguiram um de seus barcos, seu capitão o afundou deliberadamente num banco de areia. Tendo assim atraído seus perseguidores à destruição, a que se expunha a si próprio, êle pôde salvar sua própria vida e recebeu publicamente como recompensa o valor do carregamento que havia sacrificado... "Assim o mercantilismo de Gades sabia, quando preciso, ir até ao heroísmo! — War-mington e Cary citando a anedota (op. cit., p. 300), supõem que anteriormente à pax romana, os Cartagineses (entendei aqui: os Gaditanos) não convidavam os intrusos a se suicidar, mas que os enforcavam ou os afogavam sem cerimônias, como o fizeram os Espanhois e os Portugueses."

ráter científico (nesse sentido pode-se contestar que Colombo tenha “descoberto” a América: êle a “encontrou” no seu caminho, quando esperava outra cousa e jamais a “reconheceu” como América) e uma exploração prática. Se por acaso algum navio gaditano, enquanto procurasse dobrar a África, fôsse levado pelos alisios até às costas do Brasil, ninguém, em Gades, sem dúvida, o teria jamais sabido, porque a volta teria sido quasi que impossível; em todo caso não resultaria nenhuma descoberta que pudesse ser identificada e explorada. Contentemo-nos, pois, com as explorações que podem ser levadas ao ativo de Gades com certeza e que tiveram futuro.

Nas suas navegações atlânticas, em geral, os marujos gaditanos encontravam especiais dificuldades. Todos sabem que a navegação no Atlântico apresenta dados técnicos muito diferentes dos da navegação no Mediterrâneo; e que na época moderna, até a era da navegação a vapor, diferenças sensíveis de construção, de velame e de “perfil”, opuzeram as galeras francesas ou inglesas do Mediterrâneo às fragatas e navios das frotas do Oceano (19). Vindos do fundo do Mediterrâneo, com a aparelhagem marítima notável, mas tipicamente mediterrânea dos Fenícios, como os Gaditanos afrontaram os novos problemas do Oceano? — Não consta que êles tenham aperfeiçoado os “aparelhos de bordo”, os meios astronômicos de medir as rotas do mar; a êsse respeito, a superioridade dum Grego como Píteas, ao mesmo tempo sábio, mercador e aventureiro, é a característica da oposição entre o engenho grego e o semita. Mas é, *a priori*, verosímil que êles souberam adaptar suas construções navais às exigências do Oceano: casco, pontes e velame. Os pormenores da história de Eudóxio de Cizico sugerem, com efeito, que havia tipos variados e bem definidos de barcos gaditanos, segundo seus diferentes usos. E as escalas iniciais dum Himilcon, dum Píteas, como dum Eudóxio, no pôrto de Gades se explicam aparentemente pela necessidade de aí receberem, não sòmente informações e guias, mas, sem dúvida, conselhos práticos e instrumentos náu-

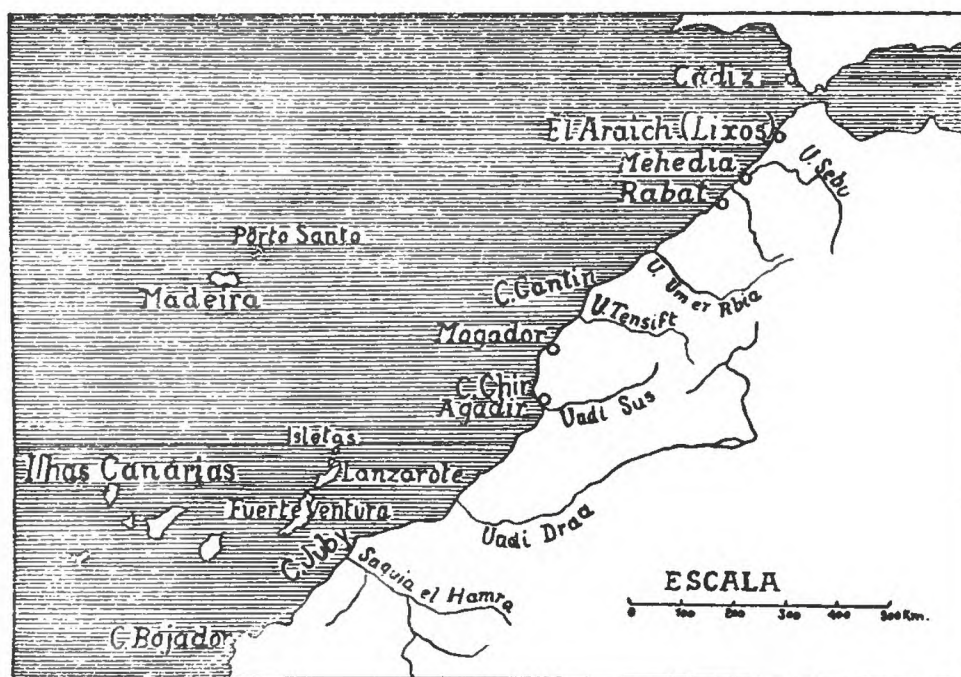
(19). — cf. cte. Lefebvre des Noettes, *De la Marine antique à la Marine moderne: la révolution du gouvernail*, Paris, 1935; sôbre a marinha fenícia vide pp. 24-33.

ticos. De qualquer modo e nas suas grandes audácias, como sempre acontecia entre os navegantes antigos, os marujos gaditanos recorriam excepcionalmente à travessia em linha direta (p.ex. da ponta N. O. da Espanha diretamente à Bretanha) e preferiam a navegação ao longo das costas, uma espécie de cabotagem no sentido lato do termo. E' assim que tanto no Norte como no Sul êles "balizaram" suas rotas.

Ao Norte, o incentivo essencial era o estanho; e Tartesso, antes de succumbir, já lhes havia ensinado o caminho. Estanho e âmbar já eram, desde os longos séculos da prehistória, as duas riquezas dos obscuros povos do Setentrião, cobicados pelos brilhantes povos do Meio-dia. Os Gaditanos traficaram no Mar do Norte e no Báltico, em operações de trocas incertas, muito antes que Himilcon e Píteas viessem reconhecer as regiões, de onde vinham essas mercadorias, por conta dos Mediterrâneos. Onde estavam essas ilhas *Cassitérides* dos Gregos — as ilhas do estanho? Eram as ilhas do pequeno arquipélago das Sorlingas (Scilly), ao S. O. da península de Cornualha? ou a própria Cornualha? ou a Bretanha francesa dos nossos dias, a Armórica? — O certo é que no primeiro milênio a. C., já havia intermediários na rota entre Gades e a matéria prima; em particular, na segunda metade desse milênio, na Gália, a talassocracia dos Celtas Vênetos, que César devia encontrar e destruir entre o cabo Finis-terra e a foz do Loire, apoiava-se certamente, em parte, sobre esse vantajoso tráfico. Até a região dos *Æstrymni*, isto é, até a ilha bretã de Ouessant, Píteas teve que contentar-se em seguir a rota gaditana, costeando o litoral do golfo de Biscaia. Mas em seguida, êle parece bem tê-la ultrapassado, porque é provável que os Gaditanos conheceram, pelo menos superficialmente, a existência da Irlanda e da ilha principal de Albion (Grã-Bretanha), mas não há nenhum indício, nenhuma verosimilhança de sua passagem pelo estreito do Pas-de-Calais nem, *a fortiori*, em pleno Mar do Norte.

Pode-se admirar que essa rota marítima não tenha de modo algum provocado, desde a época antiga, sobre a costa atlântica da Espanha (e de Portugal) o desenvolvimento de alguns portos importantes. De fato, nada disso ocorreu e, fora

a colônia latina de Lisboa (*Olisipo*), cuja história marítima é muito obscura, as províncias atlânticas da Espanha e da Lusitânia romanas deviam permanecer até o fim do Império singularmente pobres e apagadas. Gades foi, praticamente, o único grande pôrto do Império romano sôbre o Atlântico; nem os portos fluviaes da Gália atlântica, como Bordeus (*Burdigala*) e Nantes (*Corbilo*), nem os portos da Mancha como Boulogne, podem sèriamente se comparar com Gades pelo tráfeço e pela importância; centros de civilização puderam se desabrochar, — o de Bordeus particularmente brilhante — mas não nasceu, que saibamos, nenhuma grande escola de marujos, nenhum impulso à exploração atlântica. Seu tempo, aliás, tinha passado; na época romana, essas costas atlânticas da Espanha e da Gália não passam de local dum tráfeço mais ou menos ativo com a “Bretanha” (a Inglaterra romana) (20). A era do estanho passara; mais ainda e durante longos séculos, a era das verdadeiras curiosidades geográficas!



O LITORAL ATLÂNTICO AO SUL DE GADES.

(20). — O primeiro Romano que abordou o mercado de estanho parece ter sido Públio Crasso, que aí foi conduzido pelos marujos gaditanos, pelo menos aparentemente (vide Estrabão, *ibid.*: “Os Romanos continuaram espionar até que descobriram essa rota e, mais tarde, quando P. Crasso

Essa era subsistiu mais tempo para as navegações em direção ao Sul. Desde sua origem, como já acentuamos, Gades pesquisou a África, o litoral do atual Marrocos (Mauritânia), pelo menos tanto quanto os mares do Norte. Dêse lado, uma série de feitorias fenícias, de Tanger à sua homônima Agadir, lhe oferecia outros tantos pontos de apôio para uma expansão em direção ao Sul. E êsses pontos de apôio conservaram uma parte do seu valor no tempo mesmo em que o contrôle de Cartago se estendeu sôbre êles; êles o recobram após a queda da capital púnica e até sua incorporação na Mauritânia Tingitana dos Romanos. A bem dizer, as principais cidades fenícias da costa marroquina, como Tanger e Lixus, conservaram um estatuto especial, o que lhes permitiu ser bastante independentes relativamente ao procurador da Mauritânia [isso poderia ser uma das razões que explicam a eventual residência do procurador numa cidade do interior, como Volubilis (21)] e os aproximou, pelo contrário, das cidades da província espanhola da Bética. As velhas relações e afinidades que a história revela entre a África do Norte e a península ibérica em geral, se manifestam à plena luz da história entre Gades e as colônias da África ocidental; ainda que certos autores tivessem dito que, na partilha da zona de influências entre Gades e Cartago, a primeira obtivera as colônias da Espanha, a segunda as da África, o interêsse de Gades pelas feitorias da Mauritânia continua a se manifestar durante muito tempo ainda. Se o rei Juba II, que reinou pacificamente na Mauritânia por conta de Augusto, mais ou menos no início da era cristã, foi sufeta (honorário, sem dúvida) em Gades, é porque a

fez a travessia e se assegurou de que as minas estavam perto da superfície do solo e que os indígenas eram pacíficos, abriu largamente esse mar a todos, para cada um aí pudesse trabalhar à vontade, ainda que a distância fôsse maior que até a Inglaterra..."; vide o comentário de Warmington e Cary, *op. cit.*, p. 63. Esse P. Crasso deve ter sido o governador da Espanha de 96 a 93 a.C. e, conseqüentemente, a sua viagem pode ser datada aproximativamente do ano 95 antes da nossa era: é o fim do monopólio púnico-gaditano.

(21). — cf. a nossa nota, após êste artigo.

velha cidade mantinha com êle excelentes relações (22). E precisamente é Juba II, que gostava da ciência, quem tentou recomeçar, ao longo das costas africanas, as explorações dos Gaditanos e de Eudócio de Cizico. Êle se interessou pelos recursos das Ilhas Purpurinas, talvez os ilhotes situados nas proximidades de Mogador, e fez redescobrir e enumerar as Canárias (23). E' a própria tarefa dos Gaditanos que êle recomeça, provàvelmente de acôrdo com êles e apoiado nos resultados dos seus longos trabalhos. Cada vez que, na Antiguidade, uma potência política se desenvolveu nessas paragens, ao Sul da Espanha ou em Marrocos e a *fortiori* com autoridade sôbre as duas regiões, verifica-se que essa potência tenta prolongar a rota marítima para o Sul. Notemos também o caso de Sertório: êsse chefe romano rebelde, mais ou menos em 80 a.C., ameaçado de perder a Espanha, procura aventuras no Rife e encontra marinheiros — marujos *gaditanos*, como era de prever-se, — que gabaram o paraíso de suas Ilhas Afortunadas [nessa ocasião Madeira, segundo a maioria dos intérpretes (24)].

Quais seriam as riquezas capazes de atrair nessas paragens os Gaditanos? como elas impeliram para aí o almirante cartaginês Hannon? As costas da África mauritânica eram o que são ainda atualmente — os portos modernos de Marrocos à parte —: ingratas, inhóspitas, perigosas mesmo; as populações raras e selvagens (parece que as Canárias estavam então desertas, tendo recebido muitos séculos depois o seu povoamento de *Guanches* vindos da África). Porém, mais longe, na foz do grande rio Chretés, provàvelmente o Senegal, devia-se saber, antes e após Hannon, que se podia encontrar o ouro, o ouro sudanês (25); e mais longe ainda, do lado

(22). — cf. Gsell, *Hist. anc. de l'Afrique du Nord*, VIII, p. 207.

(23). — *Ibidem*; J. Carcopino interessou-se recentemente pelo problema dessas explorações de Juba.

(24). — Numerosos testemunhos: Plut., *Sert.*, 8; *Sal. Hist.* (ed. Maurenbrecher), I, 100-103; *Diod.*, V, 19-20; e a alusão de Horácio, *Epodos*, XV, 41-42; cf. Carcopino, *César*, p. 501, e *supra*, p. 67, n.º 17).

(25). — Sôbre o tráfego antigo dêsse ouro do Sudão e o conjunto do périplo de Hannon, recomendamos a leitura do sugestivo artigo do saudoso E.-F. Gautier in "*Annales d'histoire économique et sociale*" de 1935, VII, pp. 113-123.

da Guiné, sem dúvida, não se ignoravam os recursos (marfim etc.) que podiam compensar os perigos e os terrores da navegação. A essas cobiças mercantis se acrescentavam dois fatores mais desinteressados; dum lado, os Antigos, desde o VI.º século mais ou menos a. C., eram tentados a considerar o Senegal (e até os rios menores da costa africana) como uma “boca” do Nilo, em parte devido a algumas semelhanças da flora e sobretudo da fauna (crocodilos do Senegal); e de reconhecer nessa região uma outra face da “Etiópia”, o que por si só aguilhava sua curiosidade; doutro lado, a maioria dos autores, como vimos, partindo do mesmo erro sobre o curso do Nilo e da unidade da região dos Etiopes, acreditava que o continente africano terminava no Sul, a pouca distância do Equador e que assim, a sua “circunavegação” era relativamente fácil. E’ possível que essa idéia já tivesse guiado o Périplo de Hannon, que não pôde ir além, no máximo, do gôlfo do Camerun, e é certo que ela foi a origem das duas tentativas de Eudóxio de Cizico. Portanto, em caso de sucesso, o périplo africano devia dar um acesso direto ao mar Eritreu, isto é, ao Oceano Índico, ao Gôlfo Pérsico e à própria Índia, riquezas fabulosas e certas. O aborrecimento pelos embarços ptolomáicos e o desejo de encontrar uma rota livre e integral até a Índia produziram em Eudóxio de Cizico, um século a. C., o mesmo plano que devia guiar 1600 anos mais tarde Bartolomeu Dias e Vasco da Gama.

Mas seria verdade, como Eudóxio parece ter acreditado, que um navio gaditano pelo menos, embora por acidente, tivesse dobrado o Cabo da Boa Esperança? — Não há nenhuma razão séria para se acreditar; primeiramente, porque o encontro duma proa gaditana na África Oriental, supondo verdadeiramente exata a identificação gaditana, é suscetível doutras explicações mais simples (si se trata dum barco de pequena tonelagem, como o sugere a narrativa, não poderia êle ter passado do Mediterrâneo ao Mar Vermelho pelo canal do Nilo, como frequentemente se fazia na época dos Ptolomeus?); e a identificação permanece naturalmente muito hipotética; em seguida porque, no caso dum navio *perdido* — e Eudóxio, segundo parece, não admitia outra cousa, — o regime das

correntes e dos ventos ao longo das costas da África não poderia, em caso algum, realizar o milagre de transportá-lo, da costa ocidental até a costa oriental. Além do que, devemos raciocinar para a circunavegação da África como para a eventual “descoberta dos Açores, quiçá da América: tivesse um navio perdido dobrado, sem o saber, o cabo da Boa Esperança, as consequências práticas teriam, segundo tôdas as aparências, permanecido as mesmas durante longos séculos: isto é, *negativas*. Para que a rota circum-africana fôsse praticável, seria necessário, dum lado, que a expansão árabe tivesse começado aproximar as margens da África Oriental das da Índia, doutro lado que a navegação ocidental tivesse se tornado bastante senhora do mar para realizar longas travessias sem se cingir à cabotagem. A-pesar-do espírito de aventura e da energia de seus marinheiros, Gades, como seus rivais antigos, não podia antecipar-se tantos séculos.

Fica-lhe ao menos a glória de ter sido a primeira e a mais ampla exploradora do Atlântico, antes do novo desenvolvimento marítimo dos séculos XIV e XV que devia preparar as grandes descobertas do fim do XV.º século. E, para os próprios Mediterrâneos, Gades era às vêzes uma cidade fabulosa. Como notou muito exatamente Victor Bérard, melhor que ninguém, a imagem de Gades, a “ilha oceânica”, está no fundo da famosa narrativa platônica acêrca-da Atlântida (26). Sabe-se qual é o teor geral dessa narrativa, que Platão elaborou no *Timeu* e no *Crítias*: numa época muito antiga, Atenas teria tido a glória de se opor, em nome do Oriente, à uma formidável ameaça do Ocidente representado por êsse poderoso con-

(26). — Op. cit., p. 259 e segs. Nos parece supérfluo lembrar a vasta literatura que os modernos consagraram ao “problema da Atlântida.” Do fato, — que geólogos e botânicos respeitáveis reconheceram como plausível de ter existido, muitos milênios antes do início da era histórica, um continente atlântico do qual os arquipélagos dos Açores, da Madeira e das Canárias poderiam ser os vestígios — não se deduz, rigorosamente, que o “mito” platônico, semelhante à muitos outros mitos do grande filósofo, tenha tido no seu pensamento uma séria base científica ou histórica; como notou V. Bérard, se a história aí está presente, é na medida em que Platão, escrevendo no IV.º século, transpõe na sua narrativa as glórias atenienses das guerras médicas e da expedição da Sicília, consideradas ambas como defesas contra a Barbárie. Todavia, tendo viajado muito e residido durante longos anos na Sicília, é possível que tenha recolhido aí tradições interessantes acêrca-das regiões do Extremo-Ocidente. — O mesmo Bérard, *ibid.*, sugere que, na descrição do governo dos vários reis da Atlântida, Platão se teria inspirado nas verdadeiras instituições de Gades, que possuía su-fetas (?).

tinente — ou ilha — da Atlântida. Ora, a Atlântida, segundo Platão, antes de submergir nas ondas, estava situada além das Colunas de Hércules, ao mesmo tempo em face da Europa e da África, uma das suas extremidades em frente do mar Gadirita; e os dois primeiros reis da Atlântida, filhos gêmeos de Poseidon e da princesa Clito, chamavam-se um *Atlas* e o outro *Gadiros*. . . Na própria descrição que Platão faz da capital mítica, de seu pôrto, de seus jardins, de seus canais, Victor Bérard pensou encontrar, ao lado de imagens de fantasia ou de lembranças de Babilônia, pormenores imitados da histórica Gades. E' provável também que houvesse lembranças de Tartesso. Pode-se afirmar, com efeito, que foi em Gades, em torno da cidade, do seu pôrto e do seu Heracleion, que se acabaram de elaborar, durante os longos séculos da Antiguidade, as noções que nos são atualmente familiares: *Atlas*, *Atlântico*, e a primeira concepção aproximativamente científica que o Velho Mundo teve do grande Oceano.

* * *

III. — GADES E O SONHO ÍNDICO: HERACLES E ALEXANDRE (27).

ab India usque Gades. . .

Na época helenística e romana, o nome de Gades aparece muitas vezes, como uma *referência geográfica*, para designar o ponto mais ocidental do mundo conhecido; é com efeito o "Finisterra" do mundo antigo, no sentido exato: *terrarum finis Gades. . .* diz o poeta da guerra de Anibal, Sílio Itálico (28), o equivalente, para o Poente, daquilo que era para os Roma-

(27). — Retomamos neste capítulo as principais conclusões do estudo especial que fizemos em França, in "Mélanges Radet" (— Revue des Études Anciennes de 1940, à aparecer), sob o título: "Hercule-Melqart, Alexandre et les Romains à Gades."

(28). — Sil., XVII, v. 63; cf. Solin. 206, 12 M²: *ab India usque Gades*; Juven., X, v. 1-2:

Omnibus in terris, quae sunt a Gadibus usque
Auroram et Gangen. . .

Seria fácil multiplicar as citações latinas no mesmo sentido (cf. Plin., N.H., VI, 176 e 214).

nos, para o Setentrião, a *ultima Thule*, com a vantagem dum realidade tangível e incontestável. O valor dessa referência aliás era duplo: porque se Gades assinalou, na geografia de Eratóstenes, que foi em geral a dos conquistadores romanos, o meridiano mais ocidental da *Oikouméne* (“Terra Habitada”), ela era doutro lado, no sentido Oeste-Leste, o ponto de partida ocidental do grande paralelo mediano, ou “diagrama” sôbre o qual, de Gibraltar à Índia (monte Paropamisos), os sábios mediam o maior comprimento da *Oikouméne* (*Οικουμένη*) (29).

Essa posição lhe valia o interêsse, não sômente dos poetas, mas o de duas categorias de personagens entre os Antigos: os sábios e os conquistadores.

Os sábios vinham a êsse “fim do mundo” entregar-se a observações, em face do Oceano, sôbre o movimento das marés (cousa nova, como sabemos, para os Mediterrâneos), sôbre o nascimento e o ocaso do sol. A natureza e a tendência dessas observações deviam, certamente, ser diferentes segundo a representação geral que os observadores tinham da Terra: um Posidônio, que foi a Gades na primeira metade do último século a. C., tinha a superioridade de saber, sem dúvida, como se soube durante algum tempo graças à ciência alexandrina, que a Terra era esférica; de maneira que, observando o Oceano em Gades, êle deve ter sido um dos primeiros a imaginar a rota teórica que, através dêle, devia alcançar a Índia. Astrônomos e geógrafos helenísticos chegaram assim, durante um tempo infelizmente muito curto, a traçar o próprio programa de Cristovão Colombo; e são, aliás, suas observações, através do *Almagesto* de Ptolomeu e a compilação de Pierre d’Ailly no XV século — o *Ymago Mundi* (30), que inspiraram ao Genovês, sem dúvida, a assombrosa confiança mostrada na sua primeira viagem.

Sabemos que, com algumas dezenas de anos de distância, dois dos melhores espíritos da Antiguidade, dois Gregos ao

(29). — cf. A. Berthelot, *Les données... de la géographie antique d’Eratosthène à Ptolémée*, in “*Revue Archéologique*”, XXXVI, 1932, p. 11 e segs.

(30). — cf. a interessante edição dessa obra — o exemplar de Colombo anotado pelo navegador — que foi publicada pelo Canadense-francês Edmond Buron, *Ymago Mundi*, Paris, 1930 (introdução, no tomo I).

serviço de Roma, se detiveram em Gades e aí se entregaram a doudas observações: o historiador Políbio aí esteve, sem dúvida, mais ou menos na época da 3.^a guerra púnica, no momento em que seu protetor e amigo Cipião Emiliano, tendo destruído Cartago (146 a. C.), lhe confiou uma expedição de reconhecimento das antigas colônias púnicas, ao longo da costa da África. Notemos, de passagem, que se trata da última tentativa da Antiguidade — se colocarmos de lado o caso do rei Juba II, — para recomençar dêsse lado as pesquisas dos Semitas e dos Gregos. Políbio não foi longe — segundo parece — e sua estadia em Gades foi talvez o episódio mais fecundo da sua expedição. Posidônio, o filósofo greco-sírio, foi a Gades por sua conta, segundo parece e, como nas suas curiosas viagens através da Céltica independente, foi a curiosidade científica que aí o levou. Sabemos por Estrabão que êle se interessou principalmente, depois de Políbio, pelo exame das fontes de água de Gades, que apresentavam a singularidade de jorrar água doce muito perto da beira do Oceano (?): “Políbio descreve a fonte de água potável que se encontra no Heracleion de Gades. . . Posidônio pretende que o Heracleion tem duas fontes e a cidade uma terceira. . . etc.” (31).

A narrativa de Estrabão mostra que, ao menos numa parte importante, Políbio e Posidônio sobretudo (êste teria passado trinta dias em Gades!) tinham escolhido para ponto de suas observações o *Heracleion* e não a própria cidade, da qual êle estava bastante distante. Edificado sôbre uma língua de terra, êsse santuário era provavelmente, entre o Oceano e a baía, o local ideal para observar o choque e os movimentos respectivos da maré e da água doce. Mas êle se impunha também pelo seu prestígio mundial; e vamos ver aí sonhar, após os homens de ciência, os homens de guerra, os conquistadores.

Por uma anedota referida ao mesmo tempo por Suetônio e Dion Cássio, sabemos que no último século a. C., havia no Heracleion de Gades uma estátua de Alexandre: César lá passando durante sua questura na Espanha Ulterior, em 68, a teria contemplado e chorado ao pensar que na sua idade

(31). — Estrabão, III, 168-175.

(trinta e três anos mais ou menos), o Macedônio já tinha tido tempo de viver, de conquistar e de morrer... (32).

Desde êsse tempo, sem dúvida, é de conquistas no Oriente, dum império a maneira de Alexandre, que sonhava a jovem ambição de César (33). Um século e meio depois, é curioso ver o nome e as imagens do *Hercules Gaditanus* figurar nas moedas dos imperadores romanos (Trajano e Adriano), na mesma ocasião em que Roma esteve mais próxima do que em nenhuma outra época de estender o seu domínio, após Alexandre, até o gôlfo Pérsico. O Hércules de Gades parece ter sido um dos patronos de Trajano na sua expedição contra os Partas. Convém também lembrar-se que Trajano e Adriano, ambos oriundos da Espanha (da Bética) e aparentados entre si, deviam considerar Gades quasi como uma pátria provincial e o grande deus de Gades como um deus de tradição familiar, *deus patrius* (34).

Remontando-se na história, além de César, é provavelmente possível encontrar as origens do vínculo que se formou assim, em Gades, entre Heracles (Melqart), Alexandre e o sonho índico. Tudo leva a crer que êsse laço não se formou senão na época romana e que foi um Romano — um dos *imperatores* que estiveram na Espanha Ulterior entre Cipião o Africano (206) e Júlio César (68 a. C.), — que erigiu no Heracleion, como símbolo de conquista e de império universal, a imagem de Alexandre. A admiração crescente dêsses *im-*

(32). — Suetônio, César, 7; Dion Cássio, XXXVII, 52, 3; Plutarco, César, 11, 3 (êste com uma confusão); cf. o comentário de J. Carcopino, no seu estudo: *La Royauté de César* (Points de vue sur l'impérialisme romain, 1934, pp. 109-110) e no seu César, já citado, p. 608.

(33). — Se interpretamos rigorosamente as narrativas concordantes de Suetônio e de Dion Cássio, como o fez J. Carcopino (*loc. cit.*), parece que no mesmo Heracleion, César então, tinha pedido aos "padres" ou "adivinhos" a interpretação dum "sonho incestuoso" que acabava de perturbá-lo: êstes lhe teriam predito "o império da terra". A anedota é suspeita, porque se assemelha à muitas historietas antigas, que não repousam, às vêzes, senão sôbre um tema de folclore. Todavia, tudo aquilo que sabemos do templo gaditano, dos atributos do seu deus, de sua conexão com Alexandre, torna plausível a idéa que sonhos concretos de domínio universal, se desenvolveram aí, provavelmente favorecidos pelo clero local. Seria por se lembrar com gratidão dêsse episódio e dessa profecia que César, vinte anos depois, conferiu a plena cidadania romana a todos os Gaditanos (Dion Cássio, XLI, 24, 2). Notemos ainda que durante sua campanha de Espanha contra os partidários de Pompeu, César fez tenção de restituir ao Horacleion de Gades o tesouro que lhe tinha sido retirado (César, *Bell. civ.*, II, 18-21). Seu interêsse por êsse santuário é, pois, atestado com insistência.

(34). — Paul Strack, *op. cit.*, *loc. cit.*; e J. Guey, *Essai sur la guerre parthique de Trajan*, 1937, p. 18, 111, 120.

peratores pela figura do Macedônio, à cuja "imitação" sistemática se dedicaram, como o grande Pompeu, são fatos bem atestados pelos Antigos e que os trabalhos recentes elucidaram.

Na verdade, o papel histórico do *Hercules Gaditanus* já aparece claramente no III.º século a.C., no tempo dos Bárcidas: o primeiro, Amilcar, desembarcou na própria Gades; e ele e seus sucessores, até a chegada dos Romanos, não perderam nenhuma oportunidade para homenagear a onipotência do grande deus da sua raça, êsse Melqart vindo de Tiro e que reinava igualmente em Cartago. E já é muito provável que êsse deus semita tenha se confundido, em grande parte, aos olhos dos próprios Púnicos, com o Heracles da mitologia helenica; de maneira que um Anibal podia reconhecer nele o patrono da sua marcha ofensiva em direção à Itália: marcha que partiu simbolicamente de Gades (35). Êsse caminho, traçado pelo herói através de montanhas e rios, o itinerário mitológico, já referido, de *Hercules Conditor* do Grande Altar de Roma, outros conquistadores ou chefes de exército deviam segui-lo na época de Roma, num ou noutro sentido; o itinerário Gades-Roma, por via terrestre, antes mesmo de se materializar numa via romana contínua, foi um dos grandes caminhos do mundo antigo, ao mesmo tempo mitológico e histórico. E o ter vindo do fim da Espanha, ou então da própria Gades, devia ser ainda para um Trajano uma espécie de superioridade mística, uma promessa de benefícios para Roma (36).

Mas, a-pesar-de sabermos que o mundo púnico do tempo de Anibal estava entrelaçado com o mundo helenístico — Anibal sabia o grego e não é um acaso que o levará, após a vitória romana, à côrte dos reis helenísticos da Ásia-Menor, — não podemos conceber que os Bárcidas pudessem introduzir

(35). — Cf. Gsell, *op. cit.*, III, p. 130, 141, 168, 169; principalmente segundo Liv. XXI, 21, 9); Ap., *Iber.*, 28 e Sil. It., III, 32 e XVI, 194; Asdrubal visitou igualmente o templo antes de ir em socorro do seu irmão Anibal na Itália, em 207 (campanha do Metauro); vide Liv., XXVIII, 16.

(36). — É a alusão que cremos reconhecer na passagem do *Panegirico de Plínio-o-Jovem*, 14, 5, que nos parece ser mal compreendida pelos editores ou tradutores; para êsse pormenor, como para todo o presente desenvolvimento do nosso estudo, não podemos senão enviar os leitores à argumentação de nosso trabalho especial, já citado, in "Mélanges Radet".

Alexandre no *Heracleion* de Gades (37). Essa iniciativa, logicamente, devia pertencer aos Romanos.

Entre os Romanos, estes dois fatores devem ter colaborado: a posição geográfica privilegiada de Gades, que era um “fim do mundo”, termo ou ponto de partida duma conquista universal da *Oikouméne*, e a missão universal de Heracles-Melqart de Gades, fundada sobre o conjunto de lendas fenícias, gregas ou romanas. Os sinais de interesse dos Romanos pelo deus e pelo templo gaditanos aparecem justamente a partir do meado do 2.º século a.C., no momento em que, senhora da Macedônia e herdeira de sua dinastia “heráclida”, Roma começa a tomar consciência de sua missão “imperial”; então os *imperatores* romanos, da escola de Paulo-Emílio, se dedicam ao culto de *Hercules Victor*, deus triunfal e, provavelmente, reconhecem a unidade das diversas imagens de Hércules, da Grécia ao fundo da Espanha. Em 145 a.C., o general romano encarregado do governo da Espanha Ulterior e da guerra contra os Lusitanos de Viriato, Fábio Máximo Emiliano — um filho de Paulo-Emílio adotado pelos *Fabii* como seu irmão Emiliano pelos *Scipiones* — foi solenemente sacrificar a Hércules gaditano: *ες Γαδειρα διεπλευσε τον πορθμον, Ηρακλει θυσων* (38). A passagem e o sacrifício dos *imperatores* seguintes não é mais atestada de maneira assim tão formal, até César. Mas como duvidar de que todos os pretores ou propretors romanos que se sucederam durante esse século na Espanha Ulterior e cuja sede administrativa devia estar sobre o *Baetis* (Guadalquivir), perto da atual Sevilha, tenham omitido a indispensável peregrinação ao Heracleion vizinho! Um deles, sem dúvida, aí consagrou a estátua de Alexandre: talvez um dos últimos antes de César, Metelo ou Pompeu, que tiveram na Bética suas bases de operações contra Sertório, entre 77 e 73? — O importante é a intenção simbólica que inspirou seu gosto: esse foi, aparentemente, o de assinalar o parentesco estreito entre

(37). — (37). — A lembrança do cerco de Tiro por Alexandre e da violência então feita pelo Macedônio ao grande deus fenício (*supra*) devia ser, um século depois, ainda doloroso, à Cartago como à Gades.

(38). — *Ap., Iber.*, 65.

a missão divina do Hércules gaditano e a obra histórica do Macedônio, provavelmente também o de indicar por êle a Roma o mesmo objetivo: o império universal, com — sôbre os passos confundidos de Hércules e de Alexandre — a marcha para a Índia, a dominação do Oriente. O pensamento e, por assim dizer, a obsessão da Índia, tal nos parece ser, em definitivo, o fio condutor dessas curiosas aproximações. No momento mesmo em que os sábios mais clarividentes, tendo estabelecido a esfericidade da Terra, faziam de Gades, Finisterra ocidental da *Oikoumêne*, o ponto de partida ideal duma rota marítima direta de Leste para Oeste em direção à Índia, a futura rota de Colombo, o Heracles-Melqart do velho santuário fenício sonhava e fazia sonhar seus visitantes com a Índia também, mas duma outra maneira: duma imensa dominação “ecumênica”, que reuniria, sob o império de Roma, Gades e a Índia através de tôda extensão da Terra Habitada: *ab India usque Gades...*

E' possível com efeito seguir êsse esquema através de tôda a literatura triunfal dos Romanos, isto é, na série dos discursos fictícios atribuídos aos *imperatores* (apud Tito-Lívio), nas inscrições e *res gestae* relativas à celebração de diversos triunfos, sendo os mais característicos, sem dúvida, antes das *res gestae* de Augusto, as do conquistador Pompeu. Essa literatura, que é necessariamente tendenciosa e exagerada, sendo destinada a ofuscar o público de Roma e fazer a popularidade do *imperator*, enquadra sempre as façanhas, batalhas ou conquistas reais, dos exércitos romanos, no vasto esquema geométrico da geografia de Eratóstenes, segundo o qual o mundo habitado se mede, de Oeste a Leste, de Gades à Índia e do Norte ao Sul, do Palus Meotide (mar de Azov) ao mar Eritreu: tais eram praticamente as quatro extremidades do mundo antigo, ainda que se soubesse que havia mais ao Norte ainda (Cítia) e mais a Leste (China) outras regiões habitadas e que já se começasse praticamente a franquear êsses limites: na direção do Ocidente por exemplo, o meridiano das Canárias (Ilhas Fortunadas) tinha começado a substituir, para os geógrafos-astrônomos, o de Gades. Entretanto, Gades continuava ainda como referência favorita

(39): Pompeu se referia a ela, Augusto também: para sugerir no sentido do alargamento mais favorável a extensão das regiões do ocidente que pacificou, êle evoca, de Gades à foz do Elba, a curva do Oceano... (40).

* * *

Cousa curiosa, em circunstâncias históricas bastante diferentes, o herói macedônico devia voltar uma segunda vez à essa extremidade ocidental das terras, não mais para acompanhar Hércules, mas para suplantá-lo: sob o nome de Iskander, êle será trazido para aí, do fundo da Ásia, pelos conquistadores árabes da África do Norte e da Espanha, os novos "Semitas do Ocidente". E a lenda muçulmana lhe atribuirá a abertura do famoso Estreito, outrora Colunas de Hércules (41)! — E' possível que a lembrança do culto do Heraclion e do esplendor material do templo tenha além disso deixado no local traços duráveis; Victor Bérard pensou sentir a influência disso na descrição que Edrissi fez da grande mesquita de Córdoba. Há alias indícios que o culto de Hércules, partindo de Gades, tenha se desenvolvido na época romana nas principais cidades da Bética, como Sevilha (*Hispalis*). E, duma maneira geral, pode-se considerar que a riqueza e o esplendor da Andaluzia muçulmana, em torno do califado de Córdoba, não fez historicamente mais que recommençar sôbre outras formas os brilhantes episódios de Tartesso e de Gades.

Fizemos o possível para nada atribuir aos antigos marinheiros gaditanos além daquilo que é atestado duma maneira séria. E', pois, melhor não admitir seu desembarque nos Açor-

(39). — Cf. p. ex. em Liv. XXXVI, 17 o discurso atribuído a Acílio Glábrio em 191 a.C. durante a campanha na Grécia: *quid... aberit, quin a Gadibus usque ad mare Rubrum Oceano fines terminemus...* As "Colunas de Hércules" pareciam, com efeito, corresponder, no limite ocidental da *Oikoumène*, aos marcos divinos, — ou aos altares erigidos pelo próprio Alexandre no Hyphase, — que eram considerados como os marcos do limite oriental, na Índia.

(40). — Vide a passagem das *Res gestae divi Augusti*, 26, 2, que citamos *supra*, p. 62. O verbo *cingit* é uma reconstituição conjectural de W. Weber. *Princeps*, I, p. 237.

(41). — Cf. V. Bérard, *op. cit.*, p. 289; e em geral, para a transfiguração de Alexandre no Islão, a "Soura" 18 do Alcorão.

res, que é afirmado na crença de descobertas monetárias muito suspeitas, e que não deixaram, em todo caso, traços positivos nem nos próprios Açores, nem em Gades. Basta à glória dessa cidade de ter, em todos os sentidos, começado a explorar o mundo atlântico; e é justo, alias, lembrar que muitas das mais famosas expedições que seu pôrto viu partir (Himilcon, Píteas, Eudóchio) foram obra de *estrangeiros*: irmãos rivais de Cartago, ou Gregos. O mérito próprio dos Gaditanos deve também ser um pouco diminuído, em razão do segredo egoísta que davam às suas descobertas. Numa certa medida, como acontece muitas vezes, a grandeza da história de Gades é devida aos privilégios de sua posição geográfica, mais ainda, talvez, que ao mérito dos seus cidadãos, armadores, “cavaleiros” e marujos.

Basta observar um mapa do mundo antigo para apreciar, dum só golpe de vista, todos esses privilégios: no limiar dum mundo que foi essencialmente *mediterrâneo*, Gades, permanecendo embora estreitamente ligada a esse mundo, representava uma espécie de “miragem exótica”: o exotismo atlântico — tão picante e tão inquietante para os Antigos como o exotismo tropical, asiático ou oceânico devia ser para a Europa dos tempos modernos. Ela soube notavelmente disso tirar partido e proveito, adaptando-se às condições de navegação desse mundo novo.

Não devemos lhe pedir mais do que os meios humanos da Antiguidade lhe permitiam nos dar: por exemplo, a circumnavegação vitoriosa da África, a descoberta da rota ocidental das Índias e sobre essa rota, o inevitável encontro das Américas. . . Esses meios humanos eram limitados, não somente pela ausência de instrumentos técnicos — por exemplo desse leme “*d'étambot*”, tão querido de Lefebvre des Noëttes e o qual, segundo esse notável pesquisador, inventado no fim da Idade-Média, foi o único capaz de libertar definitivamente a navegação dos entraves da tradicional cabotagem, — mas também,

o que é necessário não esquecer, pelas próprias representações que os Antigos tinham do Universo. Porque, se é verdade que os melhores astrônomos-geógrafos de Alexandria tinham reconhecido a esfericidade da Terra e, como uma consequência necessária, a possibilidade teórica duma navegação de Gades às Índias através do Atlântico, sempre para o Oeste, cumpre dizer também que essa verdade mal entrevista se eclipsou muito depressa, antes de ter tido o tempo de agir de maneira eficaz sôbre as imaginações, como ela o fará no século XV. A isso devemos acrescentar a ausência dum mobil de pesquisa bastante poderoso, motivo mercantil ou motivo religioso, como os que, no XV.º século, impelirão imperiosamente os navegantes e mercadores ibéricos para as Índias em busca duma rota que não fôsse turca! — E teremos aí, sem dúvida, o essencial das razões que explicam, se nos permitem formular essa estranha pergunta, “porque a Antiguidade não descobriu a América?” (42). O mundo antigo é um “mundo fechado”: daí seus defeitos e também sua artificial perfeição; êle não seria o mundo antigo se não tivesse arbitrariamente reduzido o domínio da sua “*Oikoumène*” às margens do Mediterrâneo. Mesmo nos momentos em que outras perspectivas lhe apareceram — que a Terra era redonda, e que as regiões habitáveis se estendiam muito além daquilo que êle imaginava, — lhe agradava crer que êsse belo mundo fechado gozava, no Universo, de favores especiais (p.ex. um céu mais rico de estrelas).

O que é certo e o que dá à antiga Gades, para quem olha o mundo antigo desta costa americana, um interêsse todo particular, é que essa cidade teòricamente reuniu, há mais de 2000 anos, muitos dos conhecimentos e condições necessários às “Grandes Descobertas” da era moderna. E, quando não se sonhava aí — como o Platão do mito da Atlântida, como o Sêneca de versos misteriosos, precisamente um Espanhol da Bética — com o “continente desconhecido” que se escondia

(42). — Resumimos aqui o conteúdo duma conferência por nós realizada sob êsse título, em Julho de 1938, na série promovida pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo nos seus Cursos de Extensão Universitária.

por detrás do Oceano (43), sonhava-se pelo menos com a Índia, com uma persistência singular. Há poucos lugares assim predestinados.

Jean GAGÉ.

(43). — Eis aqui, a título de curiosidade, os versos de Séneca (oriundo de Córdova, como se sabe), que figuram num dos coros da tragédia *Medéia* (v. 375 e segs.):

Veniunt annis saecula seris
quibus oceanus vincula rerum
laxet, et ingens pateat tellus
Tethysque novos detegat orbes
nec sit terris ultima Thule...

Não estamos inclinados a ver nesses versos, como certos autores, uma espécie de misteriosa profecia da descoberta do Novo Mundo, mas pode acontecer que uma visão apocalíptica, tirada da metafísica estóica, aí se misture aos pressentimentos sobre a existência real de novas terras.

III

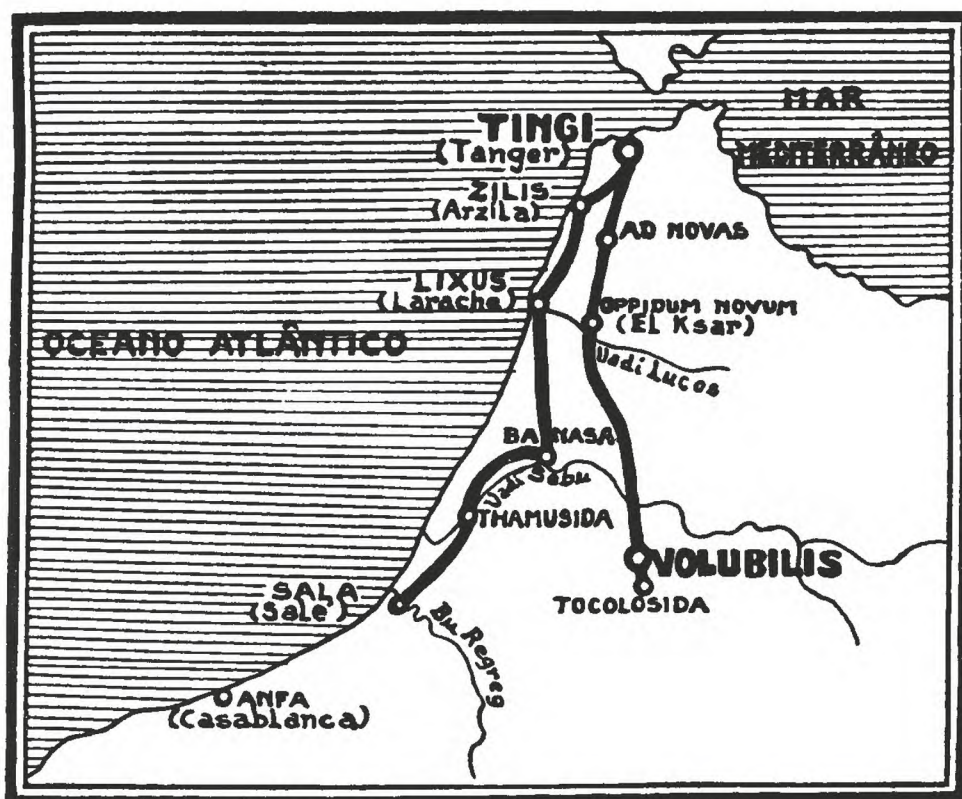
Nota acêrca-das origens e do nome da antiga Cidade de Volubilis (Mauritânia Tingitana)

pelo

Prof. Jean Gagé.

As ruínas de *Volubilis*, em Marrocos, estão atualmente entre os conjuntos arqueológicos mais completos e mais instrutivos da África do Norte francesa: a trinta quilômetros ao Norte de Mequinez, a menos de 5 quilômetros da pequena cidade santa de Mulay-Edriss, onde os muçulmanos veneram o túmulo do fundador árabe de Fez e do primeiro reino islâmico de Marrocos, as pedras romanas aparecem entre as oliveiras, num planalto inclinado que faz parte do sistema montanhoso do Zerhun. Sem ser um local naturalmente fortificado, o sítio de Volubilis, semelhante nisso a muitas outras cidades romanas da África, corresponde muito bem ao papel de sentinela dum *oppidum*, encarregado de vigiar os confins meridionais da antiga província da *Mauritânia Tingitana*, nas proximidades do Médio-Atlas. E, de fato, se a cidade gozou durante cêrca-de dois séculos duma paz relativa, atestada então pelo seu brilhante desenvolvimento monumental e, se — *município* romano a partir do imperador Cláudio, *colônia* romana na época dos Severos — ela não foi jamais, pròpriamente falando, uma *colônia militar* de Roma, é certo que ficou sempre muito pròxima do limite efetivo onde terminava, na direção

Sul, o contrôlo de Roma, limite praticamente marcado, a uma dezena de quilômetros ao Sul de Volubilis, pelo posto de *Tocolosida*, término da importante via romana que, partindo de *Tingi* (Tanger), capital oficial da província, chegava até Volubilis. Na direção do Atlântico, ela se comunicava também, por uma via romana e por alguns postos militares (*Banasa*, *Thamusida*) com a foz do uadi Sebu e com a do Bu-Regreg, mais ao Sul: a cidade romana de *Sala* (Salé), que lá se encontrava, perto da atual Rabat, teve no II.º século, durante o reino de Antonino, uma existência precária, devido às incursões dos indígenas vizinhos, como é testemunhado por uma curiosa inscrição publicada há alguns anos por Gsell e J. Carcopino. Como em Volubilis, aí também florescia a cultura latina, pelo menos a eloquência municipal: nos confins da barbárie gétula, que tinha provavelmente suas bases no Atlas vizinho, as duas cidades defendiam valentemente a *románitas* (1).



A MAURITÂNIA TINGITANA: CIDADES E VIAS ROMANAS.

(1). — Vide St. Gsell e J. Carcopino, L'inscription de Sala..., in' Mélanges d'ar-

Um feliz achado arqueológico restituiu aos historiadores, há cêrca-de vinte anos, o equivalente da "carta municipal" de Volubilis, tal qual lhe foi outorgada pelo imperador Cláudio mais ou menos no ano 42 da nossa era (2). E' então, com efeito, que a aglomeração indígena que já existia, — tentaremos mais adiante analisar sua forma — recebeu o estatuto de *municipium* romano. O reino da Mauritânia, que Juba II, no tempo de Augusto, tinha administrado com a honestidade dum príncipe erudito e com o gôsto greco-romano dum protegido de Roma (3), acabava de ser brutalmente arrebatado pelo imperador Calígula a Ptolomeu, filho de Juba e da rainha Cleópatra Selene (filha de Antônio e da famosa Cleópatra); o próprio Ptolomeu fôra sumàriamente suprimido. Um dos seus libertos, *Ædemon*, se sublevou com alguns bandos, e foi necessário, na época do advento de Cláudio (41), organizar uma campanha em regra para sufocar sua revolta: após o que, como se sabe, o antigo reino foi dividido em duas províncias governadas por procuradores, a Ocidental (a verdadeira Mauritânia dos Mouros), a Oeste do Muluia (*Mulucha*) sob o nome de *Tingitana*, derivado do nome da cidade de *Tingi* que foi pelo menos a capital nominal. Os habitantes de Volubilis e, entre êles, principalmente um dos seus chefes, aparentemente um Berbere, filho de *Bostar*, tinham, durante as operações contra *Ædemon*, prestado um auxílio eficaz aos Romanos. Cláudio os recompensou concedendo ao novo município e aos *Volubilitani*, além das vantagens normais da *civitas Romana* [o filho de Bostar passou a ser *M(arcus) Valerius Severus* e continuou a administrar como *duumvir* a comuna em que já era "sufeta"], favores excepcionais, tais como uma

chéologie et d'histoire (Escola francesa de Roma), 1932: o decreto dos decurhões municipais é redigido num latim empolado, mas visando certamente uma forma elegante; tal devia ser, na mesma época, o latim de Volubilis. A inscrição, pelas suas alusões às ameaças de incursões bárbaras, que as próprias forças da cidade ajudam a repelir, confirma os dados de outra origem (p.ex. na *Historia Augusta*) sôbre os movimentos dos "Mouros" na época de Antonino. O que se verifica no caso de Sala aplica-se em princípio no caso de Volubilis.

- (2). — Vide, sôbre êsse documento capital, *Comptes-rendus de l'Académie des Inscriptions*, 1915, p. 396, e 1924 p. 77; L. Constans, in *Musée Belge*, 1924, p. 103; P. Wuilleumier, in *Rev. études Anciennes*, 1926, p. 323.
- (3). — Sôbre Juba II, suas obras de emulação e suas coleções de arte, vide Gsell, *Hist. anc. de l'Afr. du Nord*, vol. VIII, pp. 206-276; e J. Carcopino, *Volubilis regia Jubae*, in *Hespéris*, XVII, 1933, pp. 1-24.

isenção fiscal por 10 anos, a incorporação à cidade dos indígenas residentes nos arredores (os *incolae*), a devolução ao seu tesouro dos bens dos cidadãos mortos durante a guerra etc. Assim constituído sob felizes auspícios, o município de Volubilis, rapidamente romanizado, devia encaminhar-se para o estatuto de *colônia* romana, que atingiu, como muitas comunidades africanas, na época de Septímio-Severo, o imperador africano. Breve apogeu antes dos dias de decadência: esta veio no III.º século e na época do Baixo-Império, quando a dominação romana na África se encontrava minada internamente pelas dissidências indígenas e quando as comunicações terrestres entre Marrocos e a Orânia dos nossos dias, através do curso médio do Muluia, se encontravam de tal maneira comprometidas que a Tingitana, destacada do grupo das províncias romanas da África (o *vicariato* de Cartago), foi então ligada ao das províncias da Espanha, seguindo aliás as velhas relações históricas através do estreito de Gibraltar (4), a vida dos cidadãos romanos de Volubilis se tornou, sem dúvida, precária e obscura. Todavia, ela se prolongou o bastante para que uma comunidade cristã aí pudesse se desenvolver, — da qual as inscrições conservam os traços até o VII.º século! (5) — e para que, logo a seguir a invasão vândala, que acabou de comprometer o domínio romano na Mauritânia e após a reconquista bizantina do VI.º século que, em Marrocos, sacrificou completamente o interior para salvar apenas alguns postos do litoral (Tanger: *Septem* ou Ceuta), pudessem os conquistadores árabes encontrar aí uma população de cidadãos muito importante. Porque, no fim do VII.º século, é justamente em *Ulili* (= Volubilis) que os primeiros príncipes idrissitas se instalaram primeiramente, antes de fundar sua

(4). — Essas relações são muito antigas e de todos os tempos: desde a época do Alto-Império, como se deduz de muitos documentos, houve aí, às vezes, colaboração militar em caso de perturbação da ordem entre o procurador da Tingitana e os governadores da Espanha. Um problema, aliás ainda mal resolvido, é o de saber em que medida o “desfiladouro” de Taza pôde ser utilmente frequentado na época romana pelas comunicações entre as duas Mauritânias.

(5). — Vide J. Carcopino, in *Hespéris*, 1928, p. 135 e *Rev. de Philologie*, 1936, p. 105; vide também o nosso estudo de conjunto, *Nouveaux aspects de l'Afrique chrétienne*, in *Mémoires de l'École des Hautes Études de Gand*, I, 1937, p. 212 e seguintes.

capital muçulmana de Fez (6). Assim, durante perto de sete séculos, a despeito de gravíssimos eclipses, Volubilis desempenhou um papel histórico considerável e, verdadeiramente, foi a principal cidade do interior da Mauritânia Tingitana. Mas qual poderia ter sido seu papel antes do domínio romano?

* *
*

A inscrição já citada de M. Valério Severo, filho de Bostar, provaria por si só que o município romano foi imediatamente precedido, seja exatamente no mesmo sítio, seja como sugeriu Gsell (7), no local vizinho e estrategicamente mais forte da futura Mulay-Idriss, por uma comunidade indígena, que devia naturalmente depender, no início da era cristã, do reino mauritânico de Juba II. Essa comunidade tinha já alguma organização "municipal", pois que um dos seus notáveis era aí "sufeta". Sabe-se que tais comunidades urbanas, de população indígena, mas de tipo municipal fenício ou púnico, — isto é, dirigidas por magistrados-juizes chamados *shofetim* como em Cartago — são numerosas na África do Norte e fora mesmo da zona que pertenceu propriamente aos Cartagineses. Nos dois últimos séculos antes da nossa era, nesses "reinos indígenas" númidas ou mouros, portanto igualmente "berberes", dos quais Stéphane Gsell magistralmente analisou a curiosa estrutura (8), o esforço dos príncipes mais enérgicos e mais prudentes consistira em espalhar através dos planaltos ocupados pelos nômades, a civilização sedentária e *urbana* difundida por Cartago; e, em muitos casos, êsses cen-

(6.). — O interesse desse fato e da sucessão direta de Volubilis a Fez, foi magistralmente sublinhado pelo saudoso E.-F. Gautier; vide p.ex. seu livro sobre *Le Passé de l'Afrique du Nord. Les siècles obscurs*, 1937, p. 307 e seguintes.

(7). — *Op. citat.*, V, p. 282. Segundo certas fórmulas da inscrição já citada, indagou-se às vezes se a comunidade indígena não tinha continuado a viver ao lado do município romano de Volubilis. Nós cremos antes, com Gsell (*Ibidem*, p. 132, n. 7) que o "município romano de Volubilis substituiu uma cidade indígena e não coexistiu com ela"; o importante é que há entre as duas comunidades — indígena e depois romana — uma continuidade absoluta, mesmo que o local tenha sido algo deslocado.

(8). — *Op. citat.*, vol. V e VI; vide Momigliano, in coleção *Africa Romana*, publicada pelo Istituto di Studi Romani de Roma, 1935.

tros urbanos de tipo mais ou menos púnico, foram em seguida, os próprios centros da romanização (principalmente na Tunísia Central). Sabemos, que de fato, e sobretudo à medida que avançou ao longo das costas da África e, com mais razão ainda sobre as costas atlânticas de Marrocos, a colonização direta pelos Fenícios ou pelos Cartagineses não ultrapassou jamais a zona litorânea: *Tingi*, *Lixus* (= Larache), mais ao Sul *Agadir* etc., são na costa atlântica de Marrocos, as herdeiras das velhas feitorias fenícias: segundo o caso, os testemunhos históricos, as moedas, ou os próprios nomes provam êsse fato. E' inverosímel que a influência de Cartago tenha podido penetrar diretamente até Volubilis, onde aliás as excavações não têm mostrado nada de púnico ;isso nos leva a admitir, a *priori*, que a cidade nasceu duma aglomeração de indígenas mouros e recebeu durante os reinados dos príncipes da Mauritânia, de Boccho I a Juba II, seu estatuto semi-púnico.

Jerôme Carcopino já fez sobre a história pre-romana de Volubilis uma interessante e sedutora sugestão: considerando, dum lado que as belíssimas esculturas antigas encontradas nas ruínas supõem, como as de Cherchell na Argélia (*Caesarea*), a presença dum rico colecionador, dum "amador principesco" de bom gosto, que foi em Cesaréia o nosso famoso Juba II, doutro lado que, segundo uma inscrição, um procurador romano do III.º século demonstrou cuidados especiais, em Volubilis, por uma *domus* que era aparentemente uma residência oficial, Carcopino conjecturou que, como em Cesaréia-Cherchell e, pelo menos tanto como em Tingi-Tanger, Volubilis tinha sido, no fim do último século antes da nossa era, uma das capitais de Juba II: *Volubilis regia Jubae...* (9). E' certo que os príncipes berberes da Antiguidade, como os sultões de Marrocos medieval e moderno, dividiam suas atenções e seus ócios entre muitas cidades residenciais: daí o número de cidades que, na Numídia Oriental por exemplo, conservam ainda na época romana o epíteto de *regia* (*Hippo Regius*, *Bulla Regia*, *Zama Regia* etc.) (10). Não há dúvida de que *Tingi*

(9). — Art. citat., in *Hespéris*, 1933.

(10). — Vide Gsell, *op. citat.*, VI, cap. 4.

foi uma dessas residências, ou mesmo, cremos, a residência principal do procurador romano da Mauritânia Tingitana; porque, mesmo supondo que o nome da província não seja uma prova, é evidente que o sítio de Tanger, no *fretum Gaditanum*, a pouca distância da rica província espanhola da Bética, era o local mais indicado para um governador que, cada vez mais, se comunicava com Roma por mar ou pelas Espanhas e dependia a partir do fim do III.º século do *vicarius Hispaniae*. Mas, é perfeitamente razoável também pensar que, para vigiar o *limes* mauritânico, para dirigir as operações periódicas contra os Gétulos do Atlas, enfim para assegurar as comunicações por terra com a Orânia, os governadores romanos e, antes deles os príncipes da Mauritânia, tiveram ocasião de fazer muitas vêzes e oficialmente estadias em Volubilis.

Podemos remontar além do reino de Juba II e mostrar que antes dêsse príncipe helenizado e romanizado, usufrutuário indolente e pacífico dum reino que de fato já estava sob o contrôle de Roma, a atenção dos verdadeiros reis mouros de sangue indígena já se dirigira provàvelmente sôbre Volubilis? — Cremos que isso é possível, examinando desta vez o próprio nome da cidade.

* * *

Êsse nome, paradoxalmente, tem tôdas as aparências dum elegante adjetivo da língua latina: *Volubile oppidum*, escreve Plínio-o-Antigo, no I.º século, como se tratasse realmente dum adjetivo declinável !!! (11). De fato, a aparência é evidentemente illusória. “E’ provável, escreve Gsell, que o nome de Volubilis, de aspecto latino, seja uma modificação por trocadilho dum nome indígena, do qual ignoramos a forma exata”

(11). — Plínio, *Hist. Nat.*, V, 5; vide os textos reunidos por R. Roget, *Le Maroc chez les auteurs anciens*; a menção mais antiga de Volubilis encontra-se em Pompônio Mela, III, 10 (*procul a mari Gida, Volubilis Prisciana...*), segundo uma restauração muito provável (vide Gsell, *op. cit.*, V, p. 282). Pompônio Mela, meio africano de origem, é um dos autores do 1.º século mais bem informados sôbre a geografia do Maghreb da época. O *Itin. Anton.*, menciona a Volubilis colonia (III.º século?); forma corrompida Bobabilis (?) no *Geogr. Ravenn.* (V.º século).

(12). Aliás, o mesmo sábio, ao qual tôdas as ciências que tratam da Antiguidade são muito devedoras, indicou que o elemento terminal do nome autêntico de *Volubilis* devia ser a desinência *ili*, que é encontrada com insistência num grande número de nomes da região ibérica (desde os Pirineus) e também na região africana indígena (p.ex. *Igilgili*, atualmente Djidjelli na Argélia etc.) e que os linguistas supõem ter a significação de “lugar habitado” (13).

E' possível, pois, desde já decompor assim o nome de *Volubili(s)*, ou melhor *Volubili*, forma provàvelmente mais próxima do nome indígena: *Volu-b-ili*. O *b* pode ser um elemento de sufixação e, provàvelmente, após o “trocadilho” latino, substituiu uma outra consoante, seja de sufixação, seja parte integrante do primeiro elemento da composição; êsse primeiro elemento, residuo dessa análise, seria *Volu...*

Ora, um nome muito próximo dêsse é o dum príncipe berbere (moura). Não cremos que se tenha ainda utilizado essa coincidência: um príncipe com o nome de *Volux*, filho de Boccho, aparece duas vêzes no *Jugurtha* de Salústio (14). E' possível que o nome indígena tenha sido um pouco deformado pela transcrição em latim: êle é, entretanto, muito curto para ser por si só um nome composto, enquanto se apresenta bem como nome próprio. Admitindo, pois, que o nome de *Volux* existia na onomástica moura, parece-nos que o nome de *Voluc-ili* seria um derivado normal para designar uma cidade: “cidade de *Volux*”; e supomos que é dessa forma indígena *Volucili*, que os Romanos, sempre complacentes às tentações das falsas etimologias, fizeram o belo nome, o nome latino, na verdade feliz demais, de *Volubilis*.

Hesitamos em dar mais um passo, isto é, de supor que *Volubilis* foi, originalmente, fundada precisamente por êsse histórico príncipe *Volux*, ou pelo menos em sua honra. Há com efeito algumas objeções: dum lado o filho de Boccho; que não era o primogênito, não parece ter reinado pessoalmente; pelo menos não encontramos vestígio dêle, na história, de

(12). — *Op. citat.*, V, p. 282.

(13). — *Ibid.*, I, p. 324 e nota 3.

(14). — *Sal., Jug.*, 101., 5 e 105; vide Gsell, *op. citat.*, VII, pp. 244, 246 e 253.

fato incerta, da “sucessão da Mauritânia”, desde a morte de Boccho em 80 a.C. até ao tempo de Bogude, contemporâneo de César e de Juba II o Númida; doutro lado e justamente porque a história dessa dinastia moura é muito obscura, há lugar eventualmente para outros príncipes do mesmo nome. Enfim, não pudemos encontrar a prova de que os reis indígenas, quando fundavam ou concediam privilégios às cidades, tivessem o hábito de lhes dar o seu próprio nome; todavia os textos latinos dão uma vez a Tanger o título de *Bogudiana*, na época em que a Mauritânia se encontrava pela primeira vez partilhada entre Bogude, que possuía Marrocos e Boccho-o Moço, que reinava mais a Leste.

De qualquer maneira, o estudo do nome de Volubilis, acrescido dos índices de verosimilhança que lembramos acima, nos conduz logicamente à seguinte conclusão: Volubilis deve ter sido fundada, sob os auspícios ou pela iniciativa da dinastia moura indígena, nos dois últimos séculos anteriores à era cristã, — época em que se constituiu pela primeira vez um reino mouro englobando a região de Marrocos atual entre Tanger, Sala, Volubilis e o curso do Muluia, — e provavelmente como uma praça-forte já encarregada de guardar os confins meridionais do reino contra as tribus bárbaras do Médio-Atlas. É precisamente na época da Guerra de Jugurta e principalmente nos episódios decisivos do ano 106, em que o rei mouro Boccho sustenta inicialmente seu colega númida Jugurta contra o Romano Mário (como, no último século, no mesmo quadro geográfico e segundo os métodos de guerra análogos, o sultão de Marrocos devia durante algum tempo apoiar contra os Franceses de Bugeaud o emir árabe da Argélia Ab-el-Kader), que o *Mulucha* aparece pela primeira vez na história; se ao menos se admite, contra as dúvidas de alguns conceituados autores, a identificação dêsse *Mulucha* de Salústio com o rio que serve aproximadamente de fronteira há um século entre a Argélia e Marrocos! (15). No início do I.º século a.C., quando Sertório aborda momentaneamente a Mauritânia, parece que os príncipes mouros estavam de novo

(15). — Vide p. ex. A. Piganiol, *La conquête romaine*, p. 269.

reduzidos à região de Tanger e do Rife. Mas é possível que uma comunidade avançada no Sul, como Volubilis, tenha conseguido entretanto, através da anarquia moura, esperar pelos tempos mais prósperos de Juba II e do império romano. Se essa foi, como cremos, a primeira origem e o primeiro destino de Volubilis, a velha cidade, ganhando mais dois séculos de história, aparecerá como tendo sido distinguida do começo ao fim pelos senhores sucessivos do antigo Marrocos, anterior ao Islão.

Jean GAGÉ.

IV

O comércio europeu nos séculos XV e XVI e o florescimento de Espanha e Portugal

pele

Prof. Astrogildo Rodrigues de Mello.

I. — A EUROPA DOS SÉCULOS XV E XVI.

O mundo conhecido, no fim da Idade Média, cifrava-se apenas à Europa, litoral setentrional da África e litoral ocidental da Ásia. Mas, assim mesmo, era um mundo conhecido de poucos. Os conhecimentos geográficos dessa época eram nulos. Pouquíssimos eram os que, na Europa, conheciam a existência do Extremo-Oriente e corriam lendas as mais inverosímeis a êsse respeito.

Era o regionalismo que predominava e, pode-se dizer, em cada vale havia um povo, o que explica, tendo em vista a quasi intransponibilidade das serras, as diferenças dialetais (1) ainda hoje existentes na Itália, França e Alemanha.

No campo da vida econômica, porém, esboça-se já nesse período uma série de modificações que bosqueja, em traços muito leves ainda, o quadro da Idade Moderna. Nos tempos

(1). — Calogeras (Pandía), Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa, in "Ree Nostra..." — p. 23.

medievais o regime político do feudalismo entravava a expansão econômica. Os feudos se bastavam a si próprios e toda atividade econômica se limitava quasi que a uma reduzida agricultura. A produção se destinava ao consumo imediato e as sobras se transportavam às *Feiras*, periódicamente realizadas em pontos determinados, cujas trocas compensavam as escassas necessidades recíprocas. Os interesses religiosos e militares predominavam sobre as preocupações mercantis, com exceção apenas das Repúblicas Italianas que, em consequência, conseguiram enriquecer-se. Não teve, por isso, o comércio grande progresso. Havia, ainda, a entrar o livre desenvolvimento do comércio medieval, a ação da Igreja, que não tinha simpatia por esta forma de atividade humana, encorajando apenas o trabalho dos campos e das oficinas, assim como as múltiplas barreiras derivadas das alfândegas e impostos de vários gêneros, a pirataria dos mares e a pouca segurança nos caminhos terrestres.

No fim da Idade Média esse estado de estagnação no comércio da Europa se modifica. Há um crescimento na população e certa prosperidade econômica, facilitada, principalmente, pela formação de grandes Estados de caráter nacional, em que o poder absoluto absorve os feudos e o governo das cidades. O espírito guerreiro-religioso ia se substituindo pouco a pouco pelo espírito mercantil (2).

Mas, a-pesar-de tudo, não há, no campo da vida econômica da Europa, uma linha marcante, nítida, que diferencie a Idade Medieval da Moderna. Se cotejarmos com idêntico período entre a Idade Moderna e a Contemporânea, vamos encontrar aí indícios fortíssimos, modificações enormes, que prenunciam uma nova Época, diferente da antecedente. Há um progresso inusitado nas regiões industriais, favorecido pela aplicação da máquina, pela revolução nos transportes terrestres e marítimos e por um acréscimo sensível de população, na Europa e na América. Esta se torna a reserva inesgotável de matérias primas para as indústrias e, ao mesmo tempo, escoadouro de grande parte de sua produção. Se acrescentarmos,

(2). — Simonsen (Roberto), *História econômica do Brasil*, vol. I — p. 43.

quanto à agricultura, uma intensificação e racionalização das culturas e o desenvolvimento do crédito que facilitava os escambos, podemos afirmar que já havia, no despertar da Idade Contemporânea, uma transformação profunda na estrutura econômica da sociedade, bem diferente do que existia precedentemente.

Nada disso, porém, há na época que medeia entre a Idade Média e a Moderna, isto é, pleno século XV. Se exçetuarmos as Grandes Descobertas, cujas consequências só se fazem sentir muito depois, não há nenhuma transformação rápida e profunda, verdadeiramente revolucionária. Mas, contudo, há uma diferença bem grande entre essa Época e a Idade Média pròpriamente dita. Aparece na Europa Ocidental e Central uma série de pequenas transformações que diversifica os tempos, que crea uma situação que só se pode qualificar de *nova* e se exprimir como *progresso* e *prosperidade* (3).

Iniciada, porém, a Idade Moderna, há mutação na cena. O século XVI, por assim dizer a idade de ouro dessa Época, começa a sentir os efeitos do Humanismo, do Renascimento, da Reforma, e o indivíduo, quer na esfera pura da Arte, da Filosofia, da Moral ou da Economia, procura se libertar dos vínculos do tradicionalismo e do princípio de autoridade.

Uma nova mentalidade se forma: a mentalidade capitalista, que se revela na maioria das cidades italianas e em todos os países que participam ativamente do comércio internacional, formando a classe dos grandes mercadores e banqueiros.

Essa mentalidade, que se manifesta no desenvolvimento do conceito de administração, destacado do conceito de patrimônio individual, faz multiplicar as sociedades comerciais e se caracteriza, sobretudo, pela independência e caráter internacional que tomam essas sociedades, a um tempo comerciais e bancárias, quando não industriais.

A essa mentalidade deve-se acrescentar, como característico dêsse século XVI, a procura, cada vez maior, de uma maior liberdade: moral, religiosa e econômica.

(3). — Luzzatto (Gino), *Storia economica* — pp. 5 e 6.

* * *

II. — OS GRANDES CENTROS COMERCIAIS.

Ao se findar a Idade Média o movimento comunal libera os burgueses da dominação dos senhores, permitindo um maior desenvolvimento do comércio. Este, em grande parte, já se realizava por mar. No interior, as feiras de Champanha, tão célebres no século XIV. são substituídas pelas de Bruges, Francfort, Lião, Genebra, onde, para atrair os mercadores estrangeiros, já se praticava a liberdade de comércio.

Mais ainda: as operações comerciais deixam de ser efetuadas unicamente pelos mercadores. As famílias ricas, e mesmo certos mosteiros, iludindo a proibição que pesava sobre os empréstimos a juros, associavam-se sob a forma de *commandita* (4) com os mercadores, partilhando de seus lucros.

Verifica-se, mais, um alargamento nas trocas internas, coincidindo com a formação de unidades políticas fortes. Com exceção da Itália e Alemanha, nos demais países aparece o *Estado Unitário*, em que as velhas monarquias feudais, apoiadas na burguesia, conseguem vencer o feudalismo.

Há assim acréscimo no *poder real* e o aparecimento da *unidade nacional* que, permitindo à burguesia uma maior liberdade de ação, vêm favorecer o progresso econômico e comercial.

Os Estados aparecem cada vez mais como *unidades econômicas*, procuram aumentar o potencial de produção do país, prometendo prêmios, privilégios, quando não intervindo diretamente. Mercê dessa intervenção surgem grupos de mercadores, financistas e industriais que conseguem, em troca de serviços prestados diretamente ao Estado, subtrair-se às normas restritivas existentes e à disciplina das corporações, dando margem a um maior campo de ação e à possibilidade de grandes lucros.

E, encorajando por todos os meios as manufaturas e a

(4). — Peignobos (Ch.), *História da civilização européia* — p. 180.

navegação nacionais, adquirindo colônias além-mar, criando companhias de comércio privilegiadas, inspecionando e regulando os processos de fabricação, aperfeiçoando os meios de transporte, suprimindo as barreiras alfandegárias interiores, “*cada Estado se esforça por aumentar seus meios de produção, por fechar seus mercados aos concorrentes e fazer pender em seu favor a BALANÇA DE COMÉRCIO*” (5).

O comércio torna-se controlado por intendentess, cõnsules e câmaras de comércio. O período da *economia urbana* vai desaparecendo, dando lugar ao da *economia nacional*.

O Báltico e o Mediterrâneo, que ocupavam uma situação central, vão perdê-la pela descoberta de um novo caminho oceânico para o Oriente. As Flandres, a Inglaterra, a França, a Alemanha, a Itália e, já em pleno século XVI, a Espanha e Portugal, eram os grandes centros comerciais de então.

* * *

1. — FLANDRES.

As Flandres deveram sua fortuna econômica não so à sua excepcional posição geográfica, em volta do Mar do Norte e cortadas por três grandes rios, o Reno, o Mosa e o Escalda, com amplos estuários e próximos da França, Alemanha e Inglaterra, como e principalmente, às liberdades políticas que conseguiram e que foram respeitadas em geral por todos os seus Condes.

Estavam cobertas de cidades muito povoadas como Douai, Lila, Courtrai, Arras e outras, porém Bruges e Gante, grandes centros industriais, eram as que maior relêvo tinham.

O forte de sua indústria, os tecidos de lã, era manufaturado com lã de procedência inglesa. E, devido a estarem mais próximas da fornecedora da matéria prima — a Inglaterra — do que os Florentinos, de quem aprenderam os métodos indus-

(5). — Pirenne (Henri), *Les périodes de l'histoire sociale du capitalisme* — p. 22.

triais, puderam os Flamengos, dotados além do mais de grande sagacidade e hábil mão de obra, substituir aqueles nos empórios nórdicos, oferecendo ao mercado tais tecidos por preços mínimos.

Mas não é tudo. Vendiam também produtos agrícolas e pecuários, panos, rendas, tapeçarias e utensílios para cozinha, cujo centro principal era Dinant, donde o nome de *dinanteries* que os Franceses, ainda hoje, dão a êsses utensílios.

A riqueza era tal, nas Flandres, que os Flamengos puderam dispendir quantias assombrosas, em 1430 e 1459, com as festas de caráter nacional, em Bruges e em Lila, quando o Duque Felipe II, o Bom, instituiu as ordens do *Tosão de Ouro* e do *Faisão*.

Bruges, chamada a Veneza do Norte, foi o grande empório comercial da região; fazia o escambo entre os produtos do Norte e Sul da Europa e mesmo de outros continentes. Sob o impulso de seu comércio e indústria, Bruges atingiu o lugar de cidade de primeira grandeza. Aí se reuniam os negociantes das 34 nações, isto é, os comerciantes dos diversos países da Europa. Sua população superior a 50.000 habitantes, ultrapassava a de Londres que, em princípio do século XV, era de 30.000 a 40.000 habitantes (6).

A decadência de Bruges, no meado do século XV, tem sido atribuída aos bancos de areia que se formaram no Zwin, — donde não mais poderem os navios de grande porte entrar no pôrto de Sluys (7). Essa formação de bancos de areia, porém, se deve considerar como efeito da decadência e não como causa (8). Se a cidade estivesse em seu pleno desenvolvimento, se ainda houvesse o antigo interêsse de manter abertas suas comunicações com o mar, providências teriam sido dadas para evitar tal conjuntura, como Veneza que, ameaçada do mesmo perigo, sempre dêle se soube livrar. A razão da decadência está em que a fortuna da cidade estava fortemente ligada aos interêsses das colônias estrangeiras e aos

(6). — André (Louis), in "Histoire économique" — p. 14, — fala para Bruges, em 150.000 habitantes, o que nos parece exagerado. Preferimos o cômputo de East, in *Géographie historique de l'Europe* — p. 298.

(7). — East (Gordon), op. cit. — p. 299.

(8). — Luzzatto, op. cit. — p. 204.

privilégios de que elas gozavam. Foi bastante que Maximiliano da Áustria, Duque de Borgonha, para punir Bruges que o havia combatido tenazmente, convidasse as colônias estrangeiras a abandonar a cidade rebelde e a transferir-se para a fiel Antuérpia, onde êle lhes garantiria ainda maiores privilégios, para que se iniciasse a rápida decadência de Bruges e a não menos rápida ascensão de Antuérpia.

E o comércio de Antuérpia, graças aos privilégios e liberdades que deu aos negociantes estrangeiros, assim como a uma larga tolerância religiosa, o que é de encarecer-se nesse século de lutas de religião, sobe a um nível extraordinário e atinge um florescimento maior talvez que o de Veneza dos áureos tempos. E é bastante que, um século depois, fins do XVI, a ocupação de Antuérpia pelo Duque de Alba e a sua intolerância provocassem a imediata partida de todos os estrangeiros que se sentem ameaçados, para que, por sua vez, perca todo o seu esplendor e desapareça como expressão de grande praça comercial cosmopolita.

A prosperidade, porém, dos Flamengos foi arruinada pela descoberta de novas rotas marítimas e pela aparição no domínio econômico de potências que até então tinham ficado na obscuridade. E se os acontecimentos políticos e religiosos, separando a Bélgica da Holanda, deram à parte meridional das Flandres dias tristes e danos incalculáveis, a parte setentrional com isto se beneficiou e com o proveito extraordinário que lhe trouxe a obra colonial pouco disciplinada da Espanha e as desventuras dos Portugueses.

* * *

2. — INGLATERRA.

Os Ingleses são, por assim dizer, os últimos a aparecer na História da Colonização e do Comércio e, no início da Idade Moderna, seu país ainda não era considerado entre os grandes Estados europeus. Mas fizeram rápidos e imensos progressos, conseguindo por fim adquirir uma supremacia co-

lonial e marítima. Entretanto, o século XV é ainda para a Inglaterra um período de lenta transformação e de preparação metódica.

O fim da guerra civil chamada das *Duas Rosas* e o advento dos *Tudors*, já no último quartel do século XV, trazendo tranquilidade interna, deram início a uma radical mudança na vida econômica da Inglaterra, que se devia acelerar com as descobertas dos Espanhois e Portugueses.

Os Tudors, a princípio para afastar seus súditos das preocupações políticas internas, procuram indicar aos Ingleses o caminho do mar, mostrando que a fortuna estava além do oceano. Assim, desenvolve-se uma política de construção naval, já com iniciativas do próprio govêrno, já com a instituição de prêmios a particulares pela construção de navios.

As descobertas dos Portugueses e Espanhois eram ademais um incentivo. Durante todo o século XVI, porém, fôsse porque aqueles dominassem a maior parte das terras férteis ou com metais preciosos, fôsse devido à Reforma, não conseguiram os Ingleses fundar estabelecimentos duráveis.

Assim mesmo, já em 1497, João Caboto, veneziano naturalizado inglês, a serviço do rei Henrique VII, chega à ilha na Terra Nova e a alguns pontos da costa norte americana. Mas não prosseguem os Ingleses, desde logo, em suas tentativas. Por algum tempo limitam-se a intensificar o comércio, com a exportação de matérias primas (principalmente a lã) e manufaturas, já em boa parte sôbre navios nacionais, especialmente ao longo da costa do Mar do Norte e na Ásia Anterior.

Mais tarde surge em Londres uma sociedade, fundada para procurar uma passagem *pelo Nordeste* em busca dos países das especiarias — a China e as Índias. Com êsse escopo Hugo Willoughby e Richard Chancellor, com três navios, enfrentam os mares do Norte, penetram no Mar Branco e conseguem chegar, não à China ou às Índias, mas às terras moscovitas do tzar Ivan IV, o Terrível. Êste os acolhe com simpatia, tendo daí surgido a fundação da primeira companhia privilegiada inglesa para o comércio em mares longínquos, que

se estabelece em Londres, em 1555, com patente de Maria Tudor e de Felipe II (rei da Espanha consorciado com Maria Tudor). Toma o nome de "*Merchants adventurers of England for the discoverie of lands, isles, dominions and seignories unknown and not before the late enterprise by sea or navigation commonly frequented*" (9), mais conhecida, porém, pelo nome de *Companhia Moscovita*. Esta companhia teve durante algum tempo o monopólio de comércio com a Rússia, para onde levava tecidos e armas inglesas e de onde trazia peliças, linho, manteiga, carnes salgadas etc.. Mais tarde, devido ao caráter do terrível monarca e às condições quasi primitivas da sociedade russa, os privilégios foram limitados, a companhia decaiu e se dissolve em princípios do século XVII.

Mas é na época da rainha Isabel (1558-1603), filha de Henrique VIII, o célebre tirano que implanta o anglicanismo na Inglaterra, que o país muda radicalmente de condição. Nesse período, a monarquia inglesa, em pleno apogeu, consegue reforçar-se, vencendo definitivamente a velha nobreza de origem feudal e alcança um posição internacional de relêvo. Há um aumento geral na produção e riqueza do país e uma mais intensa participação dos mercadores ingleses no comércio internacional.

A rainha, que desejava libertar a indústria nacional do concurso estrangeiro e fomentar a abertura de novas fábricas, proíbe desde logo aos Hanseáticos, — que gozavam de grandes prerogativas nos mercados ingleses — a exportação de mais de 5.000 peças de tecidos de lã (10). Aqueles, em represália, fecham em 1563 os portos flamengos às lãs inglesas e Isabel responde-lhes abolindo as últimas franquias que a famosa Liga gozava no reino (vide pág. 115).

A indústria inglesa, assim, desenvolve-se, sob os cuidados da Coroa e consegue produzir o que era imprescindível-

(9). — Segre, (Arturo), *Storia del commercio* — Vol. I, p. 183.

(10). — *Ibidem.* — Vol. I., p. 182.

mente necessário para a vida do Estado. Há um progresso tão manifesto, principalmente nas indústrias de tecidos de lã, que a Inglaterra chega a exportar em 1574 cêrca-de 122.000 peças de tecidos, quando em 1500 a exportação alcançava, quando muito, 60.000 peças (11). E' verdade, entretanto, que grande parte do comércio flamengo passara para Londres devido à situação melindrosa, política e econômica, por que passavam os Países-Baixos Meridionais. Mas a produção das fábricas inglesas — tecidos de lã, armas, trabalhos em couro, cerveja etc. — ia num crescendo tal que o Parlamento inglês, já em 1565, vetava sob penas graves a importação de manufaturas estrangeiras.

Mais ainda: institue o sistema de monopólio, — o que evidentemente foi um erro — entregando a exportação dos produtos e a importação do que era estritamente necessário para o consumo dos habitantes e das indústrias, durante muito tempo, às associações chamadas *Merchants adventurers*.

A política inglesa de transformação do país em *potência naval*, que se inicia com os Tudors, — sob Henrique VII há o incitamento à construção naval; com Henrique VIII a criação pela primeira vez dum *Ministério de Marinha* — vai encontrar no reinado de Isabel um maior desenvolvimento e estímulo.

Os Ingleses lançam-se, pois, à navegação, percorrem terras longínquas com escopo comercial e, como tais emprêsas exigiam dispendiosas quantias, companhias privilegiadas foram creadas para exploração do comércio exterior. De tais companhias destacam-se a do Levante (*Levant Company*), que exercia o comércio no Mediterrâneo Oriental e as Companhias para o comércio das Índias, fundadas já no fim do século XVI, a *West India Company* e a *East India Company*, que deixaram traços profundos e duradouros na vida econômica e política da Inglaterra e foram a causa principal da futura fortuna do país.

E' preciso também não esquecer o papel que os corsários ingleses desempenharam na evolução e progresso da marinha

(11). — Luzzatto, op. cit. — pag. 406.

e riqueza da nação. Hawkins, Cavendish, Oxenham, Cumberland, Drake e tantos outros, sob as vistas grossas do governo, quando não com a participação da própria Coroa nos aprestos e custeio das expedições corsárias, à cata do ouro e prata da Espanha, muito fizeram por levantar e desenvolver as tradições navais da Inglaterra com façanhas memoráveis, quasi incríveis. Dêsses, forçoso é destacar Francis Drake, audacioso, intemerato, arrojado, que em suas incursões piratas chegou a fazer a circunavegação do globo (1577-1580), seguindo o trajeto de Fernão Magalhães que ninguém ainda ousara repetir, depois de ter apresado vários navios espanhóis nas costas do Pacífico e alcançado o maior *resultado* (produto de saques e rapinas) em ouro, prata e pedras preciosas que se teve notícia. Basta acentuar que Drake, depois de ter feito presentes suntuosos à rainha e aos principais personagens da Corte, depois de ter descontado as despesas feitas com o custeio e armamento de seus cinco navios e guardado para si e seus marinheiros as recompensas merecidas por tal sucesso, distribuiu ainda um lucro de 4.700% ao capital empregado na empresa (12).

A colonização inglesa, porém, só vai ter um desenvolvimento normal no século XVII, muito embora Sir Humphrey Gilbert, em 1583, tentasse a fundação duma colônia na ilha de Terra Nova, a quem sucede seu cunhado, — o célebre Walter Raleigh — que funda ao Norte da Florida espanhola a primeira colônia inglesa sôbre continente norte-americano, a que deu o nome de *Virgínia* em honra da Rainha Virgem. Mas foram tentativas sem resultados imediatos, porque tanto Terra Nova como Virgínia foram logo abandonadas.

Entretanto, essas tentativas, assim como a ação do comércio exterior inglês, quasi todo êle transportado em navios nacionais, e bem assim a ação e feitos de seus corsários, demonstravam bem que a nação, em fins do século XVI, já possuía navios e navegantes aguerridos e audaciosos e uma força de expansão que devia fatalmente conduzi-la a ocupar um dos

(12). — Thomazi, *Les flottes de l'or*. — p. 96.

primeiros logares entre as potências coloniais e marítimas do mundo.

* * *

3. — FRANÇA.

A França, na Idade Média, fazia contraste com seus vizinhos, os Países-Baixos, a Inglaterra, a Espanha e Portugal, mais tipicamente marítimos. A sua situação, com grande extensão e variedade de solos, com climas diversificados e amenos, com abundantes e variados produtos agrícolas, era de forma a encorajar ambições territoriais e marítimas (13). Porém, a-pesar-de possuir uma longa linha de costas bem provida de portos com frente para dois mares, a França dessa época voltou mais suas vistas para seus próprios territórios ou para os de seus vizinhos terrestres, que propriamente para os mares. Não quer isso dizer, entanto, que não houvesse na França dessa época atividade marítima. Bem pelo contrário. Seus portos, Diepa, Ruão, Nantes, La Rochelle, Bordeus, Baiona, no Atlântico, e Narbona, Montpellier e Marselha, no Mediterrâneo, tiveram um vasto e ativo comércio.

O comércio e a indústria, porém, não eram livres. Estavam sob o domínio das corporações e no regime de monopólio. Além disso, o comércio era entravado pelos direitos de peagem e outros que, pagos à entrada de cada vila, à passagem de cada ponte, encareciam extraordinariamente o preço das mercadorias. Havia, também, pouca segurança nas estradas, infestadas de bandoleiros, quando não assoladas pelos próprios senhores que, com o maior desembaraço, saqueavam caravanas e exigiam resgate dos negociantes (14).

Mas, em épocas fixas, os negociantes se reuniam em certas cidades, onde mantinham *Feiras*, algumas das quais se tornaram famosas. Dentre essas a mais célebre era a de Cham-

(13). — East, *op. cit.* — p. 316.

(14). — André, *op. cit.* — p. 51.

panha, onde se vendiam especiarias, drogas, animais, panos, tapetes, couros, peles etc. e que os Condes de Champanha garantiam, protegendo os negociantes.

E outras mais existiam, a de Leudit, a de Saint-Germain, a de Saint-Ladre, dando ao país atividade e progresso, que foram arruinados completamente durante a Guerra de Cem Anos.

Terminada a guerra há um período de ruína e desordens, causado não por revoltas dos camponeses exasperados (*jacqueries*) e pelas repressões, mais terríveis que as próprias sedições, como pelas pestes que dizimaram grande parte da população.

Só no fim do século XV, com a fusão das várias regiões francesas em um só Estado, sob um único govêrno, alcança a França o início de uma nova era.

Nessa ocasião, sob Luiz XI, o fundador do absolutismo monárquico, a posição da França na vida econômica da Europa e no tráfego internacional ainda era bem modesta.

Exportava, é verdade, vinho, sal, cereais, mas, quanto a indústrias, o país dependia inteiramente do estrangeiro, principalmente da Itália.

Suas importações, certamente, eram limitadas a algumas manufaturas de luxo como espelhos, perfumes e matérias tintoriais, de proveniência oriental, mas mesmo assim, via o rei Luiz XI nessas importações uma causa da debilidade econômica francesa e mais ainda das finanças do Estado.

Procura remediar tal debilidade com a criação de indústrias artificiais, a disciplina do trabalho e o encorajamento à atividade comercial, tendo sido êle, pode-se dizer, em França, o iniciador do sistema mercantil (15).

Assim, toma sob sua tutela grande número de corporações de ofícios, as quais, sem perderem ainda o seu caráter local, rejuvenescem e tornam-se órgãos do Estado.

Convoca, também, em París, uma espécie de *Conselho de Comércio*, compreendendo os negociantes mais importantes,

(15). — Luzzatto, op. cit. — p. 459; Hauser (Henri) — *Les débuts de l'age moderne* — p. 50.

que deviam informar o soberano sôbre as necessidades econômicas do país.

Porém uma transformação radical aguardava a França com Carlos VIII, Luiz XII e Francisco I, sucessores imediatos de Luiz XI, devido ao contacto com as cidades italianas, decorrente das Guerras da Itália.

Quando a nobreza de Carlos VIII se viu transportada para o meio das maravilhas da Itália do Renascimento, começou logo a imitar a magnificência dos costumes, as sutilezas da moda, a suntuosidade de mesa e dos adornos dos Italianos.

De Nápoles, Carlos VIII escreveu a seu tio Pierre de Beaujeu: —

“Au surplus, vous ne saviez croire les beaux jardins que j'ai en cette ville. Car, sur ma foi, il semble quil n'y faille (manque) que Adam et Eve pour en faire un paradis terrestre, tant ils sont beaux et pleins de toutes bonnes et singulières choses, comme j'espère vous en conter, mais que je vous voie (quand je vous verrai). Et avec ce, j'ai trouvé en ce pays des meilleurs peintres, et vous (les) enverrai pour faire aussi beaux planchers (plafonds) qu'il est possible. Et ne sont les planchers de Beauce, de Lyon et d'autres lieux de France en rien approchants de beauté et de richesse ceux d'ici, (c'est) pourquoi je m'en fournirai et les mènerai avec moi pour en faire à Amboise”. (Lettres de Charles VIII, ed. Soc. Histoire de France, t. IV) (16).

De fato, quando Carlos VIII volta para a França, traz consigo uma multidão de pintores, escultores, arquitetos, perfumistas etc., que se instalaram em seu castelo de Amboise.

O exemplo de cima não tardou ser imitado pelas outras classes da nação. A nobreza da província, assim como os ricos burgueses, introduzem o luxo em suas habitações e em seus vestuários.

E uma das primeiras consequências dessa transformação foi uma atividade extraordinária no comércio com o exterior,

(16). — Apud Malet et Issac — Histoire moderne — p. 28.

cujo centro se fixa na cidade de Lião. Esta se torna não somente uma cidade de entreposto mas, também, um centro industrial e financeiro.

Sob Francisco I o luxo da cõrte eclipsava já o das cõrtes italianas e maravilhava mesmo os Florentinos. E Francisco I, no intuito de subtrair a França da dependência da indústria de luxo estrangeira, fomenta as indústrias já existentes no país, a da sêda, as velhas indústrias de tecidos de linho e de lã e introduz outras, como a de veludos, de cetim, de rendas, de bordados, de vidros, de tapetes, de faiança, e de esmaltes.

As consequências dessa política foram a ação do govêrno sôbre a economia de todo o país, mantendo rìgidamente o monopólio da moeda nacional e a expansão do comércio para o exterior.

Já então a vitalidade maravilhosa da nação a impelia para as tentativas coloniais, de que a descoberta da América e do novo caminho das Índias eram o estímulo, não querendo deixar Espanhois e Portugueses como únicos senhores das terras de além-mar.

Terra Nova torna-se a meta preferida dos pescadores bretões desde 1510 e bem depressa apareceram corsários gaulleses à cata do ouro americano, espanhol e português. Em Diepa e em Ruão estabelecem-se marinheiros e armadores florentinos, célebres por seus empreendimentos, dentre os quais, João de Verazzano que, com quatro navios, tenta, em 1523, a *passagem de Nordeste* para alcançar a Ásia Oriental. Mais tarde, entre 1524 e 1526, por encargo do rei Francisco I, se dirige para a costa americana, explorando-a desde as Carolinas até a Nova Escócia. Finalmente, Jacques Cartier, dez anos mais tarde, chega ao Canadá e funda as bases da futura colônia francesa.

Assim, na primeira metade do século XVI, a França tentava crear escoadouros coloniais e se desenvolvia rapidamente.

Forém, tõda essa prosperidade é destruida pelas Guerras de Religião que durante mais de trinta anos assolaram o país, perturbando-o e aruinando-o quasi completamente.

Nessa época os artezãos emigram para a Itália, Lorena e Alemanha, a procura de paz e trabalho que não encontravam

em França. O comércio, ainda mais que a indústria, sofre com as taxas arbitrárias, com as portagens ilegais e com a impraticabilidade das estradas, devido às rapinagens que a impotência da monarquia não podia impedir. Dessa situação ruínosa a França só consegue sair ao findar o século XVI, com o advento de Henrique IV, que pacifica o reino, realça o poder da monarquia, melhora as finanças e faz novamente pesar a vontade da França na política européia.

Como acabamos de ver, no desenvolvimento econômico da França dos séculos XV e XVI, notam-se dois períodos de forte depressão em cada centúria. Um devido à Guerra de Cem Anos e outro às Guerras de Religião, seguidos ambos de épocas de prosperidade, que se iniciam precisamente no fim de cada século, com Luiz XI e Henrique IV, e que provam a pujante vitalidade e as qualidades de escol do povo francês.

* * *

4. — ALEMANHA.

Ao contrário do que se deu na França e Inglaterra, as cidades teutônicas acabam por conseguir uma autonomia completa, mercê do caos político reinante e da impotência do imperador. Na maioria delas a população era rica e laboriosa e formaram o que se denominou as *ciudades livres imperiais*.

Durante a Idade Média os burgueses se organizam e grupos de cidades se associam para defender seus interesses materiais e suas transações comerciais. A razão está em que os caminhos eram péssimos, sem segurança, talados por ladrões e nobres sem fortuna, que saíam de seus burgos ou castelos para se lançarem na planície onde pilhavam peregrinos, viajantes e sobretudo negociantes. Estes, além do mais, viam-se a braços com saques e pilhagens de outro estilo, a dos grandes e pequenos senhores, na passagem pelos domínios a que eram obrigados atravessar, onde deixavam parte do valor das mercadorias, através de impostos vexatórios, absurdos, verdadeiras extorsões.

A êsse propósito, Blanqui in "*Histoire de l'économie politique en Europe*", citado por Gonzalo de Reparaz (17), diz textualmente: —

"Camiños apenas había que fuesen transitables. Con mil trabajos circulaban hombres, bestias y mercancías por despeñaderos y fangales, salvando montañas y cruzando rios. Acechábanlos partidas de bandoleros que robaban y mataban a los comerciantes. Pero los ladrones más temibles eran los señores feudales, personajes crueles y voraces, monstruos transformados por la leyenda en dechados de virtudes, fieles a la palabra empeñada, protectores de los débiles, amparadores de la mujer, cuando precisamente fueron todo lo contrario, con raras excepciones que la mala crítica ha convertido en regla general. La variedad de dominios era infinita, y por ninguno se pasaba sin dejar una parte del valor de lo transportado con los más diversos motivos. Por pasar un puente se pagaba el PONTICUM. Por navegar por un rio, el RIPATICUM. Por llevar los géneros en trineo, el TRANITICUM. Por entrar en un puerto, el PORTATICUM. Por no alojar gente de armas, el MANSIONATICUM. Por el polvo que los carros levantaban en el camino, el PULVERTICUM. Había, además, el TELONEUM, el CESPITATICUM, el CAENATICUM y muchos otros con aplicaciones tan bárbaras como los nombres, y a los que aún habría que añadir los que el brutal capricho del señor quisiera añadir en cada caso".

Mas não era só. Nos mares e rios navegáveis pululavam também os piratas do mar que saqueavam as embarcações e trucidavam as tripulações.

Para dar fim a êsse estado de cousas, as corporações de ofício tomaram a iniciativa de associar cidades, formando ligas para defesa do comércio, das quais as mais importantes foram a *Liga da Suábia*, que protegia o comércio terrestre e a *Liga Hanseática* que resguardava o marítimo.

(17). — Reparaz (Gonzalo de), *Historia de la colonización* — p. 251.

Nos séculos XV e XVI vamos encontrar ainda essas duas Ligas. A da Suábia, que desaparece no meado do século XV, assegurava as comunicações entre a Alemanha do Sul e Veneza. Seus combôios transportavam da Alemanha peliças, couros, telas, panos, metais, e traziam de Veneza frutos e vidrarias, assim como as sêdas e especiarias do Oriente. Para garantir uma completa segurança, as diversas cidades filiadas à Liga forneciam dinheiro e tropas com que foi instalado em todo o caminho dos Alpes um sistema completo de correios, mudas de posta e estalagens (18).

Porém a mais importante dessas Ligas foi a *Hanseática*, ainda em pleno apogeu no século XV e parte do XVI. A Liga não tinha finalidade política. Apenas um fim a norteava: o econômico. Conseguiu assegurar completamente o comércio exterior no Norte da Europa e depois de certo tempo deixou de ser unicamente alemã. Estendeu sua ação por tôda a Europa Setentrional. Chegou a agregar cêrca-de 90 cidades e, como não tinha fins políticos, cada cidade tinha o direito de escolher livremente o govêrno que quizesse. Para facilidade de administração, entretanto, estavam elas agrupadas em quatro districtos: o Vestfaliano, com sede em Colônia, o Saxão, em Bronsvique, o Vendo em Lubeck e o Prussiano em Dantzig, cada um com administração particular.

Mas a Liga era uma verdadeira potência e tinha todos os caraterísticos de um Estado. Acima das administrações dos districtos, havia uma central, em Lubeck, — que era considerada como capital — onde todos os anos se reunia uma *dieta* que decidia e deliberava sôbre as questões gerais. Mantinha ainda a Liga um tesouro comum, alimentado continuamente pelas cotizações das cidades, direitos de alfândega e multas impostas, e uma frota de guerra para perseguir os piratas do Báltico, mas que chegou mesmo a atacar a Dinamarca, quando esta pôs obstáculos às suas operações comerciais.

No século XVI, porém, começa a Liga a declinar. A princípio são as cidades flamengas que se afastam; mais tarde a Suécia restringe no Báltico a esfera de ação de seu comér-

(18). — André, *op. cit.* — p. 16.

cio e a rainha Isabel da Inglaterra, na segunda metade do século, retira aos Hanseáticos tôdas as prerogativas de que êles gozavam. E quando foi empregado o novo caminho marítimo para ir diretamente às Índias, principiou a agonia que, mesmo assim, se prolonga até o meado do século XVII.

O período máximo de florescimento da Alemanha se inicia, porém, depois do meado do século XV e vai durar até quasi o final do século XVI. Os estudos humanísticos, a descoberta da imprensa e a reforma luterana vão dar uma vida nova e destinos novos à Alemanha. Principalmente a revolução protestante, transformando a vida espiritual do povo germânico, introduz uma novidade na economia pública. Foi o culto à terra, que Lutero soube infundir no povo, que trouxe benefícios enormes, dada a abundância de terras férteis e de jazidas minerais de tôda a espécie (19).

Êsse progresso é anulado por vêzes pelas guerras civis, como a dos Anabatistas e a da Liga de Smalkalde (1548), mas no meio do estrépito de armas, de destruições e das inquietações, naqueles centros menos alcançados pelos ardores bélicos, florescem o comércio de produtos naturais e, especialmente, a indústria de minerais e a do comércio de dinheiro.

Realmente, a indústria mineira e o comércio de metais constituem, na primeira metade do século XVI, o ramo mais importante da economia alemã. Em 1545 a produção de prata dos países sujeitos à Casa da Áustria supera a de todos os outros países juntos (20). Mas não era só a prata. Também o chumbo, o estanho, o ferro, o mercúrio, o cobre e algum ouro, asseguravam à economia germânica uma posição destacada, pois que os outros países se vêm na contingência de apelar para as suas produções.

Mas o que deu vida e alento à indústria mineira foi a participação dos mercadores de capitais, que começam a aparecer na Alemanha dessa época, associando-se às emprêsas já existentes ou explorando em nome próprio novas organizações.

(19). — Segre (Arturo), *op. cit.* — Vol. I p. 202.

(20). — Luzzatto, *op. cit.* — p. 212.

E' interessante notar-se que a classe capitalista — os futuros banqueiros — vai sair da burguesia de algumas cidades mais importantes, cuja indústria fornece não só ao consumo local, mas extra-fronteiras e, entre elas, muitas com indústria metalúrgica afamada, como é o caso de Nuremberga (21).

De sorte que, do seio da burguesia artezã, que pouco a pouco se transforma em mercantil, saem elementos mais audazes e afortunados que, senhores de pequeno capital, arriscam-no em operações financeiras com sucesso, principalmente porque encontraram ocasiões particularmente favoráveis nas necessidades de numerário dos príncipes alemães, no período de guerras civis, tão custosíssimas, com o pagamento a *condottieri* e mercenários.

E' de ressaltar, no entanto, que as operações financeiras dos ricos burgueses de Augsburgo, Ratisbona, Ulma, Nuremberga e que são os Fugger, os Hochstetter, os Adler, os Paumgarten, os Zangmeister, os Welser, os Peufinger, os Imhof e outros, não têm tanta importância pelos lucros diretos que auferem de seus empréstimos, como pelos *privilégios e concessões especiais que obtêm*, sobretudo os direitos de exclusividade na venda dos metais ou nas concessões para exploração das minas.

Esses banqueiros, ou melhor família de banqueiros, não se dedicavam unicamente à atividade bancária. Juntavam a essas atividades o comércio de exportação dos produtos da indústria local, a têxtil, a mineira, a metalúrgica e até os empreendimentos marítimos e coloniais. Mantinham feitorias e filiais em todos os centros da Europa e desenvolviam suas operações ao máximo, enriquecendo-se e contribuindo para o desenvolvimento e riqueza das numerosas cidades autônomas da Alemanha que, bem administradas, floresciam cada vez mais. E de tal forma que, na segunda metade do século XVI, a ebulição da vida econômica ensobrecia seus habitantes, a ponto de, no dizer do embaixador veneziano, Vincenzo Tron, se julgarem superiores a todo outro povo europeu (22).

(21). — Luzzatto, *op. cit.* — p. 210.

(22). — Segre, *op. cit.* — p. 204.

Com o desvio dos grandes caminhos do tráfego e a decadência dos grandes mercados italianos, com que mantinham estreitas ligações, ressentiu-se um pouco o comércio bancário. Mas prosseguem abrindo novas feitorias e filiais, em Antuérpia, Portugal e Espanha.

Porém é o início da queda. Esta vai se agravando pouco a pouco, com as Guerras de Religião, a concorrência ruinosa das minas de prata do México e a pujança marítima e comercial de Amsterdão, já em fins do século.

O golpe de graça, entretanto, foi dado principalmente com a insolvência e depois a bancarrota da Coroa espanhola, que trouxe o desmoronamento da Casa dos Fugger e da maior parte dos grandes mercadores e banqueiros da Alemanha.

Fôrça é confessar, no entanto, que não foram apenas a insolvência dos grandes devedores (Casas reais da Espanha e da França) e os contra-golpes dos acontecimentos políticos e econômicos, os responsáveis por êsse estado de cousas. E' preciso responsabilizar também a forma de capitalismo existente, organizado de forma imperfeita e, especialmente o *capitalismo familiar*, derivado da sucessão de bens de família e baseado sôbre a noção falsa da *competência hereditária* (23)!

Reduzidas, senão destruídas, as atividades industriais, comerciais e bancárias, que seriam entravadas cada vez mais pelas guerras do século XVII, do esplêndido florescimento das cidades alemães, dentro em pouco, não iria restar senão recordações e os esplendores da arte do renascimento alemão.

* * *

5. — ITÁLIA.

Embora se possa afirmar que na Itália, ao fim da Idade Média, já existia uma *alma italiana* (24), isto é, um sentimento comum de superioridade, que lhe advinha de sua vida eco-

(23). — Sayous (André-E.) *La déchéance d'un capitalisme de forme ancienne*, in "Annales d'histoire économique et sociale". — Maio 1938, p. 232.

(24). — Hauser (Henri), *Les débuts de l'âge moderne* — p. 37.

nômica, de sua formação social, duma vida intelectual refinada, os habitantes da Península não formavam um *Estado italiano*, nem mesmo uma confederação de Estados italianos.

Muito pelo contrário era a Península cortada em todos os sentidos por pequenos Estados, rivais entre si, constantemente em guerras, os mais fortes tentando absorver os mais fracos, quando não em meio de lutas civis entre partidos e classes dentro de cada Estado.

Más, certas cidades, a-pesar-de tôdas as vicissitudes, se refazem depois de cada crise, se reconstituem, retomam o trabalho interrompido e conseguem alcançar grande prosperidade.

Dessas, são de destacar as cidades marítimas que, depois das Cruzadas, tornam-se intermediárias, entre o Levante e a Europa, de certas mercadorias como a pimenta, gengibre, noz-muscada, açafrão, além dos panos e pedrarias do Oriente, de que os Europeus, depois de habituados, não mais souberam prescindir. Pisa, a princípio, depois Gênova e Veneza tornam-se detentoras de tal comércio, enriquecendo-se consideravelmente.

E' justamente a riqueza, a importância e o poder que este comércio dá aos Venezianos que, em grande parte, vai impelir os Portugueses a procurar uma nova estrada para o Oriente e que foi o germe das Grandes Descobertas.

Com as conquistas dos Turcos Otomanos, que anulam os privilégios que, desde o tempo das Cruzadas, gozavam os Italianos nos portos do Levante e o deslocamento do comércio das especiarias, com a descoberta de um novo caminho para a Ásia, a importância de Gênova e Veneza decaiu e a vida econômica sofre um colapso em tôda a Península.

Esta é, pelo menos, a opinião da generalidade dos autores, mesmo italianos, como por exemplo a de Segre (25), que diz textualmente:

“Mentre i grandi ed i piccoli Stati Europei nei secoli dell'età moderna, quasi tutti raccolti a vita nazionale, migliora-

(25) — Segre, op. cit. — Vol. I. - p. 244.

vano in forma varia e vedevano progredire la loro economia pubblica, l'Italia, che tanto splendore aveva goduto nei secoli medievali, soggetta in molte sue parti allo straniero, e frantumata, pel resto, in molti piccoli Stati, TRASCINAVA ESISTENZA MESCHINA E DOLOROSA, povera di mezzi, zimbello e campo di battaglia della Francia, della Spagna e dell'Austria".

Entretanto, Luzzatto, o inestimável autor italiano que, ao lado de Sombart, Hauser, Weber e outros, não se pode prescindir ao se estudar a Historia Econômica da Idade Moderna, defende ponto de vista contrário, pelo menos, para a época em que versamos nosso trabalho — séculos XV e XVI.

Sustenta êle que, a-pesar-da conquista turca, das rivalidades e lutas internas nas grandes cidades, a-pesar-da ameaça imediata e gravíssima decorrente da chegada direta das especiarias de Calicute a Lisboa, seria um grave erro de visão, si se concluísse que a economia italiana, no Renascimento e no século XVI, era uma economia em plena decadência. Diz êle (26):

"Ma se perciò la posizione mondiale dell'Italia economica NEL QUATTROCENTO, e ancor più NEL CINQUECENTO, non è più quella ch'essa aveva occupato uno o due secoli innanzi, se si può quindi parlare giustamente di decadenza nel senso di perdita di una posizione di monopolio, e di una minor forza di espansione e di conquista, si cadrebbe invece in errore se il termine DECADENZA si volesse usare in senso assoluto, di una vera e propria diminuzione nel volume e nel valore della produzione e degli scambi, e, per necessaria conseguenza, di un peggioramento nel tenore di vita e nella potenzialità produttiva".

E desenvolve esta tese brilhantemente (27), de forma a convencer, tese esta que vamos procurar acompanhar nas suas linhas gerais.

(26). — Luzzatto, op. cit. — p. 84.

(27). — Ibidem, p. 85 e seguintes.

Focaliza êle, entre outros, o caso da diminuição na atividade da arte da lã, pelo menos como indústria de exportação, mas tal perda, acrescenta, é largamente compensada pelo fomento da indústria da sêda. De fato. Essa é a época em que a vida da côrte assume na Itália seu máximo esplendor. E' o culto da vida refinada, o amor pela arte, pelas letras, pelo luxo. E a sêda se torna nos palácios, nos castelos, nas igrejas, elemento indispensável, usada nas vestes e paramentos sagrados e como ornamento nos quadros, nos afrescos e mármores esculpidos.

Mas não se confina apenas no consumo interno. Também é exportada largamente. E embora os reis de França, nessa época, tenham introduzido tal indústria no país, no fim do século XVI os mercados italianos ainda dominam completamente o de Lião.

Êsse amor pelo luxo, essa *raffinatezza*, que obriga o embelezamento das pessoas, da casa, dos edifícios públicos e religiosos, multiplicando as indústrias, como as de trabalhos artísticos em madeira, em ferro, bronze, cobre, em metais e pedras preciosas, em vidro, em rendas, atravessa fronteiras e obriga a exportação não só dos variados objetos de arte, mas e principalmente, de artistas, técnicos e artezãos especializados. Tal emigração representa um lucro para a economia italiana, porque há sempre um contacto entre os que emigram e a mãe-patria e à esta afluem em grande parte os lucros dos capitais e das atividades pessoais de seus filhos.

Pode-se afirmar também que, a-pesar-da perda do monopólio das *especiarias* e das consequências resultantes, o comércio italiano com o exterior nada perdeu em intensidade, tendo, pelo contrário aumentado seu raio de ação.

A prova é fácil. Antes da Época Moderna os mercadores italianos forneciam aos países ocidentais, especialmente nas grandes feiras, os produtos de suas indústrias e os orientais na parte que não conseguiam vender em suas cidades. Além disso faziam também o comércio de *dinheiro*, mas, quasi nada adquiriam da Europa Ocidental, pois não podia esta fornecer-lhes senão modesta quantidade de lã e metais grosseiros. Entretanto, nos dois séculos com que se inicia a Idade Moderna,

a posição dos mercados ocidentais se modifica completamente. Não só aumentaram sua potencialidade de aquisição, como oferecem às cidades italianas compensações largas nos máis ricos e variados carregamentos à sua volta, de panos da Inglaterra, de sarjas, tapetes e telas das Flandres, no cobre, na prata, nos trabalhos em metal da Europa Central e de outras matérias primas e produtos manufaturados, que serviam não só ao consumo das cidades, como eram empregados como meio de pagamento no comércio oriental, que aos poucos vai perdendo aquele caráter de comércio passivo que caracterizara o escambo com o Oriente na Idade Média.

Este aumento de intensidade do tráfego internacional compensa largamente a perda do antigo monopólio e as ocasiões que se multiplicam de exercerem o mister de financiadores e banqueiros vai lhes permitir a acumulação de riquezas com rapidez muito maior que nos séculos precedentes.

Se é verdade que a Itália dessa época não pode apresentar uma casa bancária da importância e potencialidade da de um *Fugger*, não é menos verdade que pode apresentar dezenas análogas a dos grandes capitalistas de Augsburgo. Em Florença, no ano de 1470, existiam 32 casas bancárias, muitas das quais participavam dos negócios internacionais e, entre essas, em primeira plana, a casa dos *Medici* e a dos *Pozzi*.

A forma de atividade desses banqueiros, com uma multiplicação de negócios, de complexidade e natureza diversas, permitindo combinações e entrosamentos de emprêsas, oferece muitas das características do capitalismo moderno. Assim, exercitam eles o comércio, a expedição e o transporte de mercadorias nas principais praças italianas e no Levante, na Espanha, nas Flandres, na França, na Inglaterra; unem ao exercício do comércio o da indústria; tornam-se grandes fornecedores de dinheiro a príncipes, reis e até ao Papado.

Nessas condições aparecem não só as casas dos *Medici* e dos *Pozzi*. Muitas outras gozam de uma situação não muito inferior, como a dos *Strozzi*, que na metade do século XV havia adquirido na Itália tão largo crédito que o seu Banco era considerado como o lugar mais seguro para depósitos; e mais a dos *Altoviti*, dos *Guidetti*, dos *Portinari*, dos *Gualterotti*,

dos Tornabuoni, dos Salviati, dos Cavalcanti, dos Frescobaldi, dos Capponi, dos Guadagni, dos Albizzi e muitos outros que, operando em Florença, Roma e Lião, com o comércio, câmbio e grandes operações de crédito, conseguiram patrimônios consideráveis.

Mas se a cidade de Florença conta, indiscutivelmente, os maiores patrimônios privados, outras cidades italianas, nesse respeito, não lhe ficam muito distantes. Em Gênova vamos encontrar casas bancárias e mercantis de importância internacional: os Spindola, os Centurioni, os Giustiniani, os Doria, os Cicala. Em 1487 é um banqueiro genovês, Antônio de Cavallis, que se associa aos Fugger para fazer um empréstimo ao Duque Sigismundo do Tirol. Grandes banqueiros genoveses são rivais dos florentinos nos favores da Coroa de França. E no início de sua expedição à Itália, Carlos VIII de França obtém um empréstimo de 120.000 ducados de um banqueiro de Gênova.

Na Lombardia aparecem os Affaitati de Cremona que em 1501-1503 participam do comércio português na Índia e estabelecem uma importante feitoria em Antuérpia e os Borromei que já no século XV mantinham filiais autônomas em Veneza, Bruges e Londres.

Em Veneza, entretanto, não se nota a participação das famílias venezianas nas grandes operações da finança internacional. Mas é que Veneza quis defender com tôdas suas forças e a custa de sacrificios gravíssimos, a sua posição de grande Estado soberano. Sustenta guerras custosíssimas. E o Estado absorve sòzinho tôda a disponibilidade dos capitalistas e banqueiros. Destacam-se lá os Bancos dos Sotanzo, dos Garzoni, dos Veruzzi, dos Priuli, dos Pisani, dos Lippomano, todos a fornecer numerário à *Casa Senhorial* para a manutenção de exércitos mercenários e de considerável armada.

Luzzatto, nas suas considerações, não se esquece de focalizar dois fatos que são atribuídos à decadência econômica da Itália: a miséria da plebe rural e urbana e o investimento de capitais na aquisição de bens imóveis. Quanto à miséria da plebe, esta sempre existiu na Itália, nos séculos anteriores.

Era menos visível porque a burguesia vivia ainda modestamente em casas de madeira e de pedra, enquanto na Itália do Renascimento aquela mesma burguesia estadeava-se em esplendorosos palácios e *vilinos*, que vão surgindo e se multiplicando nas cidades e nos campos. E quanto à inclinação para aquisição de propriedade territoriais não pode ser considerada causa nem manifestação de decadência comercial. O fenômeno só se torna alarmante, muito depois, quando os antigos comerciantes, em razão dos riscos excessivos e das escassas probabilidades de lucro, dão preferência a um investimento de capital mais tranquilo e seguro. Mas então não seria causa, porém efeito da decadência econômica.

De tais considerações não há por onde não concluir que a Itália, nos séculos XV e XVI, apesar de todos os reveses, não perdeu o seu lugar à testa do movimento econômico da Europa.

* * *

III. — A EXPANSÃO DE ESPANHA E PORTUGAL.

Na aurora dos tempos modernos, como já deixamos acentuado, há uma transformação na vida econômica do mundo. Com o aumento de população (28) as necessidades se multiplicam, o comércio se expande e, favorecida por novas idéias e ideais no campo da Moral, da Filosofia e da Economia, surge uma nova mentalidade, — a capitalista — desenvolvendo os escambos em novas bases, revolucionando os espíritos.

Porém, em grande parte, a gênese dessa transformação nós a vamos encontrar nas *Grandes Descobertas*, que se iniciam com os Portugueses no século XV e vão prosseguir, século XVI a dentro, com os Espanhois e as tentativas esparsas de outros povos. Essas, as *Grandes Descobertas*, com tôdas as consequências de ordem econômica, só foram possíveis, porém, quando o poder feudal se enfraqueceu e o Estado se

(28). — Segundo Simonsen, — in "Historia econômica do Brasil", — p. 48 — a população da Europa, no começo do século XVI, orçava já por cinquenta milhões de habitantes.

tornou uma unidade política centralizando todos os poderes em mãos de uma monarquia forte, aliada a uma burguesia rica e mercantil. Mas a unidade política por si só não poderia acarretar tais sucessos. Ao seu lado, foram os progressos náuticos, com a introdução da bússola na navegação, com a construção de navios aptos a enfrentar o *Mar Tenebroso*; o espírito de aventura, tão vivo na época; a propagação da fé católica, assim como e especialmente, a avidez do lucro, a sede de riquezas, que levaram Portugueses e Espanhois aos *Grandes Descobrimientos*.

E, cousa curiosa, não são os povos que conservaram durante tôda a Idade Média o primado comercial e seu monopólio, os do Mar do Norte ou os situados no Mediterrâneo, que vão se pôr à frente do grande movimento. São os da extremidade Sudoeste, os mais isolados do mundo europeu, fechados nessa Península Ibérica apertada entre o Atlântico e o Mediterrâneo, que, favorecidos pelas condições políticas e sociais do momento, serão os pioneiros dessa nova cruzada de expansão colonial transoceânica.

Entretanto, fôrça é distinguir desde já o caráter das descobertas portuguesas e espanholas. Ainda hoje, mesmo após a publicação da monumental obra "*História da Colonização Portuguesa no Brasil*", há autores, nacionais e estrangeiros, como J. de Almeida Prado, Gino Luzzatto, Louis André, Henri Sée, Hugo Barbagelata e tantos outros, que afirmam ter sido a descoberta do Brasil fruto do acaso. Todavia, esta expressão *acaso* nós a podemos empregar, com mais propriedade, para a descoberta da América, a que Colombo veiu ter certo de haver encontrado a extremidade mais oriental das Índias. Muito pelo contrário, o descobrimento do Brasil, como o do novo caminho para as Índias, foi o resultado de um plano científico e político, bem planejado e melhor executado.

Gonzalo de Reparaz (29), escritor e publicista espanhol, chega até a dizer que Colombo não era um sábio e sim um aventureiro, empírico, *terco y creyente*, e que só um govêrno incompetente, como o dos inexperitos Reis Católicos, propenso,

(29). — Reparaz, *Geografía y política*, — p. 174.

exatamente pela sua incompetência, à aventura heróica e temerária, poderia dar-lhe ouvidos, olvidando a própria razão de Estado.

Não queremos discutir aqui os conhecimentos científicos de Colombo. De caráter negativo, a êsse respeito, além da de Reparaz, são as obras de Henri Vignaud, "*Études critiques sur la vie de Colomb*" e "*Histoire critique de la grande entreprise de Christophe Colomb*", onde procura demonstrar a ausência de qualquer idéia científica em Colombo. Mas, como acentua Henri Sée (30), a esta concepção se opõe o fato de que Colombo conheceu o "*Imago Mundi*" de Pierre d'Ailly e que se possui, mesmo, anotações dêste texto de sua própria mão. O que queremos salientar, em qualquer hipótese, é o fato da casualidade da descoberta do *Novo-Mundo*, em contraposição com os descobrimentos portugueses, fruto de um longo e racional esforço.

Ainda, a êste propósito, trazemos para aqui, com inteira propriedade, a opinião de Fidelino de Figueiredo (31), o estimado polígrafo português, que, ao tratar da épica portuguesa no século XVI, explica a razão da carência de uma epopéia das navegações na literatura espanhola. Justifica êle o seu ponto de vista:

"A miragem do Oriente comunicou-se a Castella, mas á ultima hora, por suggestão de um aventureiro de genio sobre o animo clarividente de Isabel, a Catholica, desse Colombo que foi na historia como um passaro portador de pollenes fecundos de uma arvore a outra. O descobrimento de Colombo foi uma aventura maravilhosa, não foi a coroação dum longo e doloroso esforço collectivo, não suscitou immediatos enthusiasmos, não determinou a atmospherá creadora de um mytho nacional. Esta é a razão por que a Hespanha não teve uma epopêa dos descobrimentos, apesar da sua abundancia de poemas heroicos: nunca os descobrimentos geographicos e em especial o achado da India por mar foram na imaginação dos castelhanos,

(30). — Sée (Henri), *Le XVIe siècle* — p. 13.

(31). — Figueiredo (Fideline de), *A épica portuguesa no século XVI* — in "Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo — Letras n.º 1 — 1938 — p. 21.

na sua economia e na sua politica, o que foram por longo tempo para os portugueses”.

Ainda Angel Ganivet, in *“Hombres del Norte y El Porvenir de España”*, citado por Fidelino de Figueiredo, no estudo acima referido:

“Nosotros descubrimos y conquistamos por casualidad, con carabelas inventadas por los portugueses, llevando por hélice la fé y por caldera de vapor el viento que soplabá”.

Porém, êsse acaso feliz, êsse erro venturoso de Colombo, deram à Espanha as terras da América, desencadeiando uma aguda rivalidade entre as duas nações irmãs da Península Ibérica. Essa rivalidade, no entanto, haveria de aumentar o raio das descobertas geográficas e a extensão dos mercados europeus.

Os Castelhanos, surpresos de não encontrar as especiarias nas novas terras, quando compreenderam que grandes massas de terra se interpunham entre a Ásia e a Europa, procuram outra passagem pelo Sudoeste. E’ a expedição de Fernão Magalhães. E’ a primeira circumnavegação do globo.

Os Portugueses, por sua vez, procuram uma nova passagem a Noroeste, com Gaspar Corte-Real. Para impedir aos Espanhois a posse das especiarias, decorrente da viagem de Magalhães, fazem valer seus direitos, fortificam-se no Oriente, dilatam as conquistas, cream um império colonial.

O século XVI para Espanha e Portugal representa a fase de seu maior esplendor, porém, infelizmente, também o de sua maior decadência. Portugal, no fim do século, já se achava às portas da falência (32), quando perde sua soberania, depois da morte de D. Sebastião, unindo-se à Espanha. Quanto à esta, a-pesar-da extensão de seu império, das riquezas incalculáveis que arrancou de suas colônias, ainda nesse

(32). — “Antes de morrer em África, D. Sebastião teve um Alcaçer-quibir financeiro, quando foi necessário declarar a bancarrota, reduzindo o capital e os juros aos Padrões e vendendo-os à fôrça, porque já desde o tempo do seu avô ninguém os queria comprar: só os Judeus de Flandres emprestavam a Portugal em condições em que se dobra o dinheiro em 4 anos...” (Oliveira Martins, Portugal nos Mares — p. 138).

século XVI declara-se insolvável (33), sobrevivendo depois a fragorosa bancarrota.

O resultado de seus esforços, no entanto, vai beneficiar a Europa. Aparecem nos mercados europeus produtos novos, provindos da América e um afluxo de metais preciosos, com consequências econômicas enormes. As especiarias afluem em tal quantidade que seu preço baixa extraordinariamente. E o conhecimento de novas terras, de povos exóticos, com costumes e civilização diferentes, vai agir poderosamente sobre a evolução intelectual de toda a Europa.

* * *

1). — ESPANHA.

a). — *A economia espanhola antes das conquistas.*

Praticamente a Espanha só consegue sua unidade nacional na segunda metade do século XV, em 1469, com a união dos reinos de Castela e Aragão, pelo casamento de Fernando e Isabel.

Nessa época o reino de Aragão, economicamente, levava vantagens sobre o de Castela, pela superioridade de sua atividade marítima e comercial e certo predomínio que conseguira no Mediterrâneo, pois seus navios disputavam aos Genoveses e Venezianos (34), na Dalmácia, na Moréia, na Grécia Central, no Mar Negro, o comércio das especiarias, da seda, de estofos preciosos, de escravos, chegando até a fundar feitorias.

Não obstante essa superioridade, dos dois reinos é o de Castela que assume um predomínio decisivo, o que é explicável pela superfície e população cinco vezes superior à de Aragão e à autoridade política e força militar de que dispunha.

(33). — "Ma il colpo più grave venne loro dall'insolvenza prima e poi dalla bancarrota della Corona spagnuola, che travolse totalmente la fortuna mobiliare non solo dei Fugger ma della maggior parte dei grandi mercanti-banchieri dell'Alta Germania". (Luzzatto, op. cit. — p. 216).

(34). — Luzzatto, op. cit. — p. 257.

E foi exatamente essa autoridade política e fôrça militar que permitiu à Monarquia se transformar em um forte Estado Unitário. A pobreza do solo de Castela e o fraco desenvolvimento de sua indústria favoreceram o recrutamento entre os jovens de um forte exército mercenário, com o qual e mais o auxílio da burguesia e da nobreza inferior (*hidalgos*), foi possível à Coroa diminuir o poderio do Alto Clero e da grande nobreza e dispor de uma fôrça militar, financeira e política que lhe assegurou a superioridade sôbre todos os poderes locais e plena liberdade nas suas relações com o exterior.

Todavia, êsse predomínio político de Castela sôbre tôda a nação trazia desvantagens para as outras regiões do país, onde a vida econômica era mais intensa e mais variada, aniquilando a agricultura, sufocando a indústria e o comércio.

Castela possuía terras quasi improdutivas, porém ótimas para *pastagens*, tendo-se desenvolvido, portanto, em alto grau a indústria pastoril. Surge, então, uma classe de grandes proprietários de rebanhos, a que a Coroa dava todo o apôio e multiplicava os favores. Havia mesmo uma associação de criadores, *Hermandad de la Mesta*, com privilégios exorbitantes. Como os rebanhos deviam mudar constantemente de pastagens, dirigindo-se em Abril para o Norte e Noroeste, em terras da Castela pròpriamente ditas, e em Setembro voltando para a Extremadura, foi concedida aos rebanhos da *Hermandad* a passagem, através do país, em uma larga faixa de terra reservada, onde os carneiros tudo devastavam à sua frente, faixa essa, *canada*, que ninguém podia roçar, lavrar ou fechar. De direito os criadores deviam indenizar os estragos feitos pelos rebanhos além de oitenta metros, a direita e a esquerda da estrada reservada, mas, nunca cumpriam essa obrigação (35), tal era a influência da associação junto ao govêrno. Mesmo as terras privadas, arroteadas e lavradas, depois das colheitas, deviam ser abertas para que os rebanhos pudessem pastar livremente.

Assim desapareceu um grande número de terras de cul-

(35). — De Lannoy e Vander Linden — *Histoire de l'expansion coloniale des peuples européens (Portugal et Espagne)*. — p. 251.

tura e a indústria pastoril se expandiu em detrimento da agricultura.

A abundância de lã, porém, favoreceu o desenvolvimento de uma pequena indústria de tecidos, em Ávila, Medina del Campo e Segóvia, mas a falta de braços e o interesse dos criadores, que era o da exportação da matéria prima, não permitiram uma grande expansão.

Entretanto, os territórios anexos à Castela, com produções naturais diversas e vida econômica mais intensa, poderiam permitir-lhe recursos mais variados. Porém, a predominância política de Castela e a falta de comunicações fáceis, devido em parte ao seu relêvo orográfico muito complicado, fizeram, pelo contrário, diminuir a vitalidade econômica dessas regiões.

A Andaluzia, por exemplo, tão florescente ao tempo dos Árabes, com suas laranjeiras, limoeiros, oliveiras, palmeiras etc., viu sua agricultura perecer depois da dominação castelhana, por se terem negligenciado os métodos de irrigação estabelecidos pelos Mouros. Suas principais cidades, Sevilha e Córdoba, contavam uma multidão de fabricantes e operários; possuíam indústria organizada, como a de couros de Córdoba, tão afamada, além de minas diversas, algumas exploradas e outras por explorar, porém o governo castelhano disso não soube tirar partido.

O mesmo se deu com Múrcia, um verdadeiro pomar de laranjeiras, oliveiras e limoeiros; com as Astúrias e a Galiza, de indústria de pesca desenvolvida, de montanhas com grandes riquezas minerais; e com Aragão, de cidades litorâneas, industriais e comerciantes, como Barcelona, a-pesar-das suas relações mais frequentes com Castela (36). Esta, ademais, entrou o comércio marítimo, pois, para assegurar-se navios de alto bordo para o caso de guerra, forçou a construção de embarcações de mais de 600 toneladas e obrigou os expedidores a dar preferência a êsses navios. Assim, os pequenos armadores não puderam se manter e, doutro lado, sofreram os transportes marítimos, porque os grandes navios, quasi sempre, não tinham mercadorias para completar o carregamento.

(36). — De Lannoy e Vander Linden, *op. cit.* — p. 248 e segs.

A-pesar-dessa situação desfavorável, no fim do século XV, as rendas da Coroa cresciam de ano para ano. Em 1474 o imposto rendia 885.000 reais, em 1482 subia a 12.711.591 e atingia a 26.283.334 em 1504 (37). Para isso contribuiu, a-pesar-dos pesares, certo interêsse dos Reis Católicos pelo desenvolvimento industrial e comercial, suprimindo as peagêns entre os Estados, procurando desenvolver as artes mecânicas e fazendo reformas monetárias que elevaram o crédito de Castela.

* * *

b). — *As conquistas coloniais.*

Era essa a situação econômica do reino no fim do século XV, quando, depois da queda de Granada, se inicia, com Colombo, a época das Grandes Descobertas para a Espanha.

O escopo principal dessas descobertas é a sêde de riquezas; é arrancar o *monopólio das especiarias* das mãos dos Genovezes e Venezianos. Colombo, depois de muitas peripécias, consegue interessar Isabel nos seus projetos de uma nova rota para as Índias, caminhando para o Ocidente. E em 1492 chega às Antilhas, certíssimo de ter aportado a Zipangu (Japão). Ao voltar para a Espanha, talvez para valorizar sua descoberta, talvez para encobrir a decepção de não ter encontrado as ambicionadas *especiarias*, exagera a presença de veios auríferos em *Española* (Haiti).

Enquanto isso, estava a Espanha ameaçada de uma crise econômica de muita gravidade. Os aventureiros e soldados, depois da queda do último reduto mouro, — o reino de Granada — ficaram privados de meios fáceis de riqueza e, quicá, de subsistência. Aparece, então, um grande grupo de descontentes, gente turbulenta, que não se adaptava à dura fadiga dos campos e das oficinas e que não concebia outra fonte de

(37). — De Lannoy e Vander Linden, *op. cit.* — p. 251.

lucro senão o saque, o roubo e as devastações (38). Esses aventureiros são os que se precipitam, em massa, para as novas terras, em busca de rápida fortuna. Não foram, pois, colonos na verdadeira acepção do termo; vizavam o lucro fácil e como eram *hidalgos*, a quem deshonrava todo o trabalho que não o guerreiro, escravizaram brutalmente os míseros indígenas, obrigando-os a trabalhar para eles nos campos e nas minas.

São esses aventureiros que, em busca de ouro e riquezas, vão dar à mãe-pátria o grande império colonial que irá, desde o México e as Antilhas, atravessando a América Central, alcançar tôda a América do Sul banhada pelo Pacífico.

Mas, nos primeiros tempos, aquelas grandes esperanças foram decepcionadas. O ouro encontrado em Haiti era bem pouco, considerando a fome dos que o procuravam. Tôda a produção de ouro da América, compreendendo a de Haiti, de 1500 a 1521, não terá ultrapassado, calcula-se, a 2.300 quilos (39), o que dá uma média de pouco mais de 100 quilos por ano, realmente insignificante.

E' verdade que a Coroa, no fim dos primeiros tempos, começou a promover o desenvolvimento agrícola das novas colônias. Aclimatou-se a cana de açúcar, introduziram-se os primeiros exemplares bovinos, assim como o cavalo, o asno, a cabra e o porco. Porém, embora já tivessem chegado da metrópole agricultores e mercadores, o grosso dos emigrantes não queria saber das emprêsas agrícolas, de sucessos por demais lentos.

Depois de 1517 um novo horizonte se abre ao espírito de aventura com a conquista do interior do continente. Os boatos de grandes quantidades de ouro impelem aventureiros como Fernando Cortez, Francisco Pizarro, Almagro, Alvarado etc., para o interior, onde estabelecem, a custa de violências inauditas contra os naturais, o domínio territorial da Espanha sôbre regiões extensíssimas, como o México e a Califórnia, o Equador, o Perú, a Bolívia, o Chile, ricos de minerais, principalmente de ouro e prata.

(38). — Segre, *op. cit.* — Vol. I, p. 139.

(39). — Luzzatto, *op. cit.* — p. 264.

O entusiasmo dos Espanhois pelas novas terras, que principiava a declinar, é recrudescido. Uma emigração numerosa se dirige para as terras do continente; uma multidão de padres, nobres e funcionários, estabelece em novas terras uma complicada burocracia semelhante à da metrópole e, finalmente, se inicia um comércio periódico e intenso entre a mãe-pátria e a colônia.

* * *

c). — *Política colonial e comércio da Espanha.*

A Coroa Espanhola dá, à princípio, absoluta liberdade à emigração, porém limita-a mais tarde, com o fito determinado de trazer a colônia sob seu inteiro contrôle. Assim, fez baixar uma lei pela qual nenhum Espanhol poderia embarcar para as Índias sem permissão do govêrno. E essa permissão, em geral por 2 anos, só era dada a quem pudesse demonstrar que nenhum membro de sua família, em duas gerações, havia incorrido na censura do *Santo Ofício* (40).

Os emigrantes eram, assim, na sua maioria, eclesiásticos, nobres, funcionários e muito poucos agricultores. As terras, em princípio da Coroa, eram doadas aos conquistadores, ao clero, ordens religiosas e favoritos da Côrte. Forma-se assim uma sociedade, em que o elemento dominador é o Espanhol, em geral nobres e padres e, o dependente, cultivadores da terra e trabalhadores das minas, é constituído pelos naturais do país. Estes são obrigados, pois, a trabalhar para os ociosos exploradores europeus, escravizados em *repartimientos*, que se transformam em 1503 em *encomiendas*, de tratamento mais brando. Eram legalmente livres, mas vinculados ao trabalho; se tentavam a fuga perdiam até a liberdade nominal.

Mais tarde, porém, depois da descoberta de Cortez, aparece uma nova forma de escravidão, a *mita*, pela qual a plebe indígena trabalhava na lavoura e nas minas ao exclusivo pro-

(40). — Segre, *op. cit.* — Vol. I., p. 146.

veito da nobreza, a casta privilegiada. Em pouco tempo a brutalidade dos aventureiros transformou a colônia espanhola em um inferno para os desventurados indígenas. Estes pereceram aos milhares e, por fim, a Igreja interveiu, conseguindo do rei, por intermedio do Padre Bartolomeu de Las Casas, fôssem os indígenas considerados livres. As consequências foram gravíssimas. Os Espanhois lançaram mão do *braço negro*, como já o utilizavam os Portugueses, que veio depois constituir aquela *sociedade negra* da América, à qual, no século XX, o elemento branco dominante não recusa, talvez, o sentimento de fraternidade, mas lhe nega a igualdade nos direitos, que é assegurada pelas leis.

As relações comerciais entre a Espanha e sua colônia americana, que vão assumir uma importância considerável só depois de 1540, quando o domínio efetivo das duas grandes colônias México e Perú é assegurado, são de exclusividade dos Castelhanos. Aos estrangeiros e Espanhois de outras regiões o direito de comércio com as colônias era negado, salvo alguns casos de concessão particular do soberano.

O rei Fernando quiz imitar o de Portugal, guardando para a Coroa o monopólio do comércio. Renunciou, entretanto, a esta tentativa e deu uma *liberdade* de navegação e comércio, circunscrita a limites e vínculos de tôdas as especies.

Em princípio, qualquer Espanhol poderia fazer comércio com as colônias. Mas, necessitava de permissão da Coroa e seus navios só podiam partir do pôrto de Sevilha, em combôios, com embarcações de outros concorrentes, escoltados por dois ou mais navios de guerra, armados e equipados pelo Estado. As despesas, porém, recaíam sôbre as mercadorias transportadas, por meio de uma taxa especial (41).

As expedições periódicas eram disciplinadas pela célebre *Casa de Contratación*, a princípio de caráter essencialmente comercial e que mais tarde se transforma numa dependência do Estado, uma espécie de *Ministério do Comércio*, com jurisdição sôbre tudo que dizia respeito ao comércio, emigração, e até às questões de pagamento entre a metrópole e a colônia.

(41). — Luzzatto, *op. cit.* — pp. 277 - 278.

Para que o comércio não fugisse ao contrôlo da *Casa de Contratación*, a Coroa favorece o monopólio de comércio a um número restrito de grandes casas comerciais de Sevilha, que acabam por organizar uma espécie de corporação privilegiada e que faz excluir tôda a concorrência. Além disso, nas colônias, por ordem do govêrno, só três portos eram autorizados a embarcar e desembarcar as mercadorias que se permutavam com a metrópole: Vera-Cruz para o México, Pôrto-Belo para tôda a região meridional banhada pelo Pacífico e Cartagena para Nova Granada (Venezuela e Colômbia).

Assim, a política comercial da Espanha prejudicava o progresso econômico do Estado e das colônias. Os negociantes de Sevilha, do México e de Lima, com o auxílio da Coroa, unindo-se em corporações, impedem a liberdade de produção e de tráfego, mantendo preços elevados. Porém como os compradores dêles não podiam prescindir, adquiriam os objetos de ferro e aço, — fabricados na Europa — de que necessitavam, mas restringiam suas compras ao mínimo possível. Ao mesmo tempo, não tendo os colonos outros compradores para os seus produtos, senão êsses favorecidos pela metrópole, que os adquiria por preços baixos, limitaram a produção, enquanto a população espanhola, obrigada a pagar altos preços pelos produtos coloniais, procurava diminuir seu consumo. Isso vinha favorecer as potências inimigas, Holanda e Inglaterra em especial, que, por meio do contrabando, distribuiam na Europa aqueles produtos coloniais que a Espanha tinha a ilusão de concentrar e repartir os benefícios exclusivamente entre o erário e os mercadores castelhanos (42).

As mercadorias que se exportavam da Espanha para a América eram múltiplas e variadas. Desde os produtos alimentares, cereais, azeite, vinho; os objetos de ferro, particularmente instrumentos para o trabalho das minas; até os estofos, o cobre, o mercúrio, objetos de luxo e escravos negros. Os produtos exportados da América, no século XVI, ainda não alcançavam a variedade que atingiriam no século XVII. Cifravam-se a pequena quantidade de açúcar, de matérias colo-

(42). — Segre, *op. cit.* — Vol. I, pp. 147 - 148.

rantes animais e vegetais (cochonilha, anil etc.) e pouquíssimos outros produtos raros, aromáticos e medicinais, da flora tropical americana, além da exportação de metais preciosos, ouro e prata, que era a preocupação máxima dos Espanhois. Quanto a êsses, para se imaginar a quantidade entrada em Espanha, basta salientar os cálculos feitos por Soetbeer (43).

Segundo êsse autor, teriam sido exportados da América para a Espanha, em quilogramas de metal puro, o seguinte:

	ouro	prata
entre 1493 - 1520.....	800	—
" 1521 - 1544.....	2.910	92.000
" 1545 - 1560.....	5.460	311.600
" 1561 - 1580.....	3.790	299.500
" 1581 - 1600.....	3.700	418.900

Por aí se pode aquilatar da quantidade de metais preciosos que a Espanha esbanjou em suas guerras e entregou à França, Inglaterra e Países-Baixos, a troco das mercadorias manufaturadas que seus filhos e mais ainda seu govêrno, por incúria, não souberam ou não quiseram fabricar.

* * *

d). — *A depressão econômica e suas consequências.*

Acentuamos atrás que o século XVI foi para a Espanha o século de sua maior expansão e glória, mas que, infelizmente, também foi o de sua decadência.

Não fôsse sua péssima administração e as guerras ruinosas que sustentou com a França, a Inglaterra e os Países-Baixos, poderia ter gozado a Espanha na Idade Moderna de condição econômica invejável.

Probabilidades fortíssimas não lhe faltavam, não obstante sua política de perseguição aos Mouros e Hebreus, expul-

(43). — Apud Luzzatto, *op. cit.* — p. 248.

sando-os da Península e o despovoamento consequente da descoberta da América.

Havia na Espanha regiões férteis, produtoras de sal, azeite, vinho, sêda, lãs, minérios de ferro, chumbo, cobre e até veios auríferos de alguma importância. Eram os produtos agrícolas exportados não só para a América, como para a Itália e as Flandres; e a sêda de Sevilha, Toledo e Burgos conservava ainda no século XVI o prestígio do tempo dos Árabes. Necessitava apenas de um govêrno que encorajasse a vida agrícola e o trabalho dos campos entre os proprietários do solo e a baixa classe social.

Ao invés, desviava os braços para seus exércitos mercenários e o ouro americano mal chegava para pagá-los e às importações das manufaturas que fàcilmente poderiam ser feitas no país. Porém o trabalho manual era degradante mesmo aos olhos da baixa população e a prodigalidade, o orgulho e a ociosidade dominavam na sociedade espanhola.

A decadência, pois, seria o fim lógico e não tardou a aparecer. Já em 1545 seus indícios são alarmantes. Nessa época a indústria espanhola pedia seis anos para fornecer as mercadorias requisitadas pelos negociantes da América. A consequência foi o recurso ao contrabando, sob as vistas do govêrno, que devia tolerá-lo como um mal inevitável, recorrendo os exportadores aos produtos estrangeiros. Em pouco tempo o comércio com a América era uma larga fraude. Navios portugueses, holandeses, ingleses, franceses, nas vizinhanças de Cádiz, despejavam as mercadorias nos galeões, no momento de partida para a América e à volta recebiam o preço em barras de ouro e de prata.

Carlos V e Felipe II, para conservar o primado político e militar da Espanha sacavam sôbre o futuro, levianamente e depois de um certo tempo suas operações de crédito já não tinham mais base.

O descalabro das finanças espanholas atingiu o zênite em 1555, quando da abdicação de Carlos V. Dois anos depois a Coroa Espanhola entrava em bancarrota. Felipe II suspende os pagamentos, mas consegue manter as finanças mais ou menos em equilíbrio. Porém as guerras que êle sustenta

arruinam cada vez mais o país. As despesas extraordinárias são tão elevadas que, a-pesar-das receitas enormes que o rei retira das Índias, suspende, em 1575, o pagamento das obrigações do Estado. Era a segunda bancarrota de Felipe II. O crédito da Espanha fica ainda mais abalado que da primeira vez. As frotas das Índias continuam a trazer verdadeiros tesouros em prata e ouro, mas a situação financeira da Espanha não se modifica. As despesas decorrentes das guerras e da administração a levam, de novo, a enormes *deficits* e, em 1596, sobrevem uma terceira bancarrota (44). O crédito da Espanha estava aniquilado, seu comércio e sua indústria, já estremecidos, não puderam mais se reerguer.

Quanto à obra de colonização da Espanha na América, sob o ponto de vista da civilização e economia européia em geral, não se pode dizer que falhou. Depois dos primeiros tempos da febre do ouro, cuidaram os Espanhois da colonização agrícola, em proporções assaz consideráveis. Grandes plantações de café, de cana de açúcar, de tabaco foram cultivadas nas regiões tropicais, graças ao trabalho dos escravos negros; os cereais, a vinha, a oliveira, foram cultivados na Argentina e no Chile, tornando a América de hoje um dos maiores centros fornecedores de produtos agrícolas e alimentares aos países superpovoados da Europa. Ovelhas e bois foram transportados para as imensas planícies da bacia do Prata, onde se multiplicaram de tal forma que em nossa época satisfazem às necessidades do consumo e da indústria européia.

Suas colônias, México, Equador, Colômbia, Venezuela, Perú, Bolívia, Chile, Argentina, Paraguai, embora destacadas da mãe-pátria em princípios da Época Contemporânea, ainda guardam características puramente espanholas, que demonstram a força de expansão e assimilação desse grande povo na fase de seu maior desenvolvimento.

* * *

(44). — De Lannoy e Vander Linden, *op. cit.* — p. 429.

2.) — PORTUGAL.

a). — *Portugal antes das conquistas.*

O século XV assistiu à transformação de Portugal, de país pobre, quasi sem agricultura, indústria e comércio, com população diminuta, composta na maioria de rudes campônios e pescadores, em uma das nações de primeira grandeza na Europa.

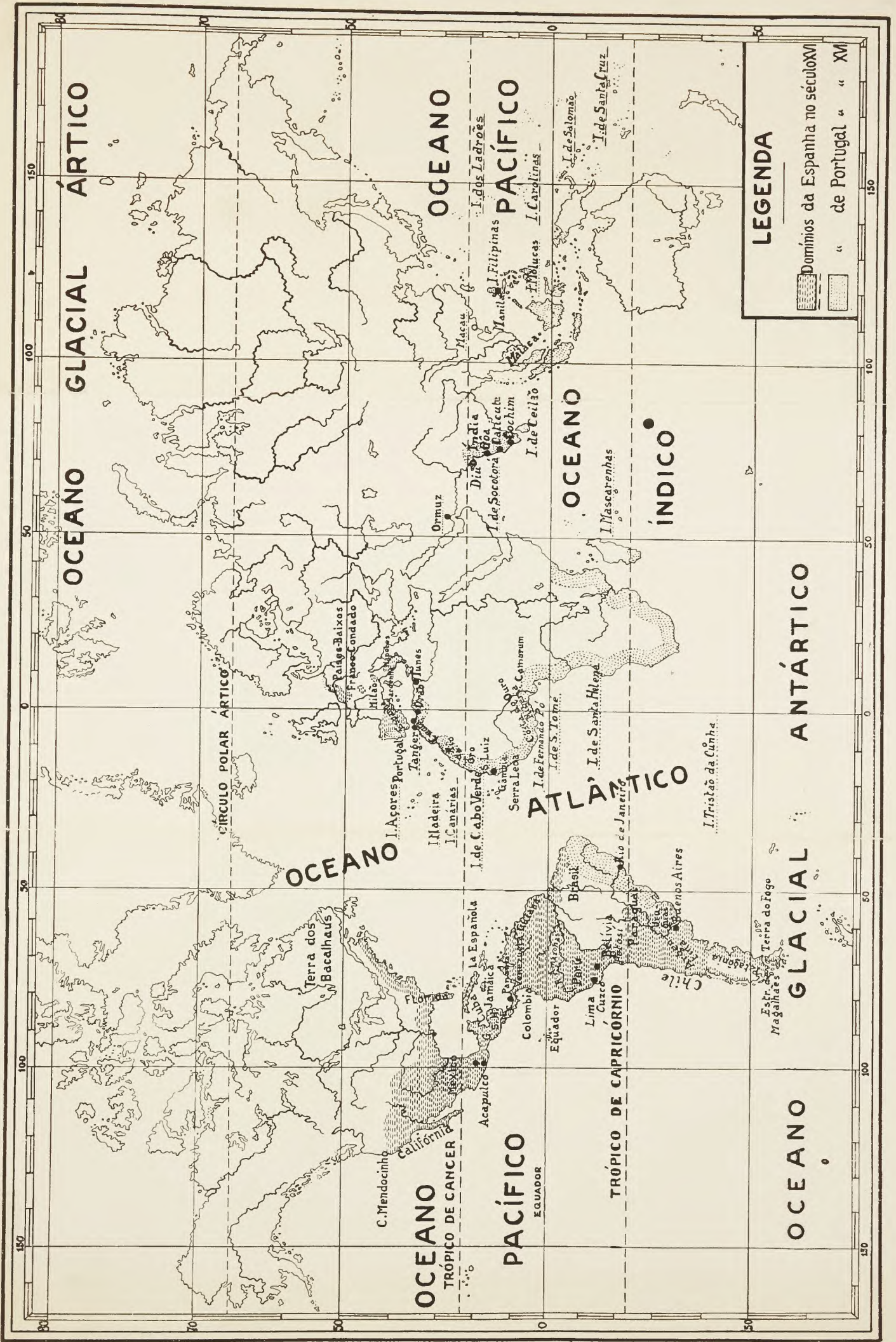
Ao se iniciar o século, porém, reinava grande pobreza e poucas esperanças havia de uma melhoria na situação financeira. Os recursos do país eram limitados e se restringiam a uma agricultura reduzida e ao comércio marítimo.

A indústria era quasi nula. Quando muito se fabricava um tecido grosseiro, com o qual se vestia a plebe. Só na segunda metade do século é que aparecem os tecidos de melhor qualidade, fabricados principalmente nos distritos da Beira, que vieram substituir os adquiridos na Inglaterra. Quasi não existiam outras indústrias e até as armas eram importadas.

Quanto à agricultura, não fornecia ela o bastante para subsistência do povo, sendo preciso de quando em quando recorrer ao estrangeiro para o fornecimento de cereais. Menos de um décimo do território era coberto pelas culturas e embalde os reis portugueses da primeira dinastia procuraram fomentar a colonização interior, com o fito de fixar no campo núcleos de trabalhadores agrícolas.

A causa estava em que a maior parte do reino se compunha de vastos territórios pertencentes ao clero e à nobreza, que em vez de acompanhar e dirigir o trabalho produtor, como o fazia a nobreza inglesa, gravavam a terra de impostos e corvéias inconcebíveis. As leis promulgadas para encorajar a agricultura produziam por vêzes efeitos contraproducentes, como a lei sôbre as terras incultas (sesmarias), permitindo a confiscação da terra, o que tornava precário o direito de propriedade.

Mesmo depois da ascensão da dinastia de Aviz, a dinastia de eleição popular que vem substituir na aurora do século XV a de Borgonha apoiada pela nobreza, a situação se agrava,



150
100
50
0
50
100
150

150
100
50
0
50
100
150

porque D. João I, em vez de melhorar o regime da agricultura, cobre o país de maiores latifúndios ainda, doando numerosos domínios aos que o haviam auxiliado a conquistar o trono.

O comércio interior quasi não existia, tais eram os óbices de tōda a natureza. Além das peagens de tōda a sorte que encareciam as mercadorias, havia ainda as dificuldades decorrentes dos transportes, que se operavam lentamente e com grandes trabalhos.

Não havia estradas e até os rios eram difíceis de atravessar, tanto que, às vêzes, se tornava mais fácil descê-los até o litoral, rumar pela costa até o outro rio em cujo vale se destinava o mercador e por êle subir.

Assim, com reduzida agricultura, quasi sem indústria e comércio, de onde hauria a nação seus recursos? Onde se concentrava o grosso da população, pois que poucos eram os que se entregavam à lavoura?

Para responder basta examinar a situação geográfica do país, com costas muito desenvolvidas, favorecendo o estabelecimento de portos e estimulando a vida marítima. Parte considerável da população se fixava assim no litoral e era engrossada dia a dia, pelo êxodo constante de indivíduos que abandonavam os campos em procura de melhor vida à beira-mar.

Dessa forma desenvolveu-se a indústria da pesca, do sal marinho e, correlativamente, uma marinha mercante que, embora pequena, levava para a França, Inglaterra, para os Países-Baixos e cidades do Mediterrâneo, o sal e o peixe-sêco, assim como as frutas sêcas, os cavalos, o vinho, o azeite e de onde trazia os objetos manufaturados de que a nação carecia, como os tecidos e os metais (45).

Cedo os homens do minúsculo Portugal aventuraram-se nas suas pescarias, fora das aguas territoriais. Os seus pescados, desde as sardinhas até as baleias, iam-nos buscar mar em fora, até nas costas da França e da Inglaterra. Tal atividade incentivou a construção de barcos, que era favorecida e acoçoada pelo Estado, que nisso via o interêsse nacional. Assim, o govêrno fornecia gratuitamente as madeiras de que

(45). — De Lannoy e Vander Linden, *op. cit.* — p. 8.

os armadores careciam e eximia de impostos não só as matérias primas necessárias para as construções, como os direitos de saída e da metade os de entrada, dos carregamentos da primeira viagem.

Para estimular o comércio marítimo, creou a Coroa duas Bolsas de Seguros, de organização cooperativa, uma em Lisboa e outra no Pôrto, para as quais cada armador contribuía com 2% (2 coroas por 100) do produto dos fretes. Dêsse jeito os navios perdidos eram logo substituídos por novos, com dinheiro provindo dêsse fundo (46).

E foi essa marinha, foi essa vida marítima, êsse gôsto pelas cousas do mar, o destemor e a sêde de aventuras, que permitiram a transformação rápida de Portugal e os grandes feitos de seus filhos.

Lisboa, já em princípios do século XV, era considerada entre as principais cidades comerciais da Europa. Para êsse conceito contribuíam não só o desenvolvimento paulatino da marinha nacional, a ponto de gozar de um lugar de destaque na organização dos *Seguros marítimos*, como o fato de os navios venezianos, genovezes e catalães periòdicamente atracarem em seu pôrto.

Assim, nesse século XV, torna-se Portugal, a-pesar-de sua pobreza, o pioneiro do grande comércio oceânico, graças à sua favorável posição geográfica e mais que tudo, à preparação de seus marinheiros, às viagens de alto mar e à parte direta que a monarquia tomava nas emprêsas marítimas.

A vida marítima foi o traço que uniu o povo lusitano, que lhe permitiu as grandes epopéias realizadas e, como diz Calogeras (47), em torno das viagens e das cousas da marinharia, nos séculos XV e XVI, havia em Portugal uma como que alma coletiva nacional.

* * *

(46). — Souza (A. Sérgio de), *História de Portugal* — p. 46.
(47). — Calogeras, *op. cit.* — p. 23.

b). — *Conquistas e descobrimentos.*

Portugal e Castela — Asseguramos atrás (pag. 100) que, ao se findar a Idade Média, com exceção da Itália e Alemanha, aparece nos demais países da Europa o *Estado Unitário*, em que as velhas monarquias feudais, apoiadas na burguesia, conseguem vencer o feudalismo.

Em Portugal, o feudalismo é vencido com a ajuda da burguesia comercial marítima — do Pôrto e Lisboa. Em 1383 morre D. Fernando, rei de Portugal, último da dinastia de Borgonha, deixando como única herdeira sua filha D. Beatriz, casada com D. João I, rei de Castela. Este, sucessor de direito da coroa de Portugal, trata de apoderar-se do que lhe pertencia. Surge uma crise no país. A nobreza, na sua maioria, opta pela legalidade, isto é, pelo rei castelhano. De passagem, digamos, que a atitude dos fidalgos portugueses era perfeitamente legítima. Nessa época, em que dominavam ainda os costumes do Feudalismo e da Cavalaria, ainda não existia, como hoje, a noção de Pátria. Predominava, entre os nobres, a fidelidade à palavra dada. Ora, a nobreza portuguesa jurara fidelidade a D. Beatriz em Badajoz, quando do seu matrimônio com D. João de Castela; devia, pois, coerentemente, cumpri-la.

A reação parte, então, do povo dos Concelhos, dotado de forte instinto nacionalista, oriundo talvez das liberdades e franquias de que já gozavam, e da burguesia marítima, com interesses comerciais muito grandes. Eleggem como chefe D. João, Mestre de Aviz, irmão bastardo de D. Fernando, o falecido rei. Uma pequena parte da nobreza a êle se alia, de onde cumpre destacar Nun'Alvares Pereira, filho do prior do Hospital, que foi, por assim dizer, o baluarte da resistência contra Castela.

A luta arrasta-se por alguns anos, conseguindo sempre os Portugueses levar a melhor. E' o cêrco de Lisboa (Março a Setembro de 1384), é a batalha dos Atoleiros (Abril de 1384), a batalha de Trancoso (Maio de 1385), a memorável de Aljubarrota (Agosto de 1385), é a de Valverde (Outubro

de 1385), onde, sucessivamente, a-pesar-da inferioridade numérica, levam os Portugueses de vencida os seus adversários.

O Mestre de Aviz é aclamado rei de Portugal, no dia 6 de Abril de 1385, depois duma agitada sessão das *Côrtes de Coimbra* onde o célebre Dr. João das Regras, com sutileza e dialética notáveis, consegue provar a vacância do trono português e, exaltando a figura do Mestre, a sua eleição para o trono vago.

Mas a luta com Castela continua, embora morosamente, através de escaramuças, principalmente nas fronteiras da Galiza e do Alentejo. Tréguas e hostilidades se sucedem até 1398, quando a paz é negociada. Porém a paz definitiva só vem a assinar-se em 31 de Outubro de 1411, quando já reinava em Espanha D. João II (48).

* * *

A conquista de Ceuta e suas consequências. — Portugal e Castela estavam, pois, em paz desde 1398, mas até 1411, quando ela é assinada em definitivo, tropas portuguesas foram adestradas e preparadas, na eventualidade de um reatamento de hostilidades, sempre possível. A nação respira com a cessação definitiva da guerra, não assim a nobreza que *“dotada de larga e cuidada preparação guerreira, mal podia encontrar nas justas e torneios, as diversões prediletas da côrte, uma satisfação às suas ambições de glória”* (49).

Precisava D. João I dar um derivativo a esta gente, com pena de ver-se a braços, mais dia, menos dia, com dificuldades internas. E o caminho mais curto era o combate ao Infiel. Pensa, então, em renovar a luta contra a Moirama, pois que, se durante a guerra contra Castela tivesse por ventura feito *alguma cousa* contra a vontade de Deus, o sangue que sujara

(48). — Matoso (A. G.), *História de Portugal* — Vol. I, p. 176.

(49). — Corrêa (F. A.), *História económica de Portugal* — Vol. I, p. 93.

suas armas poderia ser remido *lavando suas mãos no sangue dos Infiéis* (50).

Pensou primeiro em conquistar Granada. Mas desistiu porque, em qualquer hipótese, haveria muitos perigos. Se vencesse, ficariam, naturalmente, irritados os Castelhanos; se fôsse derrotado, seu exército enfraquecido, correria o risco de suportar um ataque de Castela, ainda não esquecida da derrota de Aljubarrota. Chegou mesmo a mandar consultar os reis de Castela, para uma ação em conjunto contra Granada, não tendo encontrado disposições favoráveis ao seu plano.

A êsse propósito, curioso é relatar um caso de espionagem dessa época, divulgado por Gonzalo de Reparaz (51). O rei de Aragão andava suspeito acêrca-das relações estreitas que mantinham as rainhas de Castela e Portugal (eram irmãs, filhas de João de Lancaster, da Inglaterra), assim como sôbre o destino das armadas que sabia estar preparando D. João I de Portugal. E para averiguar envia a Lisboa a

“Ruy Diaz de Vega, caballero de toda su confiança y que probó merecerla, pues en un informe reservado, recientemente descubierto en los Archivos de la Corona de Aragón por D. Javier de Salas, y que es uno de los más curiosos documentos de que tengo noticia, nos descubre un caso de espionaje tan perfecto como pocas veces se ha visto. Dice Ruy Diaz al Rey de Aragón que la reina de Portugal y su hermana la de Castilla se escriben muchas cartas por aquellos dias de los aprestos de la escuadra, y que se trama la conquista de Granada por Castelanos e Portugueses para dar el trono granadino a don Pedro de Portugal, hijo segundo de D. Juan, casándolo con la hermana menor de D. Enrique” (a que veio a se chamar Isabel a Católica e que se casou, não com o filho do rei de Portugal, mas com Fernando, o filho do rei de Aragão).

Por êsse tempo a burguesia de Lisboa, que tinha o *vedor*

(50). — Azurara, *Crônica da tomada de Ceuta* — Cap. I. Apud Matoso, *História de Portugal*. — Vol. I., p. 231.

(51). — Reparaz, *História de la colonización* — Vol. I., p. 274.

da Fazenda, João Afonso, como seu intérprete junto à Côrte, estava alarmada com os piratas marroquinos, principalmente os de Ceuta, que interceptavam e destruíam o tráfego que a-quele pôrto mantinha do Mediterrâneo aos mares setentrionais (52). E resolvendo o rei dar "*umas festas reais que durem todo um ano*", com "*notáveis justas e grandes torneios*" (53) para armar seus filhos cavaleiros (os príncipes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique), projetos a que êstes opunham embargos por desejarem justas mais sérias e perigosas, João Afonso, vedor da Fazenda, em trocando impressões com os príncipes, lembrou-lhes a conquista de Ceuta, o que viria ao encontro dos desejos da burguesia cosmopolita de Lisboa.

Entusiasmados, os príncipes apressam-se a comunicar o projeto ao rei, que hesita em dar consentimento, com fundamento nos perigos e dificuldades a vencer e nos sacrifícios a impor a seu povo, com as grandes despesas que se fazia mister. Consulta seus letrados, para descargo de consciência, sôbre *se será serviço de Deus* e embora com a resposta afirmativa, prudentemente adia a expedição.

Tendo sabido, no entanto, das dificuldades que lavravam no império de Marrocos, em consequência de lutas internas, o que de certo modo fazia acreditar que Ceuta só poderia contar com seus próprios recursos, resolve o rei mandar fazer o reconhecimento da cidade. Finge enviar uma expedição a Sicília, com o fito ostensivo de solicitar a mão da rainha viuva para o infante D. Pedro, porém tendo em mira poder fundear em Ceuta e analisar suas muralhas, armadas, fôrças e gente. De tal missão foi encarregado Alvaro Gonçalves Camelo, prior do Hospital, que, à sua volta, tendo pedido duas cargas de areia, um novelo de fitas e meio alqueire de favas, construiu, ante a admiração do rei, dos infantes e dos membros do conselho, um mapa em relêvo da cidade e dos fortes que se pretendiam tomar, tendo servido a areia para o relêvo, as favas, convenientemente distribuídas, representavam as casas e as fitas, colocadas sinuosamente, assinalava a posição das

(52). — Reparaz, *História de la colonización* — p. 273.

(53). — Azurara, *op. cit.*

muralhas. Abaixo via-se a praia e junto a ela estava indicado o lugar onde a esquadra devia aportar (54).

Os preparativos se apressaram, embora rodeados de grande sigilo. E em 25 de Julho de 1415 saía a barra do Tejo uma grande esquadra composta de mais de 200 navios e 20.000 homens em armas e entre êstes, os príncipes D. Duarte, D. Henrique e D. Pedro, como os mais entusiastas. Avistaram Ceuta no dia 20 de Agosto, atacaram-na no dia 21 pela manhã e ao cair da noite a bandeira de S. Vicente, o pendão de Lisboa, estadeava-se na torre mais alta da velha cidade. Os infantes foram armados cavaleiros na mesquita de Ceuta, transformada em catedral, recebendo os títulos de duques, e para o Infante D. Henrique, o herói que iniciara o desembarque, além do ducado de Viseu, a *doação dos negócios da África*.

A expedição contra Ceuta, ostensivamente, foi uma simples cruzada que tornou Portugal campeão da cristandade contra os Mouros da África. Mas é bem possível que, além do interêsse dos burgueses de Lisboa, o próprio rei, tendo conhecimento da riqueza dêsse pôrto, tivesse em mira torná-lo uma escala marítima. Se assim não fôsse porque ocuparia êle a praça? Bastaria arrazar e destruir a cidade, se lhe tivesse movido apenas o sentimento de *cruzado*, como já fizera, em 1400, o rei de Castela na sua expedição contra Tetuão.

A verdade, entretanto, em qualquer hipótese, é que a tomada de Ceuta foi o ponto de partida das ultteriores conquistas e descobrimentos portugueses. O Infante D. Henrique, já nessa época preocupado com *ignotas terras*, cujos caminhos procurava descobrir para prosseguir a sua cruzada contra o poder do Islão, colhe dos prisioneiros Árabes e Judeus noções sôbre a costa ocidental e sôbre o interior da África, assim como notícias das caravanas árabes que nessa época faziam o percurso entre Tunes, Tombuctú e a Gâmbia, na foz do Senegal, a que chamavam o Nilo do Ocidente.

Se levarmos em conta que os geógrafos cristãos já conhe-

(54). — Rocha Martins, *História das colônias portuguesas* — p. 19; Reparaz, *Geografía y Política* — p. 171.

ciam a existência, ao Sul do deserto do Saará, de um país habitado por negros e muito rico em ouro, que se designava por *Gana* ou *Guinoa* (Guiné) e que a esperança de se atingir o lendário reino de Prestes João se baseava na possibilidade de encontrar uma comunicação entre a Guiné e o Nilo, podemos inferir que as primeiras expedições do Infante D. Henrique, à sua volta de Ceuta, e inspiradas pelo que lá ele ouviu e observou, já procuravam o caminho marítimo para a Índia, ou pelo menos, o que é certo, o encontro da Guiné, com grande abundância de população e riqueza, fornecendo-lhe, portanto, uma excelente perspectiva de expansão religiosa e comercial (55).

Quais os verdadeiros móveis de D. Henrique ao encetar a etapa das expedições pela costa ocidental da África? O espírito de lucro? O fervor religioso? Há autores que divergem de um e de outro ponto de vista; entretanto, o acertado parece ter sido o entusiasmo religioso de D. Henrique, tendo em vista a destruição do poder do Islão. Queremos crer que, mais tarde, com o progresso das descobertas, os sucessores da obra do Infante outra mira tivessem — a avidez do lucro — muito embora haja escritores portugueses que defendem ponto de vista contrário.

“Nunca, nem no período de D. Henrique nem no de D. João II, existiu a ambição desregrada das riquezas. Pairam sôbre as duas grandes figuras e sôbre todos os heróis da epopéia um ideal superior de abnegação, de aspirações nobres e puras, um fogo sagrado de sacrificio e de sinceridade que ficarão sempre na História como o traço mais profundo e mais belo das glórias nacionais. D. Henrique era um asceta dominado pelo entusiasmo religioso de um cruzado, votado à defesa da cristandade. O seu plano de atingir a Índia foi o último de uma série de projetos, concebidos na Europa e na Mongólia desde o meado do século XIII, para destruir o poder do Islão, ameaçador da Cristandade e da civilização européia. Os esforços de D. Henrique para tirar partido econômico das nave-

(55). — Corrêa, op. cit. — p. 99..

gações foram impostos pela imperiosa necessidade de alcançar recursos para o prosseguimento metódico das suas empresas náuticas, eram o MEIO apenas para alcançar o FIM: — PREPARAR A DERROTA DO ISLAMISMO NO ORIENTE” (56).

D. Henrique, empolgado por seu sonho, ao voltar de Ceuta, fixa-se no Sul de Portugal, no Algarve, a maioria do tempo em Lagos, onde começa por adestrar os pescadores da costa no domínio do mar, ordena viagens de ensaio em que os postos de comando são entregues a seus familiares, como João Gonçalves Zarco, Bartolomeu Perestrelo e Tristão Vaz Teixeira, cavaleiros de sua Casa; Gil Ennes, seu criado; Afonso Gonçalves Baldaia, seu copeiro; Antão Gonçalves, seu guarda-roupa etc.; atrai estrangeiros, a pêsso de ouro, especialistas em cartografia e artes náuticas, como por exemplo, Jácome de Maiorca, cartógrafo judeu, da escola maiorquina; Antônio de Nola, de uma família de cartógrafos genoveses; Cadamosto, navegador, oriundo de Veneza, o país das especiarias e outros mais, fundando, de acôrdo com a generalidade dos autores, a famosa escola de Sagres, no cabo de S. Vicente, no reino do Algarve.

Entretanto, essa escola de Sagres parece não ter passado de um mito, creado para exaltar a obra científica do Infante D. Henrique (57). Mas, se mito foi essa escola, mito não foram e sim esplendidas realizações, as expedições que ano

(56). — Bensaude — As origens do plano das Indias — pp. 19 e 20. Apud Mattoso, História de Portugal — Vol. I, p. 252.

(57). — De Lannoy e Vander Linden, em sua excelente Histoire de l'expansion coloniale des peuples européens — Portugal et Espagne, baseados em Beazley, Chronicle of Azurara e em J. Mees, Henri le Navigateur et l'Académie portugaise de Sagres (Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Fevereiro 1903), dizem textualmente: “Certains auteurs admettent encore la légende suivant laquelle vers 1415 ou 1420, le prince Henri se serait établi à Sagres dans une ville fondée par lui, pour s'y livrer à l'étude. Il y aurait vécu entouré de cartographes, de géographes, de mathématiciens formant une sorte d'école ou d'academie, à laquelle était annexée un atelier de cartographie. Cette légende, créée pour exalter l'oeuvre scientifique du prince Henri, ne repose que sur l'autorité d'auteurs du XVIe et du XVIIe siècle. D'après les chroniqueurs contemporains du prince Henri (Azurara, Cadamosto, Diogo Gomez), celui-ci n'a habité la villa qu'il avait fait construire à Sagres (Villa do Infante) que vers 1450. Aucun document signé du prince Henri et antérieur aux dix dernières années de sa vie, n'est daté de Sagres. Le testament de l'Infant, testament très détaillé, ne fait aucune mention de l'académie de Sagres, on ne sait rien des hommes qu'il'auraient composée et on ne peut citer aucun progres d'ordre scientifique réalisé par eux.” — (p. 33).

após ano partiam de Portugal, sob a égide e custeio do Infante D. Henrique, reconhecendo e descobrindo terras na costa ocidental da África.

Os esforços do Infante D. Henrique, a princípio, foram no sentido de ultrapassar o famoso cabo Não — *quis navigat ultra caput de Non revertetur aut non* — que era *ho extremo, & ho mais lōge, q se entā navegava da Europa pola costa Dafrica* (58).

Além do cabo Não era o *Mar Tenebroso*, que engulia embarcações, povoado por monstros marinhos e sereias e de onde jamais se voltava. Após longos anos de preparação e ensaios consegue o Infante realizar a proeza por intermédio de Gil Eanes, em 1433 ou 1434, desfazendo completamente as lendas existentes.

Daí por diante as expedições se sucedem, quasi que ano por ano. Só foram suspensas as navegações em 1437 e 1438 devido à expedição contra Tanger — a malograda expedição em que D. Fernando, o Infante Santo, fica prisioneiro dos Mouros, morrendo alguns anos depois — e à morte do rei D. Duarte. Mas em 1435 e 1436 atingem os Portugueses, além do cabo Não, a Angra dos Ruivos, a Angra dos Cavaleiros, o Pôrto da Galé, no rio do Ouro; já em 1433 tinham aportado às ilhas das Canárias, o que deu motivo para protestos da Cōrte de Castela e, antes dessa data, tinham já explorado as ilhas de Pôrto Santo, Madeira e Açores. Os anos de 1439 a 1449 vêm sair expedições que aportam ao rio Sanagá, ao cabo Branco, ao gôlfo de Arguim, ao cabo Verde, à foz do Senegal e do Gâmbia, ao cabo dos Mastros, ao rio Nuno e, de tal forma que, ao morrer o Infante D. Henrique, em 1460; legava êle a Portugal o conhecimento de tôda a costa ocidental da África até 8° de latitude Norte (59).

O príncipe D. Henrique havia escolhido como herdeiro o príncipe D. Fernando, seu sobrinho, irmão do rei D. Afonso V. Porém, tendo Fernando se mostrado pouco disposto a continuar as emprêsas do tio, é o proprio rei, Afonso V, quem se

(58). — Goes (Damião de), *Chronica do Principe Dom Joam* — p. 17..

(59). — Matoso, *op. cit.* — p. 259..

encarrega de continuá-la. Envia duas expedições (1461-1462), além de São Jorge da Mina; outorga a Fernão Gomes, negociante de Lisboa, durante 5 anos, todo o comércio da costa ocidental da África, mediante o pagamento anual de 100 mil reais brancos e a obrigação de explorar cada ano 500 léguas de costas a partir da Serra Leoa, o que Gomes executou em parte, tendo chegado até as ilhas de São Tomé e do Príncipe, a 1° 52' latitude Sul.

Porém é o rei D. João II quem vai dedicar à empresa dos descobrimentos uma atividade prodigiosa. Com ele as caravelas portuguesas não tardariam chegar ao Sul da África e à Índia.

Por sua iniciativa Diogo Cão vai até a foz do Zaire (1482). Em 1484, o mesmo Diogo Cão, em companhia do célebre cartógrafo Martin Behain, descobre o rio Congo, entra em contacto com o rei da região e, em 1485, chega ao cabo Negro.

Mais tarde levam ao conhecimento de D. João II a existência, ao Orientê do reino de Benim, que ficava próximo do castelo de S. Jorge da Mina, de um rei muito poderoso, que parecia cristão. Julga ser o célebre Prestes João e manda prosseguir a exploração da costa ocidental da África, com o fim de atingir a Índia e encontrar o lendário rei negro, tendo disso encarregado Bartolomeu Dias. Ao mesmo tempo manda dois homens intrépidos, Pedro de Covilham e Afonso de Paiva, perfeitos conhecedores da língua árabe, ao Cairo, afim de colher informes sobre o país de onde os Venezianos se abasteciam de especiarias e sobre o lugar exato da residência de Prestes João.

Bartolomeu Dias, depois de acidentada viagem, consegue dobrar a extremidade da África, em 1487, a que deu o nome de *Cabo Tormentoso* e que D. João mudou para o de *Boa Esperança* — a de chegar ao país das especiarias. Ao mesmo tempo, um dos emissários, Pedro de Covilham, consegue resultados positivos na sua empresa. Visita a costa do Malabar, nas Índias, uma parte da costa oriental da África, onde vai até Sofala, volta ao Cairo e manda cartas para D. João II,

com um relatório de suas viagens e a indicação do caminho a seguir para ir de Guiné às Índias.

As instruções de Covilham completavam as informações de Bartolomeu Dias. D. João II, seguro do caminho das Índias, preparava uma expedição, quando morre, em 1495. Seu sucessor e primo, D. Manoel, mais tarde cognominado o *Venturoso*, é quem vai ter a glória de alcançar os objetivos dos exploradores portugueses. Apresta a expedição de Vasco da Gama (1497-1498) que chega à Calicute, na costa do Malabar. É a segunda, comandada por Pedro Alvares Cabral, que, de caminho, propôsitamente, toma posse das terras que vieram a se chamar — terras do Brasil. E outras mais que põem, em mãos dos Portugueses, o mercado das especiarias.

A obra dos descobrimentos terminara virtualmente; a ela devia seguir-se a ocupação e a colonização.

Os Descobrimentos, no entanto, como já havia acontecido com as Cruzadas, promoveram o aumento incessante da atividade comercial e favoreceram a Renascença (60), que completou, no campo intelectual, as grandes modificações que se realizaram na vida social e política não só de Portugal, como de tôdas as nações.

* * *

c). — Comércio e colonização.

As especiarias — O mercado das especiarias estava, agora, em mãos dos Portugueses! Mas, que são essas especiarias? Qual a razão de sua tão grande procura? Para responder diremos que especiarias são a pimenta — o lume dos olhos de Portugal, no dizer do Poeta —, a canela, a noz-muscada, o gengibre, o cravo da Índia e a malagueta (pimenta da África), gêneros absolutamente indispensáveis à farmacopéia e à cozinha dessa época. Depois generalizou-se o nome aos demais produtos coloniais, como o pau-brasil, o sândalo, o marfim,

(60). — Corrêa, *op. cit.* — p. 105.

as pérolas, a sêda, os perfumes etc. E a razão de sua tão grande procura nessa época está em que os Europeus, principalmente os do Norte, eram obrigados a abater, à entrada do inverno, o gado necessário à alimentação, salgando-o todo, por falta de pastagens suficientes. A sua alimentação era, pois, uma cousa insípida, levando-se em conta ainda que não se conhecia muitos dos produtos alimentares que mais tarde vieram da América. Assim, quando descobriram as especiarias, em especial a pimenta e o cravo da Índia, que modificavam completamente o gôsto dos alimentos, os Europeus não mais souberam delas prescindir, pagando o preço que se lhes exigia.

Fizeram elas a fortuna das Repúblicas Italianas. Esperavam os Portugueses, com seu monopólio, superar estas últimas em riqueza, poderio e importância internacional. E realmente as especiarias deram tudo isso a Portugal, que só não foi conservado devido à incompetência, imprevidência e aos erros de administração de seus governos.

Não vamos aqui repisar a epopéia portuguesa. Tão pouco descrever as expedições que sucessivamente ocuparam a costa do Malabar e o Ceilão, Malaca e as Molucas; que chegam à China e ao Japão; que bloqueiam a rota das especiarias dos Venezianos ocupando Ormuz, à entrada do Gôlfo Pérsico, e a ilha de Socotorá, sentinela do Mar Vermelho, porque são fatos e episódios por demais conhecidos. Vamos apenas respigar, ligeiramente, sôbre a organização do comércio e os métodos coloniais empregados pelos Portugueses.

* * *

Organização do comércio — Desde logo, porém, é preciso realçar que não foram só as especiarias do Oriente o objeto de comércio de Portugal. E' preciso não esquecer o comércio da África, mais conhecido sob o nome de o comércio da Guiné, de onde vinha o couro, o incenso, a malagueta, o marfim e o ouro, sob a direção da *Casa de Guiné*,

depois chamada *Casa da Mina*, por se imaginar que nessa região abundavam as minas de ouro. As *Ordenações Manue-
linas*, promulgadas em 1512-1521, em um longo capítulo, re-
gulam êsse comércio, interdizendo-o ao estrangeiro sem
autorização do rei e estabelecendo uma polícia dos mares com
direito de presa sôbre os navios privados dessa autorização
(61).

Quanto ao comércio da Índia era o seu mecanismo muito
mais complexo e passou por quatro fases sucessivas. A prin-
cípio era objeto de *monopólio de Estado*. Não tendo dado
resultado intentou o govêrno o sistema de *liberdade de co-
mércio*, o de *contratos de arrendamento* logo depois e, final-
mente, a *concessão a companhias ou sociedades*. Três órgãos
realizavam êsse comércio de produtos orientais: as *Feitorias no
Oriente*, centros de compra de mercadorias; a *Casa da Índia*,
centro de recepção e a *Feitoria de Flandres*, centro de dis-
tribuição aos compradores do Norte da Europa (62).

Enquanto *monopólio de Estado* só as *Feitorias do Oriente*,
instaladas em pontos estratégicos comerciais, podiam negociar,
por meio dos agentes do rei, chamados *feitores*, únicos encar-
regados de comprar as ambicionadas *mercadorias*, com dinheiro
vindo de Portugal, fôsse do Estado ou de particulares asso-
ciados à Coroa. Depois, enfardadas as especiarias, unifôrme-
mente em porções de quatro quintais de pêso, embarcavam
com destino a Lisboa, onde tôda ela era descarregada na
Casa da Índia. Aí um funcionário, o *Vedor*, afim de evitar
que, pela concorrência, baixassem os preços, comerciava tôda
a mercadoria por conta dos partícipes do negócio: Estado ou
particulares. Em geral pagava a Coroa aos interessados a
mercadoria pelo preço que ela mesma fixava e dela dispunha
à sua vontade (63). Mas não era só essa a função da *Casa
da Índia*. Concentrava tôda a administração colonial e,
além de despachar os tecidos, especiarias, drogas e pedras pre-
ciosas do Oriente, fazia ainda o assentamento das armadas, da

(61). — Figueiredo (Fidelino de), *Estudos de História Americana* — p. 36.

(62). — Souza, *op. cit.* — p. 87.

(63). — *Ibidem* — p. 88.

marinhagem e dos soldados, nomeava funcionários, promulgava regimentos gerais e alvarás individuais (64).

As especiarias eram depois embarcadas, em geral em navios flamengos e holandeses, com destino à Feitoria de Flandres e, lá chegadas, continuavam ainda no regime de monopólio. Apenas mudavam de dono. Desta vez eram as grandes firmas compradoras, alemãs e italianas, — os Fugger, Hoschstetter, Welser, Affaitati, Gualteroti, Frescobaldi etc. — a quem a Coroa se obrigava a vender exclusivamente, durante um certo praso (65). Essas firmas, que se encarregavam de as distribuir nos mercados europeus, não tinham, porém, lucros tão consideráveis como a fama desse comércio levava a imaginar. Os grandes proveitos eram da Coroa portuguesa, devido às condições especiais por que adquiria as especiarias no seu lugar de origem.

* * *

A Feitoria de Flandres — Mas, porque eram as especiarias distribuídas nas Flandres? Porque não conseguiu Portugal, como foi sua intenção, transformar o porto de Lisboa em um grande centro distribuidor, de forma a atrair o comércio de todas as nações? A razão está em que as praças dos Países-Baixos atraíam o comércio das demais nações, não só pelos progressos de sua indústria fabril da Flandres e do Brabante, particularmente os tecidos finos de lã e linho, como e principalmente devido à liberdade nas transações, às pautas menos onerosas da época, às feiras livres e à abolição de todas as peias, que em Lisboa entravavam o comércio, sem vantagens para o Estado. A sua importância era tal que Ingleses, Italianos, Alemães e Espanhois mantinham *feitorias* encarregadas de velar e defender seus interesses comerciais. Portugal também mantinha a sua *feitoria*, desde o século XV, a princípio com sede na cidade de Bruges, passando, nos primeiros anos do século XVI, para a de Antuérpia. Esta

(64). — Corrêa, *op. cit.* — p. 175.

(65). — Souza *op. cit.* - p. 89; Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal econômico* - p. 117.

cidade que, no século XVI, tão relevante papel desempenhou no intercâmbio comercial da Europa, herdando toda a influência e poderio de Bruges (vide pág. 103), dependeu no primeiro quarto desse século dos Portugueses, devido ao monopólio das especiarias que então possuíam (66). A feitoria destes, a *Casa de Portugal*, — a mais importante dentre as colônias estrangeiras — era superintendida por um *feitor*, ao mesmo tempo agente diplomático e econômico, que gozava de grande prestígio social e importância. Aí eram feitas todas as transações comerciais e financeiras referentes aos artigos coloniais. Estes, antes de negociados, eram manipulados, pesados e marcados com as iniciais N. P. (*Natio Portugalis*) (67) e seus preços fixados de acordo com a Casa da Índia de Lisboa.

Devido a esse comércio das especiarias o prestígio e a importância dos Lusitanos eram inestimáveis. Basta citar o fato da inserção de sua jurisdição em o *Droit et la Coutume* de Antuérpia (68). Isso constituía um favor excepcional e era um dos numerosos privilégios que as nações portuguesa e flamenga trocavam entre si.

Antuérpia foi o centro comercial mais ativo do Norte da Europa e o grande mercado distribuidor da produção de Portugal e das suas colônias. Mas, a sorte de seu mercado colonial estava, de certo modo, ligada à *Casa de Portugal*, tanto que estremece fortemente quando, devido a uma administração ruínosa, D. João III mandou regressar a Portugal o feitor e todo o mais pessoal da feitoria em 15 de Fevereiro de 1549.

* * *

As quintaladas — Um privilégio interessante outorgado pela Coroa ao pessoal das frotas que ia em busca das especiarias, assim como aos funcionários das feitorias do Oriente, era

(66). — Goris (J. A.), *Étude sur les colonies marchandes méridionales* — p. 238.

(67). — Denucé (J.), *L'Afrique au XVIe siècle et le commerce anversois* — p. 78.

(68). — *Rechten, ende Costumen van Antwerpen* — p. 24. Apud J. Denucé, *op. cit.* — p. 78.

o das *quintaladas*. Por êle todos os que iam na armada, desde o capitão-mór até o mais ínfimo grumete e, bem assim, os governadores, funcionários e até seus criados (69), tinham direito de comprar uma quantidade de pimenta, determinada por sua categoria e que formava parte de seu soldo. Indispensável era, porém, depositar o dinheiro necessário para a compra na *Feitoria*, única encarregada de realizar as transações. Quem não tinha dinheiro vendia seu direito a outrém. O nome advinha do acondicionamento das especiarias em fardos de quatro *quintais*, ou menos si se tratasse de quintalada de marinheiro ou de grumete.

Entretanto, vieram as *quintaladas* prejudicar a carga pertencente à Coroa e a, já paga em Lisboa, por conta dos mercadores. Basta citar que, em 1508, “*as duas naus que voltaram êsse ano não comportavam tôda a fazenda, pronta ao embarque, sendo não menos de 5.000 quintais as quintaladas, quasi o carregamento de uma nau*” (70).

Interessante é que, em um conselho reunido em Cochim, pelo vice-rei D. Francisco de Almeida, resolvido ficou se dar a precedência às quintaladas, obrigatórias pelo direito adquirido; depois delas se embarcaria a carga dos mercadores e finalmente a do rei (71)!

D. Manoel manda suspender parcialmente a concessão, restringindo-a aos capitães das fortalezas e das naus, convertendo-se para os demais em quantia certa que se adicionava ao soldo. Essa regalia, quer diretamente, quer convertida em dinheiro, vai vigorar até depois do domínio castelhano, quando em 1648 D. João IV, suprimindo-a, ordenou que a remuneração se restringisse às soldadas, não obstante as reclamações que suscitaram.

* * *

(69). — Lúcio de Azevedo, *op. cit.* — p. 104.

(70). — *Ibidem.*

(71). — Ata publicada in *Cartas de Afonso de Albuquerque* — II.º, p. 427, Apud Lúcio de Azevedo, *op. cit.* — p. 105.

Liberdade de comércio — O monopólio, entretanto, apesar-das penas severíssimas, — incorria em pena de morte quem negociasse diretamente com especiarias — não era respeitado. Praticava-se o contrabando da especiaria em tôda a parte e, não obstante a presença das frotas colocadas à entrada do Mar Vermelho e à vigilância em Ormuz, a pimenta passava e chegava a Constantinopla e a Veneza com a maior facilidade. Os governadores e capitães das fortalezas chegavam ao cúmulo de *vender licenças* para o escondido tráfico pelo Mar Vermelho (72).

Finalmente resolve o govêrno português, premido pela desordem financeira e pingue resultado do *negócio da especiaria*, experimentar outros métodos. Elimina as feitorias do Oriente, como havia eliminado a de Flandres. E assim decreta, em 1570, embora com restrições, a *liberdade de comércio*. Com essa providência libertava-se a Coroa da obrigação de adiantar dinheiro para a compra da pimenta. O comércio tornou-se livre nos portos de Cochim, Cananor, Chale e Couião, tendo ainda os governadores a faculdade de dar autorização para mais lugares.

Entretanto, as compras efetuadas deviam se destinar sempre à *Casa da Índia* em Lisboa e nunca a portos estrangeiros, sob pena de confisco de todos os bens. Exigia o govêrno apenas o pagamento de um imposto que variava entre 18 e 50 cruzados por quintal, conforme a especiaria. A noz-muscada, por exemplo, pagava os mais altos direitos. Mas, a venda da especiaria só podia ser efetuada por intermédio da *Casa da Índia* e... os donos das mercadorias nem sempre recebiam pontualmente o produto das operações. Às vêzes o pagamento era efetuado em títulos do govêrno: os célebres *padrões de juros*.

* * *

Os arrendamentos — As dificuldades do erário real, entantão, continuavam e eram cada vez mais prementes. Um novo

(72). — Lúcio de Azevedo, *op. cit.* — p. 168.

ensaio ocorreu aos governantes para fazer face a essas dificuldades: o *sistema de arrendamentos*. Agora, não só a Coroa não mais adiantava dinheiro para a compra das especiarias, como recebia dos contratadores, antecipadamente, a sua parte. Exonerava-se também de qualquer despesa ou risco. O preparo das esquadras e todos os percalços e perigos do negócio ficavam a cargo do contratador. Em 1578 concede o rei o arrendamento da pimenta a Conrado Roth, negociante de Augsburgo, estabelecido em Lisboa, devendo pertencer à Coroa metade do carregamento. Esta, ainda de acordo com o contrato, lhe venderia a *sua parte* a razão de 30 ducados o quintal (73).

Era um alto negócio para o governo e, por isso mesmo, o *sistema de arrendamentos* não logrou resultados.

Introduziu então o governo uma modalidade no sistema: a Coroa entregava ao contratador, sob a garantia da pimenta, títulos de juros, a 6 $\frac{1}{4}$ %, até o valor de 200.000 cruzados e aquele os colocava na praça como obrigações do Estado. No final do negócio, feitas as contas, o rematante resgatava os títulos em quantidade igual ao saldo que resultasse em favor do Estado. O primeiro desses contratos, em 1586, foi dado a João Baptista Rovellasco; Conrado Roth já havia falido. Entre 1592 e 1596, tendo já chegado a vez de Rovellasco ir à glória, foi o contrato entregue a um grupo de seis negociantes, Thomaz Ximenes e outros, que, a se julgar pelos nomes, deviam ser cristãos-novos. Mas, em 1597, não houve quem quizesse tentar a especulação; o negócio não havia dado resultado para os contratadores. Esse sistema, porém, aplicado a uma sociedade, levaria Portugal ao regime das *Companhias*. Já em 1587, Felipe II criava a *Companhia Portuguesa das Índias Orientais*, de efêmera duração, a quem entrega o monopólio do comércio, que continuava a ser reservado para a Coroa, muito embora D. Sebastião dêle houvesse disistido (74). Outras companhias foram criadas — já no século XVII — como a *Companhia do Comércio da Índia*, que não vingou,

(73). — De Lannoy e Vander Linden, *op. cit.* — p. 143, baseados in “J. Nanninga Uitterdijk, *Een Kamper handelshuis te Lissabon*” — p. LXXXI.

(74). — Corrêa, *op. cit.* — p. 236.

e a *Companhia Geral do Comércio do Brasil*, que tão bons serviços prestou até sua extinção, no ano 1720.

Ao *negócio da pimenta* se entregaram opulentas firmas, alemãs e italianas: os Welser, os Hochstetters, os Affaitati, os Imhof, Conrado Roth e João Baptista Rovellasco. Dêstes, sòmente os Imhof conseguiram liquidar suas transações em plena prosperidade (75); os demais, um a um, se tornaram insolventes e quebraram (76).

* * *

Comércio com as Ilhas e com o Brasil — O regime de comércio entre Portugal e as demais colônias — ilhas dos Açores, Madeira, Cabo Verde e o Brasil — era diferente. Havia *liberdade de comércio* para os negociantes de origem portuguesa, com exceção apenas para alguns produtos, como as plantas tintoriais, que eram monopólio do rei. Mas, na verdade, essa *liberdade era um tanto illusória*, devido ao despotismo dos funcionários e arrecadadores do fisco que fixavam o preço das mercadorias, o frete a pagar pelos navios, quando não açambarcavam para si todo o comércio.

Como para o comércio da Índia, ao estrangeiro estava defeso comerciar diretamente nessas colônias (77). Havia apenas duas exceções. Uma para os Castelhanos que podiam negociar em Marrocos e nas ilhas da África, mediante o pagamento de uma sobretaxa de 10% (78). A outra dizia respeito ao Brasil. Em 1532, talvez porque não pudesse se opor, D. João III permitiu o comércio nas costas do Brasil aos estrangeiros que professassem a religião católica, mediante o pagamento de uma taxa de 10% e a condição de não entreterem relações com os indígenas.

(75). — Ehrenberg, *Zeitalter der Fugger*. Apud Lúcio de Azevedo, *op. cit.* — p. 139.

(76). — Lúcio de Azevedo, *op. cit.* — pp. 138 e 143.

(77). — Entretanto, Corrêa, *op. cit.* — p. 369, baseado em Vicente M. M. C. Almeida de Eça - Normas econômicas da Colonização portuguesa até 1808 - diz que o comércio da Madeira e dos Açores e bem assim o das outras ilhas do Atlântico caracterizava-se por não ser vedado inteiramente aos estrangeiros, a despeito das idéias exclusivistas da época.

(78). — Silva (Rebello da), *Hist. de Portugal* — III, p. 602. Apud De Lannoy e Vander Linden, *op. cit.* — p. 144.

Mas, durante todo o século XVI, corsários franceses visitaram as costas da Guiné e as do Brasil, não obstante a caça feita pelas caravelas portuguesas, às mais das vezes impotentes para reprimir o contrabando. Reclamações foram feitas, sem resultados, ao governo francês, que prometia, mas não dava providências. Na segunda metade do século XVI, aos franceses se juntaram os corsários ingleses, e tais prejuízos causaram aos Portugueses — de 1566 a 1568 apresaram mais de 7 milhões de francos de mercadorias — que em 1569 o rei D. Sebastião ameaçou o governo inglês de uma declaração de guerra. Um acôrdo foi estabelecido com a rainha Isabel, que proibiu seus súditos de visitar as costas da Guiné; em compensação o rei de Portugal, em 1576, abriu aos Ingleses as ilhas da Madeira e os Açores (79).

* * *

Sistemas coloniais — A obra colonizadora dos Portugueses caracteriza-se pelos rumos diferentes imprimidos no Oriente e no Ocidente.

Nas Índias e nas costas da África predomina o objetivo comercial. E até 1505 os Portugueses tinham-se limitado apenas a estabelecer facilidades para suas transações comerciais. Foi o obstrucionismo que os soberanos indígenas, dominados pelos muçulmanos, faziam ao desenvolvimento pacífico de suas relações, que levou D. Manoel a uma ação decisiva e eficaz pela força das armas (80). Manda aprestar uma armada de 16 naus e 6 caravelas, com 2.500 homens, que confia a D. Francisco de Almeida, armada esta que partiu de Lisboa no dia 25 de Março de 1505 com objetivo de combater os Mouros e garantir e proteger o comércio português. D. Francisco de Almeida foi investido de imensos poderes, com o cargo e dignidade de Vice-Rei. Funda diversas fortalezas ao longo da costa africana e derrota os Mouros em vários encontros,

(79). — De Lannoy e Vander Linden, *op. cit.* pp. 143 - 144.

(80). — Matoso, *op. cit.* — Vol. I, p. 300.

principalmente na batalha de *Diu*, em Fevereiro de 1509, em que aniquila completamente a poderosa armada egípcia.

“Foi uma das batalhas decisivas da História da Ásia e dêste tempo em diante, o domínio do Oceano Índico permaneceu durante um século nas mãos dos Portugueses” (81).

A D. Francisco de Almeida sucede no cargo Afonso de Albuquerque, ou melhor, foi êste nomeado (Novembro de 1508) na vigência ainda do mandato do primeiro e, após uma rivalidade ardente e escandalosa entre os dois vice-reis, Almeida foi obrigado a ceder-lhe o lugar (82).

Com Almeida e Albuquerque duas teorias imperiais se defrontavam: aquele, tendo em vista a desproporção entre o Estado e o Império, queria defender as feitorias com uma frota de guerra cada vez maior e poderosa. Escrevia êle a D. Manoel:

“Quantas mais fortalezas tiverdes, mais falho será o vosso poder; tôda a nossa força seja no mar, porque se nele não formos poderosos tudo logo será contra nós... Enquanto no mar fôrdes poderoso tereis a Índia por vossa e se isto não tiverdes, pouco vos prestará fortaleza na terra” (83).

Albuquerque, o verdadeiro fundador do Império Oriental Português, tinha concepção oposta. Achava êle que o poderio de Portugal devia se afirmar em terra, erigindo fortalezas, dominando os régulos e potentados da Índia e os obrigando a prestar vassalagem e pagar tributo. A propósito da ereção das fortalezas de *Diu* e *Calicute* escreveu êle a el-rei:

“Se os membros de vosso Conselho entendessem dos negócios da Índia como eu, perceberiam logo que vós não podereis reinar sobre um território tão extenso como a Índia, baseando todo vosso poder somente na marinha... Não construir fortalezas

(81). — Prestage (Edgar), *Descobridores Portugueses*. Apud Matoso, *op. cit.* — p. 305.

(82). — Hauser, *Les empires d'outre-mer in Les débuts de l'âge moderne* — p. 424.

(83). — *Annaes das Sciencias e Letras* — II, p. 89. Apud Matoso, *op. cit.* — p. 318.

é precisamente o que os Mouros dêste país desejariam que vós fizesseis, porque elles sabem que todo domínio baseado só na marinha não pôde durar. . .” (84).

E em uma outra carta datada de 1512:

“ . . . digo, Senhor, que aquesteis o feito da Índia mui grossamente com gente e armas e que vos façais forte nela e seguereis vossos tratos e vossas feitorias e que arrinqueis as riquezas da Índia e trato das mãos dos Mouros e isto com boas fortalezas, ganhando os lugares principais dêste negócio aos Mouros” (85).

E foi a tese de Albuquerque a que triunfou. Realiza a sua idéia, domina os Mouros, funda o Império Português e morre em 16 de Dezembro de 1515, à vista da cidade de Gôa, que êle havia escolhido para capital do Império, respeitado e acatado, embora fôsse mal visto na Côrte de Lisboa. Dêle não se poderia dizer mais nem melhor que o autor inglês Edgar Prestage:

“Tinha tanto talento para a administração civil como para a guerra, ao mesmo tempo que em diplomacia se podia medir com os Orientais usando das suas próprias armas. Em matéria de administração civil concebeu métodos que, em parte, ainda hoje são empregados pelos Ingleses” (86).

Diferente foi o rumo imprimido à colonização das ilhas do Atlântico — Madeira, Pôrto-Santo, Açores, Cabo-Verde, S. Miguel etc. — e do Brasil. Aquí não havia especiarias para commerciar, nem povos a vencer e muito menos Mouros para dominar. Com as ilhas, que eram completamente deshabitadas e o Brasil, povoado de selvagens, o sistema a empregar teria que ser outro.

Quanto às ilhas, o processo seguido foi o de enviar gente

(84). — Hauser, *op. cit.* — p. 425.

(85). — *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo.* — p. 237;
Apud Matoso, *op. cit.* — p. 318.

(86). — Apud Matoso, *op. cit.* — p. 320.

de Portugal para promover a sua cultura, pelo sistema de *doações* em favor de *nobres* ou de *capitães expedicionários*, donde a designação de *capitanias* (87). A doação, que era em caráter hereditário, importava na concessão de muitas regalias, inclusive na de vários atributos da autoridade soberana. O capitão ou donatário administrava as respectivas concessões em senhor absoluto e estava sujeito apenas à superintendência real e ao pagamento do dízimo.

O Brasil, assim descoberto, foi desprezado, pois, em coitejo com a Índia, nada podia oferecer aos Portugueses. Assim mesmo possuía o *pau-brasil*, que foi objeto de comércio desde logo. Para realizá-lo foram instaladas varias *feitorias*, postos de resgate, sob a proteção de fortificações primitivas, onde se concentrava a *mercadoria* que as naus vinham buscar. Estavam localizadas em Igaracú, Itamaracá, Baía, Pôrto Seguro, Cabo Frio, São Vicente e outras havia, intermediárias, que desapareciam, destruídas pelo gentio ou arrasadas pelos Franceses (88).

A-pesar-de tôda a indiferença de Portugal pelo Brasil foi obrigado a ocupar a terra para não perdê-la. As expedições dos corsários franceses eram frequentes e começaram a preocupar a Coroa. Daí a expedição de Martim Afonso de Souza (1530) e o sistema de *Capitanias hereditárias* que tão bons resultados tinha dado nas ilhas do Atlântico.

Mas lá o clima era diferente, estavam mais próximas da metrópole e não tinham o gentio selvagem a hostilizar os colonos. Não deram, pois, as donatárias o resultado lá obtido e, em 1549, foi instituído um govêrno geral com sede na Baía.

Assim, até o fim do século XVI, a colonização do Brasil pode ser dividida em três períodos. O primeiro, em que a exploração comercial não foi fiscalizada pelo Estado; em seguida o regime das *capitanias*, e finalmente uma *centralização de poderes*.

(87). — Antero (Adriano), *A História Econômica*. — Vol. IV. Apud F. A. Corrêa — op. cit. — p. 204.

(88). — Simonsen, op. cit. — Vol. I, p. 121.

A renda do Brasil, nesse século XVI, baseava-se ainda no comércio do *pau-brasil*. Mas já havia outras fontes.

“Em 1548 contavam-se já, fundadas no extenso litoral do Brasil, cêrca-de 16 vilas e povoados que exportavam para a Metrópole, além do pau-brasil, algodão, fumo e principalmente o açúcar (89), cuja indústria, implantada com as donatárias, ia em franco desenvolvimento. Basta citar que, em 1570, já existiam 60 engenhos de açúcar, produzindo 3.000 arrobas anuais, uns pelos outros (90).”

Porém, os resultados da colonização do Brasil para Portugal, no século que vimos nos referindo, foram pingues. Pode-se mesmo dizer que a colônia era deficitária para o erário geral. Mas as bases para a criação da grande indústria do açúcar estavam lançadas e o Brasil ia se tornar o primeiro fornecedor do mundo (91), devolvendo a Portugal com juros onzenários as importâncias dispendidas.

* * *

d) — Consequências.

O *negócio das Índias* havia embriagado Portugal. Ao ver chegar cada ano bateladas de especiarias, produtos que valiam mais que ouro em pó, o rei e a côrte portuguesa julgaram ter encontrado uma fonte inesgotável de riquezas. O produto líquido das especiarias, em cada ano, ascendia a um milhão de cruzados. Porém todo êsse dinheiro e muito mais gastava D. Manoel em seu fausto particular e no que distribuía loucamente a uma multidão de parasitas que, de tôdas as partes do reino, acorriam à Capital. A Côrte, segundo Garcia de Rezende, passou a ter:

(89). — Simonsen, *op. cit.* — p. 132.
(90). — *Ibidem* — p. 135.
(91). — *Ibidem* — p. 141.

*Cinco mil moradores
em que entram muitos senhores
a que el rei dá assentamentos,
moradias, casamentos
tenças, mercês e honores. . . (92).*

Assim, a-pesar-de tôda a riqueza aportada das Índias em Portugal, a administração financeira achava-se sempre em *deficit*. Para cobrir êsse *deficit* pedia dinheiro emprestado nos mercados de Flandres e os empréstimos se sucediam, com renovação de letras e acumulação de juros. Ademais, os negócios da Índia só deram lucro no tempo de D. Manoel, época das conquistas, menos pelo que se auferia do comércio das especiarias, que pelas *páreas, presas, tomadias, resgate de Mouros, saques e rapinas* nas ricas cidades do Oriente em que o poderio português se manifestava. Terminada a conquista, isto é, quando não houve mais régulos a submeter, nem povoações a saquear, nem frotas abarrotadas de carga a apreender, as grandes despesas com a manutenção de frotas, fortalezas, de um exército de funcionários, absorviam tôdas as receitas e mais ainda reclamavam. Isso sem levar em conta a corrupção dos funcionários das Índias, desde os Vice-reis até ao mais humilde funcionário, com raras exceções. Já em 1506 recebia D. Manoel denúncias das delapidações feitas em detrimento da Coroa. Se D. Francisco de Almeida, escreviam a el-rei, castigasse a todos que vendiam mercadorias defesas, e das presas de Mombaça furtavam muito ouro e muita prata — *havia mister destruir a maior parte da gente que na Índia está*. Mais: de quantos iam à Índia poucos se lembravam do proveito do rei e — *seja bem ganhado ou furtado todos tiram para si* (93). Até as ordens religiosas não se confinavam apenas na sua ação evangelizadora; entregavam-se também ao comércio como os soldados e como êstes foram corrompidas pela sêde das riquezas (94). Raríssimos os que se furtaram à corrupção geral. Entre êsses D. João de Castro e Nuno da

(92). — Souza, *op. cit.* — pp. 92-93.

(93). — *Cartas de Afonso de Albuquerque*. Apud Lúcio de Azevedo, *op. cit.* — p. 165.

(94). — Corrêa, *op. cit.* — p. 170.

Cunha que, na hora da morte, afiançavam sua *limpeza de mãos* e, dêsse modo, veladamente acusavam aos demais.

E, fausto do rei e da Côrte, pensões, dotes, juros de empréstimos, corrupção geral que fazia minguar as rendas, tudo arrastava Portugal para o abismo da falência, quando devia nadar em ouro. Em 1544 D. João III pede às Côrtes de Almeirim 200.000 cruzados para as urgências do Estado. Para justificar o pedido apresenta um balanço sumário de sua gestão financeira em 20 anos de reinado: 1.150.000 cruzados tinha custado a Índia em gastos extraordinários, entrando os 350.000 [aproximadamente 70.000 contos em poder aquisitivo de hoje (95)] por que se compraram as Molucas a Carlos V (96); 560.000 para a África do Norte, Brasil e a Mina. Para a Espanha os consórcios dinásticos tinham levado 1.400.000 cruzados. E mais 2.200.000 cruzados de juros, pois que quasi tôdas essas despesas se fizeram com dinheiros emprestados. Dêstes juros se achavam em dívida 1.946.000 cruzados e com êles dobrava o capital em quatro anos (97).

Destarte, iam os proventos da Índia para a agiotagem cosmopolita e para a Côrte da Espanha. Quando das negociações para o casamento de Carlos V com a irmã de D. João III, propôs êste pagar o dote da irmã em pimenta, 50.000 quintais a entregar em 3 prestações nas feiras de Antuérpia, de Setembro de 1521, ano novo e Páscoa de 1522. E como o preço da pimenta estivesse sofrendo oscilações, não o aceitou o monarca espanhol, adiando-se o casamento, até que assentado ficou o dote de 900 mil dobras, em boas moedas de ouro, das de 365 maravedis de Castela (98).

Em 1552 a dívida da Coroa orçava em 3 milhões de cruzados e de juros sôbre essa quantia se deveria pagar 300.000. Nesse ano um empréstimo foi levantado, por adiantamento sôbre gêneros esperados da Índia, para ser a quantia aplicada

(95). — Simonsen, *op. cit.* — Vol. I, p. 123.

(96). — Depois da viagem de Fernão Magalhães entram em luta Portugueses e Espanhois pela posse das Molucas, — as ilhas das especiarias — resolvendo por fim o monarca português pagar a aludida quantia, o que de muito não adiantou porque alguns anos depois voltam os Espanhois a disputar pelas armas a posse das cobiçadas ilhas.

(97). — Lúcio de Azevedo, *op. cit.* — p. 131.

(98). — *Ibidem* — p. 128.

às amortizações. Em 1559 ainda foi possível aquietar-se os credores, levantando em Flandres 900.000 cruzados por adiantamento, mas em 1560 não houve remédio. Entre a espada e a parede resolveu o govêrno português defraudar ostensivamente os credores estrangeiros. Para mascarar o ato invocasse a doutrina da Igreja — que proibia a usura — e o alvará de 2 de Fevereiro de 1560 mandava cessar o pagamento de juros a cargo da Casa da Índia (99). Mas era virtualmente a quebra, embora afirmasse a Coroa o seu propósito de embolsar integralmente a todos, mandando converter o total dos créditos em padrões de juros, de 5%, cobráveis em qualquer lugar do reino, dívida que o soberano prometia resgatar assim que as *circunstâncias o permitissem*...

E, antes de morrer em África, na batalha de Alcacer-quivir, em 4 de Agosto de 1578, D. Sebastião se vira obrigado a declarar a *bancarrota*, reduzindo o capital e os juros aos Padrões e vendendo-os à força (100), porque a Coroa vivia exclusivamente de empréstimos.

Resultou, assim, desastroso para Portugal o negócio das especiarias. Se levantarmos um balanço dessa época, tão gloriosa para a nação sob certos aspectos, em seu ativo vamos encontrar um resultado completamente negativo, e no passivo "*vidas preciosas que se perderam, abandono forçado da agricultura, da indústria, do comércio interno e corrupção de costumes*" (101).

Os Portugueses fizeram o papel das abelhas obreiras que, na colméia, trabalham, esforçam-se, sacrificam-se, para o bem estar alheio. Portugal, qual um nababo perdulário, atira fora às mãos cheias, energia, heroísmo, sangue e vida de seus filhos para proveito de outros povos. Senão vejamos: os produtos orientais eram levados à Casa da Índia, depois de difícil, arriscado e custosíssimo trabalho de transporte dos navios portugueses, porém eram os estrangeiros que iam buscá-los em

(99). — Lúcio de Azevedo, *op. cit.* — p. 109.
(100). — Oliveira Martins, *op. cit.* — p. 138.
(101). — Corrêa, *op. cit.* — p. 194.

Lisboa, distribuindo-os nos mercados consumidores; e com isso Portugal fomentava a marinha dos outros países! Como não havia agricultura, nem indústrias no país, os produtos fabris que se levavam à Índia para vendê-los eram estrangeiros. Da produção portuguesa, quando muito, seguia o vinho e êsse em proporções mínimas, por ser destinado unicamente aos Europeus. Dêsse modo todo o lucro de seu trabalho era para a Fazenda, o comércio, a agricultura e as indústrias dos demais povos europeus (102)!

Mas... dêsse balanço alguma cousa resultou para Portugal: *o homem português!*

De país pequenino, sem importância internacional, transformou-se Portugal, como por um passe de mágica, nos humbrais da era moderna, em potência de primeira grandeza, devido à energia, competência e arrojo do *homem português* que, navegando, comerciando, combatendo, em uma vida espantosa de aventuras, funda um Império e levanta bem alto o nome da terra que lhe serviu de berço.

Mas não é tudo. Revela à civilização do Ocidente terras, mares, plantas, homens desconhecidos, e realiza na náutica, na meteorologia, na astronomia, os mais importantes inventos e descobertas.

“E’ a um portuguez que se deve, em 1483, a primeira bussola completa com a rosa dos ventos. Foi inventada a contagem das longitudes, com o relógio, pelo piloto João de Lisbôa, em 1514, que só se vulgarizou na Europa muito mais tarde. E’ obra da junta dos cosmographos de D. João II o aperfeiçoamento do astrolabio, assim como o das taboas astronomicas applicadas á navegação. Foram os portuguezes os primeiros a explicar as nuvens do Cabo, as trombas d’agua, a declinação da agulha, as marés, as monções e os tremores de terra submarinos. Registraram o cruzeiro do Sul em 1500, quando só em 1517-1550 André Corsali e Pigafetta o tornam conhecido do resto da Europa; em 1514 orientam-se já por elle e só em 1545 a arte de navegar de Pedro Medina dá a conhecer aos

(102). — Souza, op. cit. — p. 93.

outros povos o novo methodo de determinação de latitudes”
(103).

Do balanço resulta, emfim, que os Portugueses dos séculos XV e XVI, além de se imporem à admiração dos outros países pela superioridade dos seus conhecimentos náuticos e pelo seu heroísmo, foram os pioneiros do progresso de todos os povos e contribuíram eficazmente para o advento da civilização moderna.

* * *

IV. CONCLUSÃO.

No período que vimos de estudar, — fim da Idade Média, aurora dos Tempos Modernos — pudemos notar em quasi todos os países da Europa um impulso, um progresso, uma ascensão político-econômica! E' a época de uma ilimitada expansão em todos os setores: E surgem o Renascimento, a Reforma, a independência e centralização dos Governos, as novas doutrinas econômicas: o capitalismo e o mercantilismo!

Pudemos ainda observar, ao lado do progresso e prosperidade dos grandes centros comerciais de então, uma forte depressão econômica ao se findar a décima sexta centúria. Nenhum escapou. As Flandres e a França, Portugal e Espanha, a Itália, a Alemanha e a própria Inglaterra que, em obscuridade até quasi o final do século XVI, quando se estadeia em progresso, preparatório da pujança que lhe viria em futuro próximo, vem a sofrer os efeitos de uma enorme *alta de preços* e vê sua *arraia miúda* se contorcer na mais absurda miséria.

Essa ascensão político-econômica e a depressão que se notam nesse século XVI, tão marcante na evolução da Europa, são devidos, em grande parte, à descoberta da nova rota para as Índias e ao descobrimento das terras ociden-

(103). — Fonseca (Faustino), *A descoberta do Brasil*. Apud Dr. Bettencourt — Rodrigues, *A Pátria e o povo portuguez*. — p. 43.

tais da América. De fato, a nova rota, facilitando os escambos entre a Europa e o Oriente, que até então eram feitos unicamente em sentido contrário, muito favoreceram o desenvolvimento de certas nações européias. O afluxo de metais e a ilusão que trouxe, vieram, pelo contrário, alterar os preços correntes das mercadorias e trouxeram um grande desequilíbrio de que a maioria das nações só muito mais tarde pôde dominar.

Daí a importância, para o estudo dessa época, de Portugal e Espanha, a quem, de direito, pertence êsse período. Nele tiveram êsses países o seu máximo esplendor. Floresceram, dominaram no cenário internacional, tiveram o seu apogeu!

Como explicar, porém, essa fatalidade que as faz crescer, ascender, atingir o zênite e esboroar-se fragorosamente? Quais os fatores determinantes da ascensão e queda de certas nações? Serão efeitos do *meio*, do *Homem*, do *acaso* ou da *vontade humana*?

Creemos que de nenhum dos fatores exclusivamente. De acôrdo com as circunstâncias, há preponderância de um ou de outro, porém num caldeamento de todos, com ações e reações, resultando esta ou aquela consequência, nesse ou naquele sentido.

A época de Portugal e Espanha, no entanto, passára... Mercê dos mesmos fatores — o meio, o Homem, o acaso, a vontade humana — outras nações iriam se apoderar do centro de domínio e importância internacional. Ia chegar a vez da Holanda, da França e da Inglaterra...

ASTROGILDO RODRIGUES DE MELLO.

B I B L I O G R A F I A U T I L I Z A D A

- ANDRE' (Louis). *Histoire économique*. Paris. Alcan. 1939. II + 212 pp.
- BETTENCOURT-RODRIGUES (Dr.). *A Patria e o Povo Portuguez*. Lisboa. Livraria Clássica Editora. 1912. 56 pp.
- CALOGERAS (João Pandiá). *Res Nostra...* São Paulo. Irmãos Ferraz. 1930. 290 pp. 2 mapas.
- CORRÊA (Francisco Antônio). *História Econômica de Portugal*. Lisboa. Empr. Nac. de Publicidade. 1929. 2 vols. 303 + 316 pp.
- DE LANNOY (Charles) e VANDER LINDEN (Herman). *Histoire de l'expansion coloniale des peuples européens (Portugal et Espagne)*. Bruxelas. Henri Lamertin. 1907. 451 pp. 4 mapas.
- DENUCE' (J.). *L'Afrique au XVI^e siècle et le commerce auversois*. Antuérpia. De Sikkel. 1937. 120 pp. (edição de 250 exemplares com reprodução da carta mural de Blaeu-Verbist de 1644).
- EAST (Gordon). *Géographie historique de l'Europe* Tradução do inglês por Andhrée Vaillant. Paris. Gallimard. 1939. 395 pp. 58 mapas.
- FIGUEIREDO (Fidelino de). *Estudos de Historia Americana*. São Paulo. Cia. Melhoramentos. s. data. 190 pp.
- IDEM. *A Epica Portuguesa no Seculo XVI*. in "Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo — Letras n.º 1 —. 1938. 85 pp.
- GOES (Damião de). *Chronica do Principe Dom Joam*. Coimbra. Imprensa da Universidade. 1905 (XXI + 278 pp. e 1 vocabulário geográfico de 25 pp).
- GONNARD (René). *Histoire des doctrines économiques*. Paris. Librairie Valois. 1938. 3 vols.
- GORIS (J.A.). *Étude sur les colonies marchandes méridionales*. Lovaina. Librairie Universitaire. 1925. XII + 702 pp. 9 gravuras.
- HAUSER (Henri) e RENAUDET (Augustin). *Lés débuts de l'âge moderne*. Col. "Peuples et Civilisations" sob a direção de Louis Halphen e Philippe Sagnac. Paris. Alcan. 1938. 651 pp. 1 mapa.
- LÚCIO DE AZEVEDO (J.). *Épocas de Portugal Econômico*. Lisboa. Livraria Clássica Editora. 1929. 499 pp.
- LUZZATTO (Gino). *Storia Economica (L'età moderna)*. Pádua. Antonio Milani. 1932. VIII + 535 pp.
- MALET (Albert) e ISAAC (Jules). *Histoire moderne*. Paris. Hachette. 1934. 222 gravuras e 26 mapas.
- MATOSO (Antônio G.), *História de Portugal*. Lisboa. Livraria Sá da Costa. 1939. 2 vols.
- OLIVEIRA MARTINS (J. P.). *O Brazil e as Colonias*. Lisboa. Antonio Maria Pereira. s. data. 294 pp.
- IDEM. *Portugal nos Mares*. Lisboa. Antonio Maria Pereira. 1902. 272 pp.

- PIMENTA (Alfredo). **Subsídios para a História de Portugal**. Lisboa. Edições Europa. 1937. VII + 487 pp.
- PIRENNE (Henri). **Les périodes de l'histoire sociale du capitalisme**. Bruxelas. Librairie du Peuple. 1922. 24 pp.
- REPARAZ (Gonzalo de). **Historia de la colonización**. Barcelona. Labor. 1933. 468 pp. 105 gravuras. 16 estampas e 3 mapas em côres.
- IDEM. **Geografía y política**. Barcelona. Editorial Mentora. 1929. 277 pp.
- ROCHA MARTINS. **História das Colônias Portuguesas**. Lisboa. Empresa Nacional de Publicidade. 1933. 698 pp. 342 gravuras.
- SAYOUS (André E.). **La déchéance d'un capitalisme de forme ancienne**. Augsburg au temps des grandes faillites. in "Annales d'histoire économique et sociale". Tomo X. Paris. Alcan. 1938.
- SÉE (Henri) e RÉBILLON (A.). **Le XVIIe siècle**. Paris. Les Presses Universitaires de France. 1934. XXIII + 410 pp.
- SEGRE (Arturo). **Storia del Commercio**. Turim-Gênova. 1925. 2 vols. 559 pp.
- SEIGNOBOS (Charles). **História da Civilização Européia**. Tradução de Vivaldo Coaracy. Rio de Janeiro. José Olympio. 1939. XVIII + 412 pp.
- SIMONSEN (Roberto C.). **História Econômica do Brasil**. Prefácio de Afrânio Peixoto. São Paulo. Cia. Editora Nacional. 1937. 2 vols. 745 pp. 20 mapas e gravuras.
- SOUZA (Antônio Sérgio de). **Historia de Portugal**. Barcelona. Labor. 1929. 60 gravuras, 16 estampas e 3 mapas em côres.
- THOMAZI (A.). **Les flottes de l'or. Histoire des gallions d'Espagne**. Paris. Payot. 1937. 237 pp. e 11 gravuras.

ERRATA

Na página	em vez de	leia-se:
27, nota 69, 1ª linha	Européau	European
30, nota 81, 1ª linha	(81. —	(81). —
36, nota 106, 1ª linha	Arique	Afrique
42, nota 127, 3ª linha	Fougeres	Fougères
42, nota 127, 4ª linha	premieres	premières
46, 2ª alinea, 5ª linha	(Qart hadsht)	(Qart hadsht),
46, nota 141, 1ª linha	achevement	achèvement
50, 1ª alinea, 8ª linha	vêes	vêzes
51.	BESNIER... Cognat	BESNIER... Cagnat
52.	OLSEN (dr. Orjan)	OLSEN (dr. Örjan)
58, última linha do texto	Cipião, não eram	Cipião, eram
58, nota 6, 4ª linha	Heracleion	Heracleion
60, nota 7, 3ª linha	mitológicos"	mitológicos"
64, nota 15, 5ª linha	Dr. Orjan	Dr. Örjan
64, nota 15, 8ª linha	Piteas	Piteas
67, nota 17, penúltima linha	pegadas	pegadas
67, nota 18, 7ª linha	publicamente	públicamente
67, nota 18, última linha	fieram	fizeram
68, 2ª alinea, 19ª linha	dóxico de Cizico	dóxico de Cizico
68, nota 19, 1ª linha	Noettes	Noëttes
69, 2ª alinea, penúltima linha	Pas-de-Calais	Pas-de-Calais,
71, nota 20, 4ª linha	Inglaterra...";	Inglaterra...");
71, nota 20, 5ª linha	Esse P. Crasso	Esse P. Crasso
74, 1ª alinea, 5ª linha	"descoberta dos	"descoberta" dos
74, nota 26, 2ª linha	Atlântida	Atlântida
74, nota 26, 6ª linha	dedus, rigorosamente	deduz, rigorosamente
78, nota 33, antepenúltima linha	Horacleion	Heracleion
80, 2ª alinea, penúltima linha	seu gosto	seu gesto
80, nota 37, 1ª linha	(37). - (37). -	(37). —
85, nota 43, 1ª linha	Sêneca	Sêneca
90, 22ª linha	a invasão vândala	à invasão vândala
94, 1ª linha	tódas	tódas
95, 1ª alinea, penúltima linha	Boccho-o	Boccho-o-
97, nota 1, 1ª linha	Ree	Res
100, 2ª alinea, 2ª linha	unicamente	unicamente
101, 3ª alinea, 3ª linha	a França	a França
101, 4ª alinea, 1ª linha	so a	só a
105, 2ª alinea, 6ª linha	um posição	uma posição
108, 1ª linha	maritimas	marítimas
108, 2ª alinea, 10ª linha	propriamente	propriamente
109, nota 15, 1ª linha	l'âge	l'âge
110, nota 16, 1ª linha	Issac	Isaac
116, 4ª alinea, 4ª linha	téxtil	téxtil
117, 4ª alinea, 6ª linha	e, especialmente	e, especialmente.
117, nota 24, 1ª linha	l'âge	l'âge
125, 2ª alinea, penúltima linha	com os	aos
125, 3ª alinea, 1ª linha	aquí	aquí
125, nota 30, 1ª linha	XVIIe siecle	XVIIe siècle
125, nota 31, 1ª linha	Fideline	Fidelino
137, 2ª alinea, 2ª linha	pnoto	ponto
138, 4ª alinea, 4ª linha	teritrório	território
147, 2ª alinea, antepenúltima linha	rias e outros	rias, e outros
147, nota 57, antepenúltima linha	rice	rien

Na página	em vez de	leia-se:
147, nota 57, antepenúltima linha	quill'aurajent	qui, l'auraient
147, nota 57, penúltima linha	progres	progrès
149, 4ª alínea, penúltima linha	especiárias	especiarias
154, 1ª alínea, 5ª linha	espeicarias	especiarias
154, nota 67, 1ª linha	siecle	siècle
157, antepenúltima linha do texto	disistido	desistido
158, nota 77, 4ª linha	Atlântico	Atlântico
162, 2ª alínea, 3ª linha	posula	possuia
166, última linha do texto	os estrangeiros	estrangeiros os
167, 1ª alínea, penúltima linha.	a gricultura	a agriculutra
170	DENUCE... auversois	DENUCÉ... anversois
3ª capa	XVI. - História...	XV. - Biologia...
	XV. - Biologia...	XVI. - História...

A benevolência do leitor corrigirá alguns outros pequenos lapsos tipográficos que tenham escapado à revisão.

ÍNDICE

I. — E. SIMÕES de PAULA, TARTESSO E A ROTA DO ESTANHO	7
1. — Generalidades	8
2. — As mais antigas referências	13
3. — Tartesso e a Atlântida	21
4. — Tartéssios = Turdetanos	23
5. — A rota do estanho e o comércio de Tartesso	27
6. — Os Fenícios	33
7. — Os Gregos	39
8. — Os Cartagineses	45
Bibliografia utilizada	51
II. — JEAN GAGÉ, GADES, AS NAVEGAÇÕES ATLÂNTICAS E A ROTA DAS ÍNDIAS NA ANTIGUIDADE	53
1. — O local e as origens de Gades; as “Colunas de Heracles” ou a “Porta Gadirita”	55
2. — Os marujos e os navios de Gades no Atlântico: a rota do estanho; a rota circum-africana da Índia? — Os arquipélagos atlânticos?	62
3. — Gades e o sonho índico: Heracles e Alexandre	75
III. — JEAN GAGÉ, NOTA ACERCA — DAS ORIGENS E DO NOME DA ANTIGA CIDADE DE VOLUBILIS (MAURITANIA TINGITANA)	87
IV. — ASTROGILDO RODRIGUES de MELLO, O COMÉRCIO EUROPEU NOS SÉCULOS XV E XVI E O FLORESCIMENTO DE ESPANHA E PORTUGAL	97
1. — A Europa dos séculos XV e XVI	97
2. — Os grandes centros comerciais	100
3. — A expansão de Espanha e Portugal	123
4. — Conclusão	168
Bibliografia utilizada	170

